



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Keicy Salustiano da Silva

Nos rastros da persuasão: a retórica da simpatia e da inferiorização racial na escrita do
aboliconista Joaquim Nabuco

Florianópolis

2022

Keicy Salustiano da Silva

Nos rastros da persuasão: a retórica da simpatia e da inferiorização racial na escrita do
abolicionista Joaquim Nabuco

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do título de Mestre em História.
Orientadora: Prof. Dra. Flávia Florentino Varella

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Keicy Salustiano da

Nos rastros da persuasão : a retórica da simpatia e da inferiorização racial na escrita do abolicionista Joaquim Nabuco / Keicy Salustiano da Silva ; orientadora, Flávia Florentino Varella, 2022.

154 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. História. 2. Análise histórica da linguagem de inferiorização racial no livro O Abolicionismo (1883) de Joaquim Nabuco. I. Florentino Varella, Flávia . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em História. III. Título.

Keicy Salustiano da Silva

Nos rastros da persuasão: a retórica da simpatia e da inferiorização racial na escrita do abolicionista Joaquim Nabuco

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Beatriz Gallotti Mamigonian, Dr.(a)
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. André Jobim Martins, Dr.
Instituição Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof. Hilton Costa, Dr.
Instituição Universidade Estadual de Maringá – UEM

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em História.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Flávia Florentino Varella, Dr.(a)
Orientador(a)

Florianópolis, 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por me conceder a vida e todas as bênçãos necessárias ao longo de toda a minha caminhada. Sou eternamente grata a mim mesma por ser apaixonada pela História. E pela dedicação, resistência e perseverança na realização desta dissertação que contribuiu demais para o meu crescimento e amadurecimento pessoal, emocional e intelectual.

Agradeço em especial à minha família pela referência de intelectualidade, luta e resistência: Érica Maria Salustiano da Silva; Danilo Salustiano da Silva; José Braz da Silva e Paulo Alberto Duarte Junior.

Ao Professor Dr. Rodrigo Bragio Bonaldo, agradeço pela inspiração, estímulo e confiança.

À minha orientadora Professora Dra. Flávia Florentino Varella, sou grata pelas proposições pontuais e expressamente importantes para a realização desta dissertação.

Aos notáveis, Professora Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian e Professor Dr. André Jobim Martins, sou grata pelos apontamentos e sugestões que fizeram na banca de qualificação e que foram essenciais para a continuidade da pesquisa.

Ao notável Professor Dr. Hilton Costa, sou grata de antemão pela leitura do meu texto e por aceitar participar da banca final.

Ao CNPq pela bolsa de estudos que me possibilitou uma dedicação maior a produção desta dissertação.

Agradeço as pretas e pretos e povos originários que antes de mim ocuparam o espaço da universidade pública, aqueles e aquelas que lutaram para que alunos e alunas de baixa renda pudessem estudar. Agradeço imensamente por sua luta e resistência que possibilitou minha presença hoje nesse espaço.

Por fim, dedico esta dissertação a todas aquelas pessoas que batalham por seu sustento dignamente e diariamente, e que na maioria das vezes não são tratadas e reconhecidas como cidadãs.

Namastê.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo investigar a manifestação da retórica da simpatia e da linguagem de inferiorização racial no livro *O Abolicionismo* (1883) de Joaquim Nabuco, tendo como cenário de fundo o contexto histórico, político e social em que Nabuco estava inserido durante as movimentações pela abolição da escravidão no Brasil do século XIX. Buscamos, a partir da retórica da simpatia como categoria analítica, observar a construção discursiva de Nabuco em torno da escravidão como um sistema ilegal e um grande problema para o progresso da nação, de forma a compreender como Nabuco elaborou seus argumentos e descreveu o sofrimento das pessoas escravizadas para alcançar a emoção do público leitor e convencê-los da efetividade do abolicionismo. Identificamos que Nabuco empreendeu uma retórica específica da persuasão com menções que inferiorizam as pessoas escravizadas ao descrever seus sentimentos e comportamentos frente ao sistema escravocrata. Esta pesquisa parte do pressuposto que a retórica da simpatia presente no *O Abolicionismo (1883)* foi organizada no intuito de apresentar o abolicionismo e os abolicionistas como única solução para libertar o Brasil da escravidão, vista como imoral e fonte de atraso do progresso social.

Palavras-chave: Joaquim Nabuco. Racismo. Retórica. Abolicionismo.

ABSTRACT

This master's thesis aims to investigate the manifestation of the rhetoric of sympathy and the language of racial inferiority in the book *The abolitionism* (1883) written by Joaquim Nabuco, having as a background the historical, political, and social context in which Nabuco lived during the movements for the abolition of slavery in Brazil in the 19th century. We seek, from the rhetoric of sympathy as an analytical category, to observe Nabuco's discursive construction around slavery as an illegal system and a major problem for the nation's progress, in order to understand how Nabuco elaborated his arguments and described the suffering of enslaved people to touch the emotion of the reading public and convince them of the effectiveness of abolitionism. We have identified that Nabuco constructed a specific rhetoric of persuasion with mentions that demean enslaved people when describing their feelings and behaviors in the slave system. This research assumes that the rhetoric of sympathy present in *The abolitionism* was organized in order to present abolitionism and abolitionists as the only solution to free Brazil from slavery, seen as immoral and a source of delay in social progress.

Keywords: Joaquim Nabuco. Rhetoric. Abolitionism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
O Abolicionista monumento?.....	11
1. O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO BRASIL, JOAQUIM NABUCO EM LONDRES E A ESCRITA DO LIVRO <i>O Abolicionismo (1883)</i>	18
1.1 O cenário das movimentações abolicionistas na década de 1880	18
1.2 A abolição na agenda do Conselho de Estado e o caso do escravizado Tomás	25
1.3 O livro <i>O Abolicionismo (1883)</i> como fruto de um autoexílio	33
2. A RETÓRICA DA SIMPATIA E DA INFERIORIZAÇÃO RACIAL NA OBRA <i>O Abolicionismo (1883)</i> DE JOAQUIM NABUCO	54
2.1 Prefácio do próprio autor.....	54
2.2 Liberdade: a tarefa do abolicionismo	59
2.3 A questão jurídica: a ilegalidade da escravidão e a urgência do abolicionismo.....	86
2.4 Justiça: a escravidão como problema e o abolicionismo como solução.....	94
3. <i>O Abolicionismo (1883)</i> DE JOAQUIM NABUCO COMO UMA OBRA DO PRESENTE E DO FUTURO: “UMA EXPLOSÃO DE SIMPATIA E DE INTERESSE PELA SORTE DO ESCRAVO”?	110
3.1 Um projeto de reparação social.....	110
3.2 Discurso e Racismo: a alegoria das pessoas negras escravizadas na retórica especulativa, racista e legitimada.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
FONTES E BIBLIOGRAFIA	144

INTRODUÇÃO

A explosão não vai acontecer hoje. Ainda é muito cedo... ou tarde demais.

Não venho armado de verdades decisivas.

Minha consciência não é dotada de fulgurâncias essenciais.

Entretanto, com toda a serenidade, penso que é bom que certas coisas sejam ditas.

Frantz Fanon¹

Iniciamos nossa dissertação com as palavras do psiquiatra militante político e ensaísta Frantz Fanon (1925-1961), trecho que faz parte da abertura do livro *Pele Negra, Mascaras Brancas*. A escolha da epígrafe se faz pela identificação de que com essas palavras Fanon não fala apenas sobre si. De todas as situações que o autor passou para ter seu livro publicado, ao ler nos damos conta de que essas são palavras de resistência, palavras sobre a determinação de dizer aquilo que deve ser dito e que antes saía em forma de grito, e agora como ele diz, “que o grito não faz mais parte de minha vida”, tais palavras podem ser ditas com serenidade. Dialogamos com Fanon na perspectiva de que trazer à tona a análise de um discurso de uma figura da elite branca e masculina, considerada exemplar por algumas escritas biográficas do século XX, mas aqui sem a tão exercida reverência, é, de algum modo, atender ao grito da necessidade de retornar a escritos do passado e escavar memórias que podem dizer um pouco sobre nosso tempo.

Nossa pesquisa se posiciona na tentativa de, com algum distanciamento do presente, e do que hoje se entende por racismo, observar o pensamento de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), um abolicionista brasileiro do século XIX considerado por algumas biografias do século XX como uma das grandes figuras políticas envolvidas no processo de abolição da escravidão no Brasil oitocentista e como um sujeito excepcional pela sua trajetória

¹ FANON, 2008. p. 25.

de vida, pelos seus feitos na política e, principalmente pelas suas movimentações em torno da emancipação escrava.

Objetivamos analisar a escrita de Joaquim Nabuco no livro *O Abolicionismo* de 1883, por meio da retórica da simpatia como categoria analítica, para compreendermos como as menções de inferiorização racial se manifestaram na escrita do pernambucano quando ele fala sobre as pessoas escravizadas. Para isso, partiremos da seguinte problemática: como é possível perceber a presença da retórica da simpatia na escrita de Joaquim Nabuco e como ela se relaciona com um possível discurso de inferiorização racial quando o autor menciona as pessoas escravizadas.

Para tentarmos resolver o questionamento, utilizaremos a retórica da simpatia como categoria de análise. Trata-se de um modo argumentativo muito utilizado em discursos antiescravistas do século XIX, como por exemplo literaturas e propagandas em prol da exposição dos males da escravidão e do sofrimento dos cativos para o convencimento do leitor da efetividade do que estaria sendo proposto (CAREY, 2005). O livro *O Abolicionismo (1883)* foi escrito como uma propaganda pela abolição da escravidão. Nele, o pernambucano Joaquim Nabuco investe na argumentação da ilegalidade da escravidão, apresentando os benefícios da abolição imediata e os problemas da manutenção do sistema escravagista para o desenvolvimento da civilização e do progresso da nação brasileira. Nabuco Propõe o abolicionismo como um projeto de reparação social, mencionando a abolição imediata como única solução para o problema do atraso da nação brasileira a partir de uma mudança do sistema escravista, da inserção das pessoas escravizadas como cidadãos e uma possível harmonia entre as raças, bem como a eliminação dos tipos contrários senhor e escravo, segundo ele, afetados pela escravidão.

Pensando na escrita que visa propaganda, a partir de nossa análise, compreendemos que Nabuco utiliza uma linguagem específica na intenção de chamar a atenção do leitor para a causa abolicionista. Tendo isso em vista, buscamos investigar como Nabuco descreveu a estrutura social escravocrata para o convencimento do público da efetividade do abolicionismo, ou seja, qual a forma retórica ele utilizou para persuadir o público leitor por meio da linguagem. Da mesma forma, colocamos nosso olhar sobre qual a percepção de raça de Joaquim Nabuco, e quais as palavras, argumentos e expressões são relegadas às pessoas escravizadas na obra? Como é possível perceber uma aproximação do discurso de Nabuco com as teorias racialistas

do século XIX, e quais as figurações de racismo e diferenciação de lugar social aparecem ao mencionar as pessoas negras de sua época.

Em termos teóricos a retórica “é a disciplina que estuda o modo como comunicamos persuasivamente com os outros.” (MATEUS, 2018, p. 15), e é por meio dela que visamos encontrar um padrão discursivo na linguagem de Nabuco ao descrever as pessoas escravizadas, suas emoções e comportamentos, bem como o modo a que se refere aos abolicionistas, ao projeto de abolição e aos proprietários de escravos e representantes da nação. No capítulo 1 de nossa dissertação traremos uma contextualização mais específica a respeito do livro *O Abolicionismo (1883)* de Joaquim Nabuco, e dos acontecimentos em torno da vida do autor e da produção da obra. Como alicerce para o desenvolvimento das discussões acerca da retórica da simpatia e da análise argumentativa, dialogamos com as obras *British Abolitionism and the Rhetoric of Sensibility* de Brycchan Carey (2005) e *Tratado Da Argumentação: A Nova Retórica* de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechtstyteca (1996). Carey faz uma análise sobre a retórica sentimental e da simpatia dos abolicionistas britânicos e literatos, que escreviam com cunho antiescravista para convencer os leitores apoiar a abolição da escravidão. A discussão gira em torno do exame da intersecção entre sensibilidade, abolição e retórica. Para Carey, a partir da metade do século XVIII muitos escritores, oradores públicos, e principalmente os abolicionistas, utilizaram uma retórica sentimental para se aproximar do público (CAREY, 2005) e fazer com que se simpatizassem pela causa.

De acordo com Hunt os filósofos do século XVIII, utilizavam o termo “simpatia” para o que hoje conhecemos como “empatia”, pois a palavra “empatia” só aparece na língua inglesa no século XX (HUNT, 2009, p. 65). Sendo assim, usaremos o termo “simpatia” para nos referirmos à retórica de Nabuco com a perspectiva de angariar a simpatia do leitor para a causa abolicionista. Como forma de definição, compreende-se a retórica da simpatia como uma escrita que contém argumentos utilizados para persuadir um público, convencendo-os do sofrimento de determinadas pessoas e que este sofrimento deve ser aliviado ou exterminado. No caso do abolicionismo, a eliminação do sofrimento seria exatamente o apoio do público leitor às ideias de abolição. A retórica da simpatia perpassa então por uma aplicação discursiva, em que usa a sentimentalidade para suspensão dos juízos racionais sobre a escravidão para alcance da emoção do leitor. Isto é, uma técnica de persuasão por meio de uma escrita que utiliza palavras e expressões com ênfase no sentimento, como por exemplo descrição de dores e frases que contenham palavras como coração, humanidade, lágrimas, alma, etc. Ou mesmo termos opostos

como suave/cruel, escravidão/liberdade, senhor/escravo. Nessa narrativa a emoção opera na perspectiva de que a simpatia do leitor para com o que está sendo narrado pode vir a ser a motivação da decisão de apoio ou não. Acredita-se então no poder da simpatia para que tal público se faça consciente das mazelas da escravidão, e dos sofrimentos por ela causados e assim realize algo para mudá-lo.

O discurso persuasivo antiescravista é também moralizante, e no caso de Joaquim Nabuco a utilização discursiva da moralidade da escravidão se apresenta como base para sua argumentação, algo comum às propagandas abolicionistas da época. No livro *British Abolitionism and the Rhetoric of Sensibility* (2005) de Brycchan Carey, referência acima mencionada, a pesquisa gira em torno dos escritores antiescravistas britânicos, contudo guardadas as devidas proporções, utilizaremos tal bibliografia pensando que a retórica da simpatia no discurso abolicionista não foi um fenômeno puramente britânico pois é possível que também apareça no discurso de Joaquim Nabuco, sobre o qual desenvolveremos nossa análise. Como disse Angela Alonso, cabe considerar as influências e esforços de Nabuco para apresentar o pensamento inglês sobre a escravidão, a autora ressalta ainda que “Nabuco quis ser o Wilberforce brasileiro [...] O estilo de ativismo de Nabuco consistiria em replicar Wilberforce: trabalhar em projetos, discursos, coalizões, de modo a angariar sustentação para uma lei abolicionista [...]” (ALONSO, 2015, p. 160-61).²

Sobre os aspectos biográfico de Joaquim Nabuco, o que vamos apresentar não é nenhuma inovação, muitos estudos já foram feitos sobre a trajetória do abolicionista na política parlamentar do Brasil, suas relações com a política estrangeira, bem como com os abolicionistas brasileiros e britânicos. A título de exemplo, se destacam a abordagem da historiadora Angela Alonso, com a obra *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas* (2007), Célia Maria Marinho de Azevedo com o artigo, “Quem precisa de São Nabuco?” (2001), assim como os trabalhos de Marcus Caixeta, *De Londres a Washington, da cidadania à soberania nacional: o anti-republicanismo, o pan-americanismo e o “projeto” de Joaquim Nabuco* (2012), e Henrique Antonio Ré, com a tese, *Progresso e utopia no pensamento antiescravista de Joaquim Nabuco: influências da economia política francesa e das teorias racialistas* (2009), e o ensaio *Uma*

² Willian Wilberforce: “Líder parlamentar do abolicionismo inglês, que desde o fim do século XVIII defendeu nas instituições políticas a abolição do tráfico e da escravidão nos domínios britânicos, discursando, obstruindo, encaminhando projetos de lei, por várias vezes rejeitados, até pouco antes de sua morte, anos 1830. Desde então tornou-se ícone de um estilo de abolicionismo que privilegiava as instituições políticas.” (ALONSO, 2015, p. 160).

história da british and foreign anti-slavery society: a instituição que internacionalizou o antiescravidão britânico (2017).

Mencionamos apenas alguns dos inúmeros trabalhos realizados em torno da figura de Nabuco, da sua relação com a política e do período abolicionista, aqueles no qual nos debruçamos um pouco mais ao longo de nossa pesquisa. Outras referências também serão trazidas ao longo da dissertação. Essas discussões contribuíram como base para uma visão analítica sobre a figura de Joaquim Nabuco, o momento histórico abordado, o movimento abolicionista e as ações do próprio Nabuco pela abolição da escravidão. E foram essenciais para a construção de nossa problemática sobre a percepção e compreensão dos modos de persuasão utilizados na escrita do pernambucano para convencer seu público da viabilidade do abolicionismo. Assim como, foram referência de grande importância para a análise da questão da raça e menções sobre as pessoas escravizadas que dialogue com o discurso racista e de inferiorização racial do século XIX.

O Abolicionista monumento?

Pode se dizer que Nabuco vivia nos moldes da aristocracia, nascido em uma família de elite teve a oportunidade de se tornar “político, militante abolicionista, historiador e pensador social, diplomata.” (CAIXETA, 2012, p. 9). Seu pai José Tomás Nabuco de Araújo ocupou cargos como o de promotor, ministro da justiça, senador e conselheiro de Estado, Nabuco de Araújo foi também um dos formuladores do texto da Lei do Ventre Livre de 1871, período em que já se discutia a abolição gradual da escravidão no Parlamento brasileiro. Durante a infância, Joaquim Nabuco viveu em um engenho aos cuidados de sua madrinha Dona Anna Rosa Falcão onde, “desde cedo, foi acompanhado por um mestre de primeiras letras, residente no engenho no qual cresceu.” (SILVA, 2012, p. 74). Na juventude Nabuco estudou no Colégio Pedro II, uma escola muito disputada e reservada apenas para a elite daquela época, o Colégio foi “criado em 1838 e destinado especialmente aos filhos de famílias ricas, que preparava para as escolas, e também formava bacharéis em letras.” (CARVALHO, 2011, p. 74). Quando Nabuco entrou para a política, seguindo os passos de seu pai, como afirma Moraes ele “adorava exibir seus naturalmente construídos dotes aristocráticos” (MORAES, 2012, p. 23) que era a forma de discursar, o modo muito característico de se vestir, inspirado pelo estilo inglês, e dominava “o manejo da sensibilidade romântica, o gesto estudado, o discurso inflamante.” (ALONSO, 2015, p. 153-157).

Veremos ao longo de nossa pesquisa, que Joaquim Nabuco foi tema de vários trabalhos relacionados a análise de sua escrita e de suas ações durante o período de movimentações pela abolição da escravidão no Brasil. E na perspectiva de discutirmos as interpretações sobre a figura de Nabuco, é importante mencionar alguns aspectos da construção historiográfica sobre sua imagem para compreendermos a partir do que Nabuco chegou a ser considerado com um cânone. Por mais que não cabe aqui uma releitura extensa sobre as interpretações a respeito do sujeito e sua obra, vale o destaque de algumas discussões em torno da manutenção de uma imagem grandiosa de Joaquim Nabuco. Isto é, uma discussão que nos fez olhar para a escrita de Nabuco de maneira crítica considerando que ele era exatamente um sujeito do seu tempo, e que como tal possa ter reproduzido expressões de inferiorização das pessoas escravizadas na própria propaganda abolicionista.

Algumas biografias e discursos fúnebres cristalizaram uma imagem de Joaquim Nabuco como sujeito excepcional, um político “à frente do seu tempo”, assim como, o abolicionista libertador da raça negra. Ou seja, como um “indivíduo monumento”³. A título de exemplo, dentre os autores, e autora que escreveram sobre os feitos de Joaquim Nabuco por esse viés, estão: sua filha Carolina Nabuco com a obra, *A vida de Joaquim Nabuco* (1929); Celso Vieira com o livro, *Joaquim Nabuco. Libertador da Raça Negra* de 1949; Luís Viana Filho na biografia: *A Vida de Joaquim Nabuco* (1952), e por fim o sociólogo Gilberto Freyre em vários discursos de elogio fúnebre que podem ser encontrados no livro *Em Torno de Joaquim Nabuco* reeditado e publicado em 2010.

De acordo com Célia Azevedo, no processo manutenção da imagem de Joaquim Nabuco como um sujeito “à frente do seu tempo”, o escritor Gilberto Freyre, “foi fundamental para que Nabuco não fosse esquecido como tantos outros homens de letras de seu tempo” (AZEVEDO, 2012, p. 62). Na mesma perspectiva, a formação dessa imagem teve a colaboração do próprio Nabuco na construção de sua memória no livro *Minha Formação* (1900), uma autobiografia elaborada anos antes de sua morte. (AZEVEDO, 2001, p. 3). Nele, Nabuco se imagina e se apresenta ao leitor como protagonista e iniciador do movimento abolicionista, e justifica o envolvimento na política e a carreira de abolicionista como algo predestinado em sua vida.

³ Entendemos como sujeito monumento, em diálogo com Guimarães (2008), aquele que teve sua vida narrada em biografias com a finalidade de marca-lo como personalidade exemplar e de mantê-lo como principal referência de uma determinada época.

O debate em torno da imagem de Joaquim Nabuco como sujeito excepcional, foi levantado pela historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo (2001), em um artigo “Quem precisa de São Nabuco?”. A autora elabora uma crítica sobre a manutenção da imagem do abolicionista como “protetor” das pessoas escravizadas, citando os artigos dos historiadores Evaldo Cabral de Mello, e José Murilo de Carvalho como textos que corroboram para a manutenção daquilo que ela vai chamar de ‘canonização’ de Joaquim Nabuco. Nos referidos artigos, Evaldo Cabral de Mello (2000) defende que apesar da “doutrina da desigualdade inata entre as raças”, ou seja, do racismo científico, ter exercido influência sobre o pensamento brasileiro do século XIX, e ter sido base para atitudes racistas do século XX, Joaquim Nabuco em seu livro *O Abolicionismo* não menciona o termo “raça” com esse significado. Para Mello (2000), “a palavra "raça" na escrita de Nabuco “é empregada sem rigor conceitual, desleixadamente.” (MELLO, 2000).

Do mesmo modo José Murilo de Carvalho (2000) elencou o livro *O Abolicionismo* como: “o melhor panfleto político que já se escreveu entre nós.” E ressaltou ainda: “o respeito que Nabuco merece nos proíbe qualquer ironia diante da confissão.” (CARVALHO, 2000). Isso se referindo ao fato de Nabuco ter mencionado sentir saudade do escravo no livro *Minha Formação* (1900). Ou seja, segundos os autores, Nabuco utiliza o termo “raça” sem os significados reais que o termo tinha na época, e por ser ele um “grande abolicionista” merece tanto respeito que nos fica proibido atentar para a confissão da saudade do escravo, aquele que ele defendia em favor da abolição, mas que lhe faria falta na manutenção do estilo de vida que a escravidão criou. Diante disso, Célia Azevedo (2001), ressaltou ter a “impressão de que os estudantes de História deveriam se aproximar dos documentos históricos – no caso, o texto de Nabuco –, como se fossem peças sagradas. Antes que os conheçamos, já precisamos venerá-los em todos os seus dizeres”, (AZEVEDO, 2001, p. 4).

Ainda sobre esse debate, a socióloga Angela Alonso (2012) defendeu não acreditar que o termo ‘racista’ possa ser atribuído a Joaquim Nabuco, por considerar que as ciências sociais ainda estavam iniciando a discussão sobre o conceito de ‘raça’ na época de Nabuco. Para Alonso, o que Nabuco tinha, como os progressistas da época, era a visão da sociedade hierarquizada, até porque a noção de desigualdade e socialismo já eram disseminadas na época. A autora resalta ainda para o cuidado que se deve ter no levantamento de “críticas anacrônicas” sobre a escrita do abolicionista (ALONSO, 2012, p. 87). Com isso, vemos que há uma certa polêmica em torno da cristalização da imagem do pernambucano e da consideração ou não de

racismo em sua escrita. Todavia, acreditamos na importância da compreensão de que Nabuco era um sujeito do seu tempo e como afirma Célia Azevedo, “estava em consonância com o espírito do momento, em que intelectuais como Silvio Romero e Roquette-Pinto queriam “embranquecer” o País. (AZEVEDO, 2012, p. 60). Ou seja, é provável que Nabuco tenha reproduzido a ideia de inferioridade da raça negra em suas formulações discursivas mesmo em defesa da abolição.

No entanto, pensamos que cristalização da imagem de Nabuco como sujeito excepcional, como aparece nas biografias citadas anteriormente, pode negligenciar o fato que ele também era um estrategista, e desde o início de sua movimentação política utilizou de seus privilégios para estabelecer relações favoráveis aos seus objetivos políticos. Vale ressaltar como “A adesão de Nabuco à causa negra também pode ser vista antes como um movimento político do que como um ato “humanista” ou mesmo piedoso, como se costuma pensar” (MORAES, 2012, p. 64). De fato, não se pode atribuir o termo ‘racismo’ para as palavras de Nabuco, não como abordamos o racismo hoje. Contudo, importa pensarmos que Nabuco fazia parte de uma elite escravocrata e essa história que ele conta é também a história do “outro”, sobre o “outro”, a partir do olhar dele. Em outras palavras, é uma retórica que engendrou também uma marca, uma memória e um estigma sobre o “outro”, e que mesmo em termos de defesa pela abolição reproduziu um discurso de inferiorização racial.

Nesse caso, não só o discurso, mas como falamos, a própria figura de Nabuco se mantém assim. E mesmo que “as diferenças raciais não foram as principais justificativas para a escravidão no Brasil”, isso não elimina o fato do racismo também ter sido parte presente nessa questão (ALBUQUERQUE, 2009, p. 27). Por outro lado, sobre a questão de cometer ou não anacronismo, acreditamos, como afirmou Garcia, na impossibilidade de pensar uma época e um presente sem anacronismos, ou mesmo “sem o cruzamento dos tempos.” (GARCÍA, 2020, p. 187). Para Garcia, a tentativa de não cometer anacronismos seria uma obsessão que pode nos levar a não consideração das mudanças temporais, do ressurgimento no presente de elementos do passado (GARCÍA, 2020, p.1 89-90).

Com isso, compreendemos que efetuar um olhar crítico para a retórica de Nabuco considerado “representante da nação” e “sujeito monumento”, não significa demonizar sua imagem ou olhar para o passado e colocar Nabuco no lugar social ocupado pelos racistas no nosso tempo, nem tampouco atribuir o termo de ‘racista’ ao pernambucano. Mas sim, como diz Ricardo Salles, “conhecer Nabuco e as lutas abolicionistas é, em primeiro lugar, uma

oportunidade de trazer as experiências das gerações passadas para nos ajudar em nossa geração, com nossos problemas e questões.” (SALLES, 2012, p. 94). No nosso caso, os problemas que olhamos são referentes à retórica de inferiorização e estigmatização das pessoas negras, elementos discursivos que ainda são disseminados por vários símbolos no século XXI. E o olhar sobre a escrita de Nabuco também nos interpela sobre “como o conhecimento do passado pode nos ajudar na construção do futuro? Essa pergunta, queiramos ou não, ronda a prática dos historiadores e certamente não tem e não terá uma resposta definitiva.” (SALLES, 2012, p. 94).

Por suposto e como forma de reparação histórica, que talvez possa ser um tanto ousado dizer “reparação histórica”, engendramos uma pesquisa em torno da retórica da simpatia pensando em como tal retórica aparece na escrita no livro *O Abolicionismo*, onde Nabuco propõe a abolição da escravidão. Buscamos questionar como podemos perceber a utilização de uma linguagem sentimental que demonstra ou incita simpatia para persuadir o leitor a apoiar as ideias do abolicionismo. Isto é, as ideias nos moldes que Nabuco acreditava como efetivas. Nos indagamos ainda sobre qual a forma utilizada por Nabuco ao se referir às pessoas escravizadas nessa retórica da simpatia? Como essas figuras aparecem? Como ele se refere a esse “outro”? Como diz Koselleck, “experiências suscitam novas perguntas, e novas perguntas abrem novos caminhos de pesquisa” (KOSELLECK, 2014, p. 32). Sendo assim, acreditamos que retornar a um texto de uma escrita considerada ainda grandiosa e empreender sobre ela uma análise é sobretudo ressignificar os modos de se fazer história.

Os argumentos que indicam inferiorização e que vamos destacar do livro de Nabuco não aparecem na retórica em sua escrita do mesmo modo como conhecemos o racismo hoje, com as palavras ou simbologias que vemos manifestar em nosso tempo. As definições de distinção racial da época de Nabuco eram outras, por mais que a base tenha sido a premissa de inferiorização daqueles que foram escravizados pela raça e cor da pele, é bom que saibamos que o racismo na escrita de Nabuco surge de maneira sutil e muitas vezes como forma de compaixão. O destaque pode nos permitir a percepção de que há uma distinção entre o “eu” (Nabuco) e o “outro” (as pessoas escravizadas). É algo que surge na escrita como distinção, muitas vezes apontada pelo próprio Nabuco, outras vezes negada como veremos no nosso segundo capítulo.

Esta dissertação se divide em três capítulos, no primeiro deles fazemos uma abordagem historiográfica da vida de Joaquim Nabuco e do contexto político e social em que o livro *O Abolicionismo* (1883) foi escrito e publicado, ou seja, trataremos alguns dos acontecimentos

ocorridos na vida de Nabuco durante a escrita do livro, para que tenhamos uma noção das motivações que o levaram a produção dessa propaganda abolicionista. Ainda no primeiro capítulo, procuramos compreender quem foi Joaquim Nabuco no movimento abolicionista, como se desenrolou seu envolvimento com o movimento brasileiro, e o que isso pode nos dizer sobre a produção do livro de Nabuco. É parte do nosso primeiro capítulo um também a análise sobre se haviam outros escritos sendo publicados na mesma época, e quais os outros sujeitos presentes no movimento abolicionista brasileiro e ativos no mesmo contexto e momento que Joaquim Nabuco.

Para o segundo capítulo desta dissertação, direcionamos a atenção a uma análise mais aprofundada do livro *O Abolicionismo* (1883), faremos uma descrição textual destacando pontos chaves que nos serviram de matéria prima na busca pela manifestação da retórica da simpatia na escrita de Nabuco. Os trechos do livro de Nabuco que traremos em destaque, foram escolhidos por acreditarmos conter os argumentos mais relevantes que exemplifiquem, dentro do contexto de nossa análise, a presença de elementos de uma retórica que visa a persuasão do público pela descrição de sofrimento e de expressões que passem uma ideia de compaixão para com os sujeitos escravizados. Buscamos expor a forma com que Nabuco se refere às pessoas escravizadas, quais palavras ele utiliza para descrever suas expressões e comportamentos, e como poderíamos perceber menções de inferiorização racial, de diferenciação e posicionamento social. Procuramos também observar as características da retórica persuasiva, termos de suposto sentimentalismo utilizados para incitar a simpatia e emoção do seu público com relação à escravidão e especificamente à condição dos sujeitos escravizados.

Ainda no segundo capítulo, procurou-se notar se há a invocação da simpatia através da descrição do sofrimento daquelas pessoas e como Nabuco posiciona seus argumentos para isso. Como a apelação sentimental e a retórica da simpatia se manifestaram na escrita e qual a estrutura discursiva utilizada. Há uma apelação sentimental primeiro, e depois são apresentadas propostas de reformas sociais, ou mesmo a proposta do próprio projeto abolicionista que o leitor seria incapaz de rejeitar? Qual o vocabulário utilizado, as hipérboles e enumeração de sentimentos? E seria possível perceber a quem Nabuco fala? São esses alguns dos questionamentos que buscamos averiguar e verificar para compreendermos como a retórica da simpatia na escrita de Nabuco se entrelaça ao racismo e suas figurações. Encaminhando para o final da dissertação, o terceiro e último capítulo, é destinado a uma discussão das percepções de racismo encontradas na escrita de Joaquim Nabuco. É neste capítulo que procuramos

compreender como Nabuco imaginou a sociedade em que ele vivia e a sociedade que ele queria para o futuro com o projeto de abolicionismo, uma vez que uma de suas principais preocupações era o atraso que a escravidão causava no país e que impedia o desenvolvimento da civilização e do progresso. Nesse sentido, buscou-se identificar como as pessoas negras aparecem na escrita do abolicionista, e qual a imagem reproduzida por ele para o convencimento da urgência em abolir a escravidão.

1. O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO BRASIL, JOAQUIM NABUCO EM LONDRES E A ESCRITA DO LIVRO *O Abolicionismo* (1883)

1.1 O cenário das movimentações abolicionistas na década de 1880

Neste primeiro capítulo abordaremos um pouco do contexto histórico no qual se insere o livro – *O Abolicionismo* (1883) – e seu autor Joaquim Nabuco dentro da situação social de onde emerge a retórica abolicionista a proposta de abolição da escravidão. Nossa abordagem vai seguir o rastro de alguns acontecimentos situados entre as movimentações pela abolição na década de 1880 e a participação de Nabuco nesse movimento, com destaques para algumas de suas vivências e articulações na política que possam nos levar a compreender o seu papel no movimento abolicionista. Ou seja, quem era Nabuco nesse movimento e como se deram os desenlaces para a escrita do livro *O Abolicionismo* (1883). A discussão deste capítulo ficará focada um pouco mais para o “papel” de Nabuco e para a funcionalidade que o livro possa ter representado para o movimento abolicionista. Os acontecimentos de que trataremos aqui, com destaque para os do movimento abolicionista no Brasil de 1880, ocorreram em meio a estadia de Nabuco em Londres local de onde ele escreve o livro. Tendo isso conta, junto as considerações das vivências de Nabuco antes da escrita, sua inserção na política nos informa os meios pelos quais Nabuco foi se posicionando nas movimentações pela abolição.

Para uma compreensão dos desenlaces da movimentação abolicionista no Brasil imperial, há de se considerar que o modo performático foi crucial pois apresentou e moldou a escravidão como um problema e impedimento ao progresso da nação, e, o abolicionismo como solução desse mal. Angela Alonso e Celso Thomas Castilho são algumas das referências que trouxeram uma ampla discussão sobre o caráter teatral e de espetáculo do movimento abolicionista que se formou em meados de 1880. Como dissemos, a narrativa das discussões pela abolição girava em torno da escravidão como problema central, de modo que este enfoque parecia ofuscar a questão sobre a emancipação das pessoas escravizadas. Não foi apenas a retórica de Nabuco que seguiu uma lógica ambígua ora citando o problema do escravo como motivo para abolição ora citando o empecilho da escravidão para o progresso como obstáculo principal. Como mostrou Célia Azevedo (1988), muitos dos abolicionistas não se mantinham posicionados totalmente contra os interesses dos proprietários de escravos e a propriedade privada, foram poucos como Luiz Gama e André Rebouças, por exemplo, que chegaram a propor reforma agrária para o pós abolição. Veremos alguns detalhes e também as diferenças

entre as propostas abolicionistas mais adiante, por hora cabe-nos ressaltar que em alguns casos, como destacou Célia Azevedo, “as perspectivas dos abolicionistas acabavam por convergir para o sentido de preservação do poder e das riquezas da classe dominante” (AZEVEDO, 1988, p. 44). Talvez por isso a ideia de que o abolicionismo não foi um movimento todo voltado para a defesa das pessoas escravizadas.

Angela Alonso argumenta que a configuração do movimento abolicionista brasileiro foi bem demorada, por mais que houvessem pensamentos voltados ao antiescravismo, as ações demoraram um pouco para aparecer. A autora precisa o final dos anos 1860 como o período de organização e materialização do movimento abolicionista no Brasil. Algo que foi se moldando a partir de três mudanças. Na cena internacional “um ciclo de abolições se iniciou no século XVIII e, nos anos 1860”, e os brasileiros se espelhando nessas movimentações, “se viram prestes a restar com último escravismo do Ocidente”, algo que orientou as ações do movimento abolicionista no Brasil. Das outras duas mudanças chave para a materialização do abolicionismo brasileiro, foram a crescente urbanização que permitia mais coletividade e discussão em espaço públicos, e por último a “conjuntura política” que propiciou movimentações do Partido Conservador como por exemplo, acesso ao ensino superior e proposição da Lei do Ventre Livre. (ALONSO, 2015, p.17-18).

Cabe ainda ressaltar que as ações pela abolição do tráfico em 1850 não tinham a menor intenção em abolir a escravidão, mas por outro lado mantê-la, e como já havia sido promulgada a lei de 1831 de abolição do tráfico de escravizados, o que se tinha era a manutenção da escravidão e continuação do tráfico pela via clandestina. Nas palavras de Emília Viotti da Costa o quadro era este: “aqui e lá um espírito mais independente publicava um ensaio sobre as vantagens do trabalho livre. Um parlamentar apresentava um projeto visando melhorar a situação dos escravos, um poeta lamentava os sofrimentos dos escravos [...]”, mas com toda a resistência das autoridades em debater o assunto, “[...] o ensaio era ignorado; o projeto, engavetado; e o poema, esquecido.” (COSTA, 2008, p. 39).

De acordo com Celso Castilho (2015), foi logo após o fim da guerra do Paraguai que a questão de fim da escravidão no Brasil começou a aparecer nos jornais da época, principalmente no *Jornal do Commercio* que era o principal periódico da capital imperial. Naquele momento, meados de 1869, o estado brasileiro “exigiu que o governo provisório do Paraguai abolisse a escravidão”, é daí que o Brasil, se vê diante do questionamento de quando isso viria ocorrer em seu território. (CASTILHO, 2015, p. 277). Dois anos antes da Lei do Ventre Livre e da pauta

de fim da escravidão, já se fazia presente determinada questão, porém foi nesse período, ainda segundo Castilho, que se davam os primeiros sinais da consciência do problema da realidade escravista para o Brasil. Em termos regionais, além da província de Pernambuco que se destacava já em início de movimentações abolicionistas, outras doze províncias debatiam a implementação de leis de emancipação antes da Lei do Ventre Livre de 1871. Dada a escravidão como problema, as atividades do cotidiano não deixaram de refletir a preocupação com as consequências que o sistema escravocrata causava ao país. Por esse modo, os anúncios em jornais passaram a ser de censura à escravidão, e as discussões públicas a debater o julgamento do sistema escravocrata como problema social evidenciando suas mazelas que culminavam em atraso da nação.

Foi em Recife, a capital pernambucana e lugar de origem de Joaquim Nabuco, onde se estabeleceu um direcionamento ao que seria discutido sobre o tema, isso por conta do engajamento da imprensa e das movimentações de grupos associativistas locais e sociedades emancipadoras. Além de Recife estavam também Bahia, Espírito Santo, Ceará e Rio Grande do Sul locais onde já existiam discussões advindas de sociedades antiescravistas, levando os debates também à esfera pública (ALONSO, 2015, p. 436). Em uma análise sobre as atividades abolicionistas no Recife, Celso Castilho (2015), chama a atenção para o fato de que o movimento que ia se formando com junção de pessoas pela causa da abolição, não era um todo homogêneo com pessoas de mesma origem social, mas pode-se considerar a existência de marcadores sociais como gênero, raça e classe. Do mesmo modo que existiam os representantes específicos para o funcionamento do movimento, em sua maioria homens envolvidos na política ou estudantes adeptos da causa que se embrenhavam em grupos associativos.

O abolicionismo associativo era organizado pelas associações na perspectiva de atingir a população por meio de reuniões tendo como pauta a causa abolicionista. Geralmente as reuniões eram realizadas em praças públicas, igrejas e teatros. No caso de Recife, se destaca a utilização do espaço da Faculdade de Direito, ocorrendo também em locais onde viviam pessoas escravizadas. Era comum vincular os participantes de associações antiescravistas a homens generosos preocupados com os problemas da nação, e por isso verdadeiros patriotas. Isso gerava um certo reconhecimento público para os envolvidos na organização das atividades pela abolição. E os estudantes da Faculdade de Direito de Recife eram alguns dos envolvidos no debate pela abolição, que em sua maioria pertenciam à elite e eram ligados ao partido liberal da época.

Podemos citar como exemplo de participação estudantil na luta pela abolição, o envolvimento do jovem Castro Alves, um dos alunos de Direito que naquele contexto ficou muito conhecido pelos seus poemas antiescravistas. Em 1866 Castro Alves teve seus textos lidos e popularizados, tratava-se de poemas cuja linguagem era de uma retórica sensível que denunciava os males da escravidão. A memória de Castro Alves e seus textos abolicionistas, perduraram até muito depois de sua morte em 1871. O próprio Joaquim Nabuco que foi colega de Castro Alves, era leitor de seus textos e admirador do jovem como participante da causa pela abolição. A produção textual de Castro Alves acabou por se tornar referência em termos de defesa da liberdade das pessoas escravizadas, Alves investia em uma lírica bastante dramática na intenção de versar que a escravidão era a destruição a vida do escravizado. Segundo Castilho (2015), o conteúdo dos textos do estudante Castro Alves foi de grande aparato para que outros grupos antiescravistas produzissem suas próprias reflexões e propostas de emancipação.

Os interesses do grupo de estudantes na década de 1860 pela causa abolicionista, majoritariamente composto por homens, visava não somente fortalecer a identidade do próprio grupo dentro do movimento abolicionista que vinha se consolidando, mas tratava-se também da demonstração de força e de masculinidade, modo importante de serem vistos publicamente (CASTILHO, 2015, p. 284). Nesse mesmo cenário tendo jovens a favor do abolicionismo, haviam também os ditos promulgadores da liberdade que saíam em defesa de pessoas escravizadas prestes a serem condenadas à morte por cometer alguma ação contra senhores e feitores. O método de defender um escravizado na época era uma ferramenta muito usada na promoção das ideias emancipadoras do ativismo associativo, e é nesta situação social que se acumulavam as discussões e mobilizações promovidas pelos estudantes. Joaquim Nabuco que era estudante de Direito na época, também participou de uma dessas defesas como início de uma carreira na advocacia. Trata-se da defesa do escravizado de nome Tomás de quem falaremos mais adiante, e que relegou uma certa visibilidade para a família Nabuco.

Questões como a substituição da pena para crimes cometidos por escravizados estavam muito presentes nas pautas argumentativas do movimento de estudantes abolicionistas. Nessa atmosfera, formava-se também a opinião pública por meio da divulgação na imprensa, inclusive sobre a situação da escravidão e abolição em outros em outros países, especialmente em Cuba, pois outras partes viviam pós abolição. Naquele momento a escravidão ainda era o sustentáculo da economia e da agricultura no Brasil imperial, pilar da sociedade hierárquica e do modo de vida que levavam membros da elite política, e que por sua vez a escravidão corria no sangue da

nação (ALONSO, 2015, p. 28-29). O respeito à ordem privada escravista era a convicção básica, mesmo quando a escravidão passou a ser vista como “mal necessário”, a preocupação central era o não declínio da expansão agrícola e do progresso do país. Nas discussões sobre o fim da escravidão em meados de 1867 um pouco antes da primeira lei de emancipação gradual – Lei do Ventre Livre – como bem afirma José Murilo de Carvalho, até que se encontrassem outras alternativas para mão de obra sem uma alteração drástica no sistema vigente, a ideia era usar o escravo até onde pudessem (CARVALHO, 2011, p. 318) na ânsia por manter a mão de obra e o estilo de vida baseados na escravidão.

Por conta disso, falar em fim da escravidão era falar em eliminação de um estilo de vida, pois, sobretudo na época da escravidão, a influência política e a posse de terras andavam de mãos dadas (COWLING; CASTILHO, 2013, p. 165). Sendo assim, o medo do fim da escravidão, principalmente do lado dos proprietários de escravizados, era o medo de perder as posses o poder e as regalias do estilo de vida proporcionado pelo sistema escravocrata. Afinal, a escravidão também criou um tipo de vida específico para as elites, e como a ameaça de fim do sistema quem iria servir o café, colocar a mesa em todas as refeições e manter a renda dando seu suor no trabalho braçal, se não as pessoas escravizadas? Para os estadistas do império denominados burocratas, a preocupação era perder rendas de exportação (o grosso da arrecadação que sustentavam a máquina pública. Já para os proprietários de escravos e terras o medo era não ter mão de obra para a colheita e todo o trabalho que produzia o que gerava renda. Por outro lado, os pequenos proprietários temiam perder aquela fonte de renda (trabalho ao ganho do escravizado ou aluguel).

O destaque em abordarmos neste primeiro capítulo as movimentações abolicionistas da década de 1880, motivou-se por ter sido esse o período em que mais cresceu o número de associações antiescravistas por todo o Brasil Império. De acordo com Cowling e Castilho, a cidade de Recife, onde nasceu Joaquim Nabuco, era a terceira maior do Brasil de 1800, e uma das que “produziu um forte movimento abolicionista urbano, bem como políticos que moldaram a agenda antiescravista do parlamento nacional” (COWLING; CASTILHO, 2013, p. 165). Ali estava localizado um dos principais pontos de riqueza do país em se tratando de poder e propriedade escrava. As ações do movimento associativo e dos clubes abolicionistas das principais capitais do império como, Recife e Salvador e Rio de Janeiro, foram de extrema importância para a consolidação da participação popular acerca do tema da escravidão em espaços públicos. Enquanto o governo se opunha e continuava ignorar e resistir à campanha

antiescravista, os grupos abolicionistas que iam se formando alimentavam e disseminavam intensos debates políticos no cenário público, urbano e rural.

A propaganda pela abolição avançou lentamente ao longo dos anos, e a escravidão como problema social, assim como a emancipação das pessoas escravizadas, passaram de um tema restrito e discutido entre os estudantes e políticos a um tema de interesse coletivo. Em Recife por volta de 1880, a espetacularização da abolição em eventos nos teatros promoveu o que se pode chamar de fenômeno do *Teatro Abolicionista*, em que quase todas as execuções de atividades artísticas apresentadas como espetáculo de obras dramáticas envolviam a questão da escravidão como problema. No início dos anos 1880 em atuações de palco, a utilização do drama e de recitações de poemas, como por exemplo os poemas de Castro Alves (1847-1871), assim como espetáculos com entregas de manumissões foram muito utilizados; foi desse elo de eventos e disseminação das ideias emancipacionistas que se consolidou uma identidade abolicionista. Algo que se pode ver no extenso trabalho de Angela Alonso (2015) a consolidação do movimento abolicionista, a participação de sujeitos como Joaquim Nabuco, André Rebouças e José do Patrocínio, e a por sua vez, sobre os moldes teatrais em que se formou as movimentações pela abolição.

Para Castilho, autor que analisa especificamente o papel do teatro no desenvolvimento do movimento abolicionista de Recife, a existência de tal fenômeno foi importante na construção de uma identidade coletiva do movimento abolicionista, bem como para a compreensão das articulações políticas e sociais da época, já que posteriormente o Governo começou a intervir em espaços que promoviam espetáculos com o tema da abolição, para evitar a disseminação da ideia em âmbito público. Entretanto, Castilho destaca que “foi precisamente a questão da abolição que desencadeou o primeiro movimento social de alcance nacional no Brasil, ou seja, que ligou e conectou articulações locais de múltiplos países.” (CASTILHO, 2012, p. 328).

Esse novo estilo político de movimentações pela abolição foi uma das características do movimento abolicionista especificamente brasileiro entre os anos 1880 e 1886. Não somente em Recife, mas em várias capitais do império, principalmente a capital do Rio de Janeiro, onde se concentrava mais o movimento composto por abolicionistas nacionalmente conhecidos como André Rebouças, José do Patrocínio e o próprio Joaquim Nabuco. Na consolidação de uma identidade o ideal abolicionista se mostrava então como o próprio ideal da sociedade, da nação, e este modo teatral de se fazer propaganda configurou e produziu outras formas de discurso

sobre as considerações do que seria importante para o desenvolvimento e alicerçamento de uma nação, sobre a importância de se debater os problemas também na esfera pública. O tema da servidão vinculava e colocava em perspectiva a disseminação de debates como a propriedade privada, direito, cidadania, liberdade, identificação e a ideia de pertencimento. Temas que formavam o imaginário social da época em torno da abolição.

De acordo com Castilho, pela forma participativa dos membros e a performatividade teatral em suas campanhas, o abolicionismo pode ser tratado como uma forma “inventada” da política que representou o primeiro movimento social nacional do Brasil, e foi através desse movimento que surgiram as possibilidades de uma participação social ativa. Para o historiador, a dinâmica das movimentações abolicionistas formulou noções de política, discurso, e participação social (CASTILHO, 2013, p. 380). Assim, a contextualização histórica da formação e ações do movimento abolicionista, que não foi um bloco todo homogêneo, nos mostra que uma manutenção da imagem de Nabuco como sujeito ilustre do movimento, imagem que é formada somente a partir do século XX, ou seja, a construção canônica tanto de Nabuco como de seu livro *O Abolicionismo* (1883), é inviável frente a percepção de que práticas abolicionistas partiram de grupos diversos e não apenas daqueles a que Nabuco fez parte, como veremos adiante.

Na publicação do *O Abolicionismo* em 1883, o livro foi recebido com certo alarme pelos jornais abolicionistas, entretanto, não é deste período a formulação da imagem de Nabuco como um mito e herói nacional, algo que acontecerá apenas após sua morte. Retomaremos ainda essa abordagem sobre a canonização de Nabuco ao final de nossa dissertação, por hora, convém lembrar que o mesmo ano em que Nabuco lança seu livro, muitas práticas de emancipação já vinham sendo realizadas, por exemplo, por associações abolicionista, e uma dessas práticas que vale a nossa contextualização, foi a criação de um Fundo de Emancipação local desenvolvido e mantido sem auxílio nenhum do governo.

Esse investimento em fundo associativo de emancipação em meio às oposições e resistências do Governo para findar a escravidão, era utilizado pelas associações para comprar a liberdade de pessoas escravizadas. Ato que Cowling e Castilho (2013), vão chamar de “bancamento da liberdade”, ocorrendo em várias capitais do Brasil. No Recife cerca de 500 pessoas escravizadas foram libertas por esse meio, e no Rio de Janeiro algo em torno de 797. O Fundo de Emancipação “bancamento da liberdade” chegou a ser a principal ferramenta do movimento abolicionista que era mantida em grande parte por doações e acordos entre

integrantes do grupo e contribuintes. Dado o caráter de espetáculo das propagandas abolicionistas, como mencionamos, o “bancamento da liberdade” também era utilizado para promoção de eventos a favor da abolição. Como por exemplo, concentrações em praças públicas para comemoração de entregas de alforrias e realizações de atividades artísticas envolvendo o tema, bem como o investimento em publicidade escrita para alcançar aqueles e aquelas que não participavam das movimentações de forma direta, dentre os quais os senhores de escravos. Como se vê, foi esse o modo de atingir a população pelos clubes abolicionistas, e parte dessa população eram exatamente as pessoas escravizadas, nesse cenário, as pessoas escravizadas estavam a par das realizações efetuadas pelos clubes abolicionistas, e se faziam presentes nas reuniões e nos eventos, ou enviavam cartas de petição aos ditos abolicionistas em busca da possibilidade de liberdade que o Fundo Emancipatório oferecia. Sabe-se que as libertações pelos fundos de emancipação frente à enorme população escrava ainda existente na época, não foram suficientes para diminuir o número de cativos, entretanto, constata-se que atividades como essa por parte de numerosos grupos abolicionistas que dialogavam entre si em âmbito nacional, abriam caminho para novas formas de contestação à instituição escravista e à oposição política disposta⁴.

1.2 A abolição na agenda do Conselho de Estado e o caso do escravizado Tomás

Diante daquele cenário, a Lei do Ventre Livre foi uma amostra da emancipação gradual da escravidão e teve seus desdobramentos a partir de 1871. Com ela foi estabelecido que as pessoas escravizadas que nascessem a partir daquela data seriam consideradas livres. Por esse motivo, foi exigido aos senhores de escravos a obrigatoriedade em registrar todos os seus cativos em um livro oficial de matrícula de escravos existentes. O registro servia, de acordo com Beatriz Mamigonian (2017), para provar a propriedade, assim como para reconhecimento de registro individual, essa mesma matrícula serviria de base posteriormente para a classificação para efeito do fundo de emancipação. A matrícula seria obrigatória a partir dela se faria registros como de hipoteca, retirada de passaporte e transferências de propriedade. Segundo Mamigonian era um registro indispensável “para identificar os indivíduos e certificar-

⁴ Para mais detalhes sobre a criação de Fundos de Emancipação por grupos abolicionistas como por exemplo o Clube abolicionista de Recife composto por estudantes de Direito, e os desdobramentos das atividades por eles realizadas ver: CASTILHO; COWLING, 2013.

se de que eram escravos. Quem não fosse matriculado, ou “dado à matrícula”, nos termos da época, seria considerado livre.” (MAMIGONIAN, 2017, p. 427). Outra das exigências da lei impunha a criação de um fundo emancipatório para libertação futura dos escravos que estivessem então matriculados na lista de cada município, na qual também era exigido que os senhores atribuíssem um valor a cada uma das pessoas escravizadas. (PEDROSO, 2007, p. 81). Robson Pedroso Costa (2007), em um trabalho extenso sobre as tessituras do cotidiano e as resistências escrava em Olinda município de Pernambuco e sobre os desdobramentos das preocupações causadas aos senhores pela Lei do Ventre Livre, observou que a grande maioria dos senhores se dispuseram a registrar seus cativos após a lei. Isso porque aqueles cativos que não fossem matriculados, no prazo determinado, poderiam ser considerados não mais propriedades. Com isso, dada as possibilidades de fim total da escravidão, os senhores passaram a se preocupar em manter a posse de seus escravos até os últimos dias, para garantir, se houvesse, os rendimentos da “tão sonhada indenização.” (PEDROSO, 2007, p. 105).

A Lei do Ventre Livre foi um grande marco de iniciação da legislação de projetos graduais de fim da escravidão. Promulgada em 1871, teve o pai de Joaquim Nabuco, o senador José Tomás Nabuco de Araujo, como um dos produtores do texto em questão. Sobre os filhos menores das pessoas escravizadas a lei previa que ficariam sob o poder do senhor de escravo proprietário da mãe, que necessariamente devia garantir o sustento da criança ingênua até que completasse oito anos de idade. Depois dessa idade, o senhor poderia optar por receber uma indenização do Estado no valor de 600 mil réis, ou utilizar do serviço da criança até completar 21 anos. Isso ocorria porque como afirma Kátia Mattoso em uma pesquisa que traz mais dados sobre os trâmites da lei, aos oito anos de idade a criança ingênua “já deu provas de suas capacidades” (MATTOSO, 1988, p. 54). Segundo a autora, o período entre os 8 e 21 anos de idade contabilizava 13 anos de trabalho escravo, o que nenhuma indenização do Governo compensaria.

A esse tempo o pai de Joaquim Nabuco, encaminhou para que tanto Nabuco como seu outro filho, Sizenando, ingressassem na política. A essa altura, o jovem Joaquim Nabuco ainda não sabia exatamente o que fazer e qual carreira seguir; e começou escrevendo no Jornal em que seu pai fazia parte. O jornal em questão era *A Reforma* criado em 1871 pelos liberais moderados. Nabuco investiu em escrever sobre filosofia e crítica literária, mas seus escritos não tiveram muita repercussão na época. Foi então que o pai de Nabuco que fazia parte dos debates no Conselho de Estado, e precisava de informações sobre como se davam as discussões de

emancipação escrava no estrangeiro, incumbiu a Joaquim Nabuco a tarefa de traduzir artigos da *British and Foreign Anti-Slavery Society* – que era a Associação a associação voltada para a promoção da abolição no mundo, depois da abolição nas colônias britânicas. Assim Nabuco que se empenhou na tarefa ficou a par das ideias e ideais dos ingleses sobre o tema da abolição. É claro que Joaquim Nabuco já tinha outras leituras sobre o tema, pois vinha se envolvendo nas movimentações que ocorriam na Faculdade de Direito dos moços estudantes, como seus amigos Castro Alves e Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923). No entanto, aquela foi uma oportunidade a mais para ele de se inteirar sobre como se dava o debate pela abolição na Inglaterra.

Na biografia *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas* (2007), escrita pela socióloga Angela Alonso, a informação que consta desse período em meados de 1871 é que Nabuco estava em seu último ano do curso de Direito, e era exigido aos alunos nessa fase do curso a realização da defesa de um réu no tribunal. Os jornais noticiavam muitas fugas, “rebeldias” e crimes cometidos pelas pessoas escravizadas, o que fazia do crime assunto mais presente na opinião pública. A todo vapor em meio aos debates dos estudantes sobre a ordem criminal, Nabuco “farejou um caso de visibilidade”, o caso do escravizado Tomás, que ficou marcado como sendo seu primeiro caso de defesa no júri (ALONSO, 2007, p. 44).

André Carlos dos Santos fez uma análise minuciosa em uma tese sobre a questão criminal e a inclusão da pena de morte no Brasil Império, bem como as repercussões e desdobramentos no caso específico do escravizado Tomás. Segundo Santos (2019), o código que estabelecia pena de morte a crimes cometidos por pessoas escravizadas teve sua publicação excepcional em 10 de junho de 1835, e previa pena de morte obrigatória em casos de insurreição, e para os escravos que cometessem ações de matar, ferir ou ofender fisicamente seus senhores, seus familiares e feitores. De todo modo, o código nasceu como mais um instrumento, de domínio a serviço do Estado e dos próprios senhores, sobre as condições que se encontravam a escravaria. E assim, a criminalidade escrava foi um dos elementos que naquela época colocou em questão a configuração social de trabalho servil, por manter em evidência alguns casos intrínsecos do cotidiano da escravidão como, assassinatos, roubos, prisões, corrupções etc. Segundo Keila Grinberg (2018), esse código de 1835 perdurou até a abolição, e ficou marcado como um símbolo da escravidão no Brasil, afinal era uma forma simbólica da efetivação e manutenção do poder sobre pessoas escravizadas pois não se aplicava para as demais pessoas do país.

Vale lembrar desse contexto que os castigos físicos direcionados às pessoas escravizadas faziam parte do dia a dia da escravidão. E antes da aplicação de uma lei com pena de morte, já se fazia a utilização de instrumentos de tortura como por exemplo a máscara de zinco que cobria todo o rosto e era fechada por um cadeado, apenas com pequenos orifícios para nariz e boca. Havia também a imobilização em troncos posicionados em praça pública para realizações de açoites que as vezes levava o castigado ou castigada à morte. A crueldade seguia desde castigos físicos utilizados como exemplo a castigos excessivos em casos mais graves como punição por fuga, assassinato e rebeldia. É importante considerar que mesmo sem uma lei que desse pena de morte, e antes da introdução do código criminal que só ocorreu em 1832, havia uma forma de controle da população escrava por parte dos senhores na esperança de “obediência e sujeição” (GRINBERG, 2018, p. 144). Convém considerar que diante disso as pessoas escravizadas não agiam como seres passivos frente as imposições da ordem vigente, elas eram personagens históricos e efetuavam ações de interferência capazes de moldar e criar alicerce para a cultura de seu tempo (SANTOS, 2019, p. 61). Como bem ressalta Robson Pedroso Costa, não apenas os senhores de escravos e o Estado obtinham suas armas e estratégias para aplicar em meio ao dia a dia de violência, medo e ordenança. As pessoas escravizadas também possuíam suas próprias artimanhas, e mesmo diante dos riscos que corriam ao se oporem, ainda assim “moldavam suas vidas aos limites impostos pela opressão do cativo.” (COSTA, 2007, p. 136).

Interessa-nos perceber desse ínterim, as ações paliativas do Estado em meio à crise da escravidão que se avolumava. Um cenário específico da questão abolicionista, afinal os crimes cometidos por pessoas escravizadas refletiam de alguma forma uma insatisfação para com o regime vigente, e as ideias abolicionistas estavam a todo vapor já por volta de 1890. Sendo assim, para reafirmar o poder seria dever do Estado conter as várias formas de insurreições. Até porquê, no caso do Brasil Imperial a rebeldia escrava colocou “em xeque a segurança e a vida dos representantes do sistema escravista” (SANTOS, 2019, p. 15), por isso, medidas tão radicais foram tomadas. Entretanto, por mais que um código de pena de morte impôs algum freio aos crimes cometidos pelas pessoas escravizadas, segundo Santos (2019), esse não foi o motivo para o fim da “rebeldia” e das mobilizações cotidianas em meio a violência que sofriam no dia a dia com seus senhores. Muito pelo contrário, alguns cativos passaram até a utilizar do assassinato por exemplo como pretensão de alguma possível melhoria na sorte da vida que levavam. O caso do escravizado Tomás, defendido por Joaquim Nabuco é um exemplo, de uma

história que marcou não só a vida do próprio escravizado, como a de Joaquim Nabuco que abraçou a defesa que trouxe certa visibilidade para si e para a família Nabuco.

Sobre as minúcias do devido acontecimento e a respeito das inúmeras peripécias do escravizado Tomás diante da vida escrava, bem como as descrições sobre o caso na documentação oficial, remeto aos em trabalhos de André Carlos dos Santos e Robson Pedroso Costa. Em nosso capítulo é importante abordar um pouco do que ocorreu no caso de Tomás para compreendermos a história em torno da vida do cativo e o investimento de Nabuco em sua defesa. Segundo André Carlos dos Santos (2019), há registros de que Tomás foi um dos poucos escravos que teve, não só a profissão de fogueteiro⁵, como também seu nome envolvido em discussões de pessoas da elite e suas ações de resistência amplamente divulgadas nos meios de comunicação. Tomás tinha 25 anos de idade e vivia na cidade de Olinda em Pernambuco, e os enredos de sua condenação começam quando ele é acusado de matar o tenente Braz Pimentel que era suplente do Juiz Municipal na época. Tomás era frequentemente enviado a mando de sua senhora para a Casa de Correção onde recebia palmatoadas e açoites devido ao atraso no pagamento dos ornais arrecadados nos serviços que fazia como fogueteiro.

O caso teve início quando em uma das vezes que foi mandado à Casa de Correção, Tomás, após a prisão e a receber as 24 palmatoadas, resolve voltar e se vingar dos oficiais responsáveis pela violência. Depois de receber a “correção”, como prometido, Tomás retornou à cidade de Olinda após ser solto e ameaçou matar os oficiais Alferes Jerônimo Carneiro e Manoel Ignácio, que em meio a perseguição e confronto com o escravizado, aquele último dos oficiais terminou com ferimentos na cabeça causado por Tomás. Após o ocorrido Tomás foi detido e condenado à pena de trezentos açoites e trabalho de um a quatro anos pelo Juiz de Direito. Ainda na prisão, quando recebeu a sentença e após a primeira parcela de açoites o “preto Tomás”, como era chamado nos escritos dos periódicos que disseminava reportagens sobre o caso, fugiu da cadeia. O tenente Braz Pimentel era o encarregado dos processos do escravizado na época. Assim, após fugir, Tomás o procurou e o matou com um tiro de bacamarte e em seguida partiu para uma nova fuga.

Ainda de acordo com Santos, quatro dias após o assassinato, isso em outubro de 1867, o escravizado Tomás se entregou na Casa de Detenção de Recife e no decorrer do processo foi condenado a pena de morte. Quando preso, novamente feriu um dos guardas que o pegaram em

⁵ Na profissão de fogueteiro Tomás produzia e comercializava fogos de artifícios para festas comemorativas religiosas.

flagrante em uma tentativa de fuga do presídio, o que lhe conferiu mais um crime, porém, agora na cidade de Recife (SANTOS, 2019, p. 110). Após essa tentativa decorreu-se outra, e, com sucesso pois Tomás tornou-se novamente um escravo fugitivo com enorme repercussão nos meios de comunicação. Da última fuga, após várias tentativas sem sucesso, Tomás foi novamente capturado pelos oficiais, a partir daí segue-se então o processo julgamento do escravizado.

O caso logo tomou grande proporção pois o nome de Tomás já vinha sendo muito citado nos jornais tanto em Olinda quanto em Recife. Alguns dos periódicos até se encarregaram de construir uma imagem com detalhes personalísticos do “escravo assassino”, do mesmo modo, o caso chamou a atenção de todas as autoridades por conta de o crime envolver a morte de um tenente da guarda municipal e suplente de juiz em exercício. Conseqüentemente, dada a enorme proporção que os acontecimentos em torno do escravizado tomaram na imprensa, foi o suficiente para atrair também a atenção do jovem estudante de Direito Joaquim Nabuco.

Naquele contexto, Joaquim Nabuco estava no quarto ano de Direito ano de 1870, e era conhecido como filho do Senador Nabuco de Araújo conselheiro de Estado. Na defesa de Tomás, Nabuco advogou voltado a ênfase da mudança de comportamento do então escravizado, pois contra as acusações dos crimes eram necessárias boas provas para que o júri viesse a atenuar a pena de Tomás. Sendo assim, frente ao júri Nabuco destacou que Tomás havia mudado seu comportamento após ter sido açoitado em praça pública e condenado ao trabalho, isto é, ter recebido os castigos que lhe foram impostos. A argumentação da defesa de Nabuco buscava mostrar que Tomás havia adquirido uma outra reputação e não era mais um sujeito rebelde e dado ao crime. Ou seja, o argumento de Nabuco remetia a interpretação de que os efeitos das palmatoadas como castigo e ainda em praça pública teriam feito Tomás mudar seu comportamento e isso servia como prova para convencer o juiz de que Tomás não precisaria mais ser julgado a cumprir pena pelo crime cometido.

De acordo com Santos (2019), não há documentação em que é possível ler o discurso na íntegra que Nabuco fez naquele episódio. No entanto, é possível ter acesso a alguns dos argumentos sobre os comportamentos do réu no livro *A Escravidão* (1870) que foi escrito após o ocorrido, e é onde Nabuco condena o sistema escravocrata e retoma a história de Tomás como exemplo do malefício da escravidão. No Tribunal, Nabuco sustentou a polêmica contestando aquilo que Angela Alonso vai chamar de “escravismo de circunstância”, isto é, a prova utilizada por Nabuco era a de que a violência do sistema escravista remetida a Tomás, ou seja, a correção,

teria sido suficiente e significativa para resolução do caso e absolvição do réu. Nabuco defendeu o escravizado Tomás apontando que o problema não seria o escravizado e os crimes que ele havia cometido, mas sim a instituição escravista que levava à redução do homem ao nível de animal humano.

Em uma seção do livro *A Escravidão (1870)*, intitulada “A escravidão e a pena de morte – O preto Tomás”, Nabuco deu destaque ao ocorrido. Pelo trecho seguinte poderemos ver suas alegações a respeito da conduta do escravizado a fim de inocentá-lo. O pernambucano afirma:

barbaramente amarrado e açoitado. Fez-se uma reação no caráter do escravo [Tomás]. *De humilde tornou-se altivo: era bom, fez-se uma fera [...] não era mais um homem, era um tigre que se tinha debaixo de ferros. Mesmo acorrentado era terrível. [...] Fora por ser escravo, que o haviam açoitado; açoitado, fez-se nele um crepúsculo interior em que a educação que tivera como livre e os brios, que ela lhe formara, lutavam de energia com os ímpetos do homem selvagem de repente lançado ao cativo. Daí para o crime só faltava a ocasião.* (NABUCO, 1988, p. 58-9 grifos nossos).

No trecho é possível notar que no pensamento de Nabuco os açoites lançados ao escravizado o tornaram de “bom” a fera, de humilde a altivo e de homem a tigre. Lembrando que de acordo com Santos (2019), o termo “fera” que fazia referência a animal foi uma das palavras utilizadas pelos jornais⁶ para chamar a atenção às fugas do escravizado, o que para o advogado pernambucano seria elemento adquirido por Tomás após os açoites. Joaquim Nabuco também menciona que Tomás foi educado como livre, ao descrever as características de seu caráter. Segundo ele, Tomás adquiriu “bons instintos” porque era

[...]forte, de boa aparência, de bom trato [...] circunspecto, econômico humilde, brioso tinha ele uma reputação excelente no lugar. *Educaram-no como livre e por isso adquirira esses bons instintos. Ninguém lhe falara em cativo.* Trabalhava para sua senhora e para si com estímulo e consciência. Era chamado em Olinda – o sr. Tomás. (NABUCO, 1988, p. 58-59, grifos nossos)

Ao que se vê, a argumentação da defesa girava em torno de provar ao júri que as mudanças de caráter do escravizado foram fruto da violência da escravidão. Assim, Tomás aparece como “bom” e torna-se a “fera”, que daí para cometer crimes só faltaria uma ocasião. Ou seja, a escravidão para Nabuco criava um tipo de animal humano, o “tigre”. Essas figurações imputadas às pessoas escravizadas, mostravam na escrita de Nabuco as consequências da escravidão, algo que veremos também em seu livro *O Abolicionismo (1883)* quando diz que a escravidão “embruteceu” o escravizado.

É interessante notar que ao mencionar Tomás como escravo criado como um livre, Nabuco se refere ao fato de Tomás ter sido um escravo de ganho. O escravo de ganho era uma

⁶ Os jornais que utilizaram o termo foram, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Recife*.

das modalidades de trabalhadores escravos urbanos, aos quais era permitido o trabalho externo em relação a casa de seu senhor, como vendedor, jornaleiro, peixeiro dentre outras tantas funções. Assim como a de fogueteiro, que era a função exercida por Tomás. No exercício da tarefa ao ganho o cativo realizava a atividade que era a ele destinada e, ao final deveria entregar uma quantia pré-estabelecida nas mãos de seu senhor ou senhora. Se isso não ocorresse, o castigo era logo determinado. Como dito, Tomás foi várias vezes enviado à Casa de Correção a mando de sua senhora que alegava não receber o ganho combinado. Na maioria dos casos era de responsabilidade do próprio escravizado, sendo ‘escravo a ganho’ manter o seu próprio sustento. Essa modalidade era do interesse de ambas as partes, considerando que para o escravizado abria-se a possibilidade de alguma liberdade dentro do que impunha o regime escravocrata, e “gozava de notável autonomia”. Isso porque não era obrigatório ao cativo a ganho viver na casa do seu senhor. E para o senhor que adquiria não apenas os ornais, mas também a desobrigação esse era um modo fugir dos gastos comuns que era necessário empreender sobre o escravizado, como alimentação, vestimenta etc. (MACHADO, 2004, p 59 -99).

Para além da descrição do caráter de Tomás que Nabuco invoca em sua fala de defesa, talvez a intenção do advogado fosse mostrar Tomás como digno de elogio por mudança de caráter e por ter sido “criado como livre”. Entretanto, ser escravo de ganho não fazia do escravizado nenhum liberto. Mas de acordo com a modalidade que estava exercendo, o escravizado Tomás sabia que devia pagar uma quantia a sua senhora, pois do contrário ele seria posto a ferro, ou receberia açoites em praça pública. Isto é, como bem aponta Santos (2019), mesmo se fosse um equívoco os testemunhos sobre as ações de Tomás e que de fato os adjetivos apresentados por Nabuco fossem verdadeiros, ainda assim Tomás sabia que era um escravo pois: “o simples fato de pagar salários a sua senhora e, quando não, as palmatoadas, diziam categoricamente ao mesmo que era um escravo”, ainda que ele fosse um “Indivíduo [em uma] atividade econômica produtora e bem sucedida, com importantes serviços prestados nas festas de Olinda. Mas, ainda assim, escravo.” (SANTOS, 2019, p. 68).

Percebe-se que na argumentação de defesa de Joaquim Nabuco na tentativa de convencer o júri da inocência de Tomás, o crime passa a ser a própria escravidão. Nabuco então afirma: “*Na origem desse processo dois crimes sociais havia. Havia a Escravidão, havia a pena de morte. Fora a Escravidão que levava Tomás a praticar o primeiro crime, a pena de morte que o levava a perpetrar o segundo [...]*” (NABUCO, 1988, p. 59, grifos nossos). Por suposto,

Joaquim Nabuco não era ainda um dos abolicionistas em destaque na época da defesa, mas no cenário do caso de Tomás já se avolumava um ideal humanitário pelo fim da escravidão e, como mencionamos, as ideias abolicionistas tomaram corpo por meio da literatura, da propaganda em periódicos sobre o envolvimento de profissionais liberais, jovens estudantes e grupos associativistas, assim como pelo tribunal. Por esse modo a retórica abolicionista era de compaixão, e unindo tais ideais Nabuco investiu na condenação moral da instituição da escravidão para a defesa de Tomás. Entretanto, é bom lembrar que sair em defesa de um escravizado julgado criminoso e empunhar uma argumentação contra a escravidão já era um fenômeno que vinha tomando volume na época. Gênero de argumentação “introduzido com grande repercussão por Luiz Gama, por exemplo (de quem falaremos mais adiante) um ex-escravo que se fizera advogado em São Paulo”, e grande abolicionista de seu tempo (ALONSO, 2015, p. 44).

Ao fim do processo, ao invés da pena de morte Tomás foi condenado a galés perpétuas, que seria a prisão e prestação de serviços públicos diários, o que segundo Alonso, era a pena usual destinada aos escravizados. Para o advogado pernambucano, a defesa do escravizado Tomás lhe conferiu certa visibilidade, visto que o caso era de grande repercussão nas províncias, mas não só a ele, sobretudo à família Nabuco. Contudo, não seria esse o momento para Nabuco de continuar no processo e envolvido nas ocorrências criminais em defesa de escravizados. Após o caso de Tomás Joaquim Nabuco saiu para sua primeira viagem à Europa, o que seria uma espécie de viagem de formação muito comum para quem era estudante e jovem da elite, e a publicação de seu livro *A Escravidão* (1870) onde consta a história do caso de Tomás, só veio muito depois da morte de Nabuco, no centenário da abolição da escravatura no Brasil.

1.3 O livro *O Abolicionismo* (1883) como fruto de um autoexílio

Pouco depois da defesa do escravizado Tomás é que surge para Nabuco a primeira viagem à Europa em 31 de agosto de 1873, o que contribuiria para refinar os modos de corte que ele já que vinha ensaiando. Na viagem, por intervenção das relações que a família já possuía, o pernambucano buscou contato com intelectuais, políticos e escritores europeus. Ambicionava conhecer, como ele aponta em sua autobiografia, “homens célebres”. E cita nomes como, Adophe Thiers, Jules Simon, Saint Hilaire, Charles Edmond, como alguns dos que conseguiu realizar o sonho de conhecer pessoalmente. De acordo com Marcos Vinicius Caixeta, Nabuco seguia o exemplo de homens considerados elegantes, como escritores

européus da época a exemplo de Oscar Wilde e Marcel Proust, Ernest Renan. Outras leituras que também o auxiliaram o pernambucano em uma formação de postura social que Angela Alonso vai chamar de “dandismo”, foram romances de autores como Octave Feuillet, escritor francês e membro da academia francesa de letras em 1862, e Jules Sandeau outro romancista francês (CAIXETA, 2018, p. 88). Todos esses homens, segundo o próprio Joaquim Nabuco, foram a base da formação de sua inteligência. Apesar da educação e da cobrança do Senador Nabuco de Araújo, seu pai, para seguir seus passos na política, Nabuco (filho) preferiu o lado liberal e mais radical.

Nessa viagem Nabuco passou por Roma, Paris, e Londres, o que segundo ele o país dos britânicos foi o que o deixou mais impactado pela elegância aristocrática presenciada. De acordo com Alonso, Nabuco anotava todas suas impressões em um diário pois para ele a “a viagem era também de formação. Aplicou-se em aprender história e arquitetura, literatura e costumes”, do mesmo modo a funcionalidade da política. (ALONSO, 2007, p. 49). Nabuco só retornou ao Brasil um ano depois e como seu pai ia preparando a sua carreira no território brasileiro, o jovem Nabuco teve de retornar da Europa um pouco mais cedo. Nesse interim o pai arranja-lhe para tornar-se diplomata dos Estados Unidos, e posteriormente em 1877 lança o filho a candidato a deputado pelo Recife. Muitas coisas ocorreram até que a candidatura fosse lançada: Nabuco criou e abriu jornal, investiu como crítico literário, e assumiu o cargo de diplomata mesmo insatisfeito com a escolha do pai. No meio político não era muito conhecido, ademais, pelo tempo que passou fora do Brasil a visibilidade que havia adquirido com o caso do escravizado Tomás ficou para a família Nabuco, e sobretudo para seu pai que já era um Senador bastante renomado. Mas, Nabuco não herdou de pronto as reverências do Senador, e “teve de fazer reverências, pedir favores, reconhecer superioridades.” (ALONSO, 2007, p. 83). Recebeu bastante oposição pela Câmara, até mesmo do partido Liberal o qual fazia parte, muitos não viam o filho à altura do pai. Entretanto, como salienta Emilia Viotti da Costa, “apesar da má vontade de muitos, Nabuco, graças ao prestígio de sua família e a proteção do barão de Vila Bela, conseguiu ser eleito, embora, por pequena margem.” (COSTA, 2008, p. 104).

Como deputado Joaquim Nabuco colocou em prática a arte da apresentação em público, fazia discursos longos com adornos e retórica com frases de efeito, mas a pauta pela abolição só aparece em suas exposições por volta de 1879 quando decide se concentrar na questão da servidão. O que se tinha de emancipação gradual na época era a lei do Ventre Livre de 1871, e

na pauta de Nabuco as proposições giravam em torno da emancipação gradual com indenização aos proprietários. Foi em agosto de 1880, que como Deputado do partido liberal, Joaquim Nabuco apresentou um projeto na Câmara dos Deputados, cuja finalidade era o fim da escravidão no Brasil. Nele estabelecia-se o término da escravidão para 1890 com indenização aos proprietários. Era um projeto de extinção gradual da escravidão, que por conta da maioria esmagadora de conservadores na Câmara e defensores da manutenção do sistema escravista, foi logo derrotado⁷. É desse interím que Nabuco percebe a imensa oposição do Parlamento em discutir e acatar a ideia de abolição, assim ele investe em outras estratégias para fazer com que o debate fosse introduzido de alguma forma no governo. A essa altura, Nabuco também se preocupou em efetuar uma declaração à opinião pública como abolicionista, e se alinhar à propaganda abolicionista que ocorria no âmbito mais popular. Foi algo que o fez estreitar laços com os abolicionistas André Rebouças e José do Patrocínio. Isso porque Nabuco tinha o interesse no fim da escravidão e a propagação das ideias abolicionistas, sendo assim a aliança seria benéfica para suas atividades para além do Parlamento.

Para sua segunda candidatura em 1881 Nabuco investiria muito mais no tema do abolicionismo, o que conferiria a ele uma maior visibilidade, já que é nesse contexto que se alia a André Rebouças e José do Patrocínio e funda a *SBCE*, como veremos adiante. Antes, é importante lembrarmos de onde viria muitas das ideias de Joaquim Nabuco empreendidas ao longo de sua carreira. Uma de suas grandes referências era Willian Wilberforce, líder do movimento abolicionista inglês que desde fins do século XVIII defendia e obteve a abolição do tráfico e da escravidão nas colônias inglesas, e levantava projetos de lei para abrir o debate sobre a emancipação. Vimos que Nabuco já havia observado o funcionamento da política britânica a qual muito lhe encantava, e quando abolicionista pretendia seguir os passos daquela que era sua maior referência, a Inglaterra. Sendo assim, se comunicar com sociedades internacionais abolicionistas sobretudo a *Anti-Slavery Society* seria de grande valia para realizar suas intenções de emancipação no Brasil

Nesse contexto, até mesmo a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE)* criada por Nabuco em 1880 recebeu o apadrinhamento da *Anti-Slavery Society*, a ideia da sociedade

⁷ Segundo Angela Alonso (2015) o projeto “De imediato, acabava com o tráfico interprovincial, castigos corporais, a separação entre mãe e filho escravo, restringia a escravidão urbana (o fim de escravos de Estado e de ganho), fixava os escravos às localidades, propunha educação para eles, bem como respeito às suas famílias e amparo aos velhos e doentes. O financiamento dessa política viria de impostos sobre conventos, contratos do governo, espólios sem herdeiros, renda de títulos da dívida pública e um imposto territorial a maneira de Tavares Bastos e Rebouças.” (ALONSO, 2015, p.159).

antiescravidão britânica era de abolição imediata e tinha como premissa estabelecer uma internacionalização do movimento abolicionista. Assim a *SBCE* estreitando laços com a rede inglesa contribuiria para o ideal abolicionista que desenvolvia Nabuco, para ele o melhor naquele momento era “estabelecer uma rede política internacional que pressionasse o governo brasileiro.” (ALONSO, 2007, p. 116). O contato com a *Anti-Slavery Society* se inicia quando em setembro de 1879 Nabuco deputado efetuou um discurso na Câmara, no qual denunciava uma companhia inglesa que ainda mantinha escravos ilegais em uma mina de ouro. Tratava-se da St. John Del Rey Mining Company que desde 1845 havia comprado os escravos de uma outra companhia, mas com premissa de libertá-los após 14 anos, no entanto, passaram 21 anos sem que as pessoas fossem libertas (CARVALHO; BETHELL, p. 22). O discurso chamou a atenção do secretário da sociedade ante escrava londrina que contactou Nabuco por correspondência saudando-o pela denúncia, ocorrido este que marca o início da relação de Nabuco com os abolicionistas britânicos, que se reafirmará ainda mais durante a estadia em Londres quando torna-se membro efetivo da *Anti-Slavery Society* em 1882 e passa a frequentar as reuniões e conhecer mais de perto seus representantes, estabelecendo também contato com outras sociedades estrangeiras.

A própria sociedade britânica desde sua fundação via o Brasil, os Estados Unidos e Cuba como principais locais onde deveriam combater o tráfico de escravos e a escravidão. De acordo com Henrique Antônio Ré, “desde o início da década de 1840 até a abolição da escravidão brasileira, em 1888, a Sociedade britânica realizou esforços para combater o escravismo no Brasil.” (RÉ, 2017, p. 9) E a relação de Nabuco com a *Anti-Slavery Society* contribuiria exatamente para manter a investida dos abolicionistas ingleses. Toda a aproximação de Nabuco com os abolicionistas britânicos foi abordada por Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho em um livro no qual se pode ler as 110 correspondências trocadas entre Nabuco e membros da *Anti-Slavery Society*. Segundo os autores, a vinculação de Nabuco com os ingleses pode ser compreendida como “uma parceria buscada conscientemente por Nabuco com a finalidade de expandir a arena da luta para o cenário internacional. Melhor dito, para o centro da economia e do poder mundial na época.” (BETHELL; CARVALHO, 2008, p. 13).

Em 7 de Setembro de 1880 Nabuco funda a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE)*, composta por deputados, ex-presidentes de províncias e até oficiais navais, em maiorias pertencentes à elite, muitos dos quais políticos que apoiaram aquele primeiro projeto de Nabuco derrubado na Câmara. Junto à fundação da *SBCE*, proveio sem demora um texto de

manifesto publicado em português, francês e inglês.⁸ O manifesto da *SBCE* foi escrito com uma estratégia retórica composta por argumentos de “mudança – compaixão, direito, progresso – e pontuando a escravidão como herança colonial nefasta.” (ALONSO, 2015, p. 164). Fala-se ainda no Manifesto, do mal senhor que açoitava o escravizado em prol de sua própria fortuna, dos feitores “irresponsáveis” que torturam mulheres grávidas, e sela o cenário como o de “inúmeros instrumentos e infinitas crueldades que reunidas chamam-se – escravidão.”⁹ Do mesmo modo que o ideal abolicionista no Manifesto da *SBCE* surge como iluminação ao problema do Brasil.

O manifesto foi composto por 20 páginas e tem Nabuco como regente principal do texto. A *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE)* fundada por Nabuco, foi a marca de firmamento da sua aliança com o movimento abolicionista. Tendo seu projeto rejeitado na Câmara, naquele momento Nabuco precisava de uma nova estratégia, já que sua proposta não havia sido bem recebida no meio parlamentar. E como os abolicionistas André Rebouças e José do Patrocínio já atuavam pelas vias urbanas, por meio de conferências concertos, e escrevendo artigos em periódicos, essa aliança, poderia conferir a Nabuco mais visibilidade e talvez mais escuta. Foi daí que o pernambucano se declarou abolicionista a todo o público e firmou as alianças com o abolicionismo da rua e investiu numa propaganda para posteriormente se candidatar a deputado.

A *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE)*, fundada e presidida pelo próprio Joaquim Nabuco foi muito possivelmente inspirada na *Anti-Slavery Society* inglesa, e o manifesto por ele redigido, como vimos, apresentava a escravidão como um câncer na sociedade, deste modo a premissa era mostrar a abolição como solução para a civilização, para o progresso da nação e modernização do país, isso em termos político, social e econômico. Assim, com seus artigos no jornal *O Abolicionista* promulgando denúncias dos crimes escravistas, debates da Câmara, banquetes que reuniam políticos apoiadores no salão da família Nabuco e seus discursos acalorados no Parlamento, o pernambucano seguia propagandeando suas ideias de fim da escravidão. Nabuco era um monarquista liberal com proposta ousada de fim da escravidão, e na segunda campanha a candidato ele investiu nos encontros do tipo conferências que reunia a *SBCE* representada por ele, e outras associações existentes. Tomou a

⁸ No total “A Sociedade Brasileira Contra a Escravidão contava entre seus membros cinco deputados na legislatura então corrente, dois ex-presidentes de província, engenheiros e oficiais navais.” (CASTILHO, COWLING, 2013, p. 167).

⁹ Manifesto da Sociedade Contra a Escravidão p. 3.

missão como primeira tarefa, seus discursos angariavam elogios inclusive na imprensa internacional, oportunidade que o fez se tornar socio da Sociedade Abolicionista Espanhola. Apesar da forte campanha pautada na abolição Nabuco foi derrotado em 1881, o que resultou e que perdesse a vontade de permanecer em seu país. Desse modo, “frustrado e sob acusação de estar abandonando a luta, deixou o país em dezembro e regressou a Londres, num exílio quase forçado (BETHELL; CARVALHO, 2008, p. 30).

Mesmo com uma campanha voltada ao tema da abolição e com suas ligações com os Ingleses, Nabuco não foi reeleito. Em 1881 prestes a partir para Londres, em carta a seu amigo Sancho de Barros Pimentel, Nabuco diz: “[...] *A minha estrela porém não se apagou ainda. [...] viverei feliz e esquecido na sociedade que mais aprecio, na cidade que é o centro político do mundo, com os meus melhores amigos [...]*” (NABUCO, 1949, p. 61, grifos nossos). E é com este espírito que Nabuco parte para Londres após a derrota. Estadia que renderia a escrita do livro *O Abolicionismo*. Já em Londres, em carta a seus amigos, como forma de justificar o desterro, Nabuco lamenta não poder viver no Brasil sem um emprego que o pudesse sustentar. Mas com ajuda do Barão de Penedo, amigo que mantinha relações com pessoas da elite inglesa e sempre o auxiliava nas apresentações políticas com europeus, Nabuco foi indicado para o cargo de correspondente do *Jornal do Commercio* em Londres.

Com a mudança para Londres e o novo emprego, Nabuco precisou se adaptar a uma nova rotina, e entre as reclamações de baixo salário, o pernambucano aceita o trabalho que o manteria de alguma forma no estilo de vida dos ingleses. Como colunista do *Jornal do Commercio* o pernambucano ganharia um chefe exigente que impunha um modo de escrita no qual não deveria ser demonstrada a opinião do escritor. Em sua função no jornal, Nabuco teria que escrever sobre política e economia, motivo pelo qual começou a ler e estudar principalmente o tema econômico. A coluna cobriria também, desde reuniões da elite, a acontecimentos do Parlamento londrino. É neste ofício que Nabuco se introduz cada vez mais na atmosfera política e intelectual londrina, mesmo se interessando mais pela cobertura de eventos artísticos, as exigências para manter seu posto no jornal o direcionou para as leituras econômicas. Ou seja, Nabuco “teve de se inteirar das dimensões estruturais dos problemas sociais e políticos, para os quais até então pouco atentava.” (ALONSO, 2007, p. 146).

A vida em Londres o inseria de maneira mais presente no movimento abolicionista inglês e a relação antiga com a sociedade britânica antiescravista se reforçou ainda mais, Nabuco passou a participar de perto dos debates da abolição dentro do grupo político britânico

e do antiescravismo internacional. Em uma ocasião o jornal da *Anti Slavery Society* chegou a apresentar Nabuco como líder do Movimento Abolicionista do Brasil. Isso porque, durante a escrita da coluna no *Jornal do Commercio* Nabuco chegou a escrever alguns artigos voltados ao tema da abolição no Brasil, mesmo sem autorização de seu chefe, algo que demonstrava seu grande interesse pelas questões abolicionistas brasileira e sua ligação com o movimento. Entretanto, por mais que Nabuco tenha participado do movimento abolicionista no Brasil e criado a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE)* antes de partir para Londres, no território brasileiro as coisas caminhavam de outro modo durante sua ausência e, nem de longe, Nabuco era o principal “chefe” do movimento abolicionista no Brasil.

Para que possamos compreender o contexto e a imagem de Nabuco como líder do movimento abolicionista no Brasil, é importante considerar exatamente o fato de que Nabuco não estava isolado no movimento antes de partir para Londres e escrever o livro *O Abolicionismo* e publicá-lo em 1883, que posteriormente também vai lhe conferir a imagem de “grande reformador”. A figura de líder do movimento era muito construída também por ele mesmo, e por mais que fosse admirado no Brasil ainda assim haviam outros abolicionistas no mesmo contexto. A exemplo, quando Nabuco se inseriu no movimento abolicionista no Brasil e criou a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE)*, foi o mesmo ano em que outras associações foram abertas em vários estados, dentre as quais a *Associação Central Emancipadora (ACE)* no Rio de Janeiro organizada então pelos abolicionistas André Rebouças, Vicente de Souza e José do Patrocínio, que desde a fundação produziam eventos a favor da emancipação dos escravos nos arredores da cidade (DRESCHER, 2018, p. 35-36). Muito antes de Nabuco, também atuava pela emancipação Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882). Segundo Marcelo Badaró Mattos “em São Paulo, entre os anos 1860 e o início do período de maior mobilização abolicionista na década de 1880, a principal liderança abolicionista foi Luiz Gama.” (MATTOS, 2014, p. 156).

Gama que era nascido livre e havia sido vendido como escravo por seu próprio pai, foi “um dos grandes militantes do movimento abolicionista de seu tempo.” (AZEVEDO, 2020, p. 59). Quando conseguiu sua liberdade após se alfabetizar, colocou-se a defender juridicamente as pessoas escravizadas, e atuava na política, no jornal e no tribunal a favor da emancipação escrava. No intuito de ajudar os escravizados na reivindicação de alforrias Gama já sinalizava a ilegalidade da propriedade de escravos criados após a lei de 1831. Em sua atuação também expunha o problema racial existente no Império o qual presenciava e sentia na pele, defendia

não apenas a abolição da escravidão imediata, mas como afirma Elciene Azevedo, “a necessária equidade na inclusão do negro como cidadão” naquela sociedade. (AZEVEDO, 2020, p. 65). Luiz Gama foi um grande abolicionista e causava incomodo na política com suas proposições antiescravistas, e em seus poemas com a explicitação do racismo, foi um abolicionista “incisivo, como poucos, na exposição do quanto escravidão e racismo se entrelaçavam na cultura do Brasil oitocentista.” (ALBUQUERQUE, 2018, p. 329). Quando Nabuco estava em Londres, Luiz Gama ainda era vivo e mesmo após sua morte em 1882, as movimentações populares brasileiras eram cada vez mais crescentes na defesa pela emancipação escrava, ou seja, e existência e atuação de Luiz Gama nos diz que na ausência de Joaquim Nabuco a propaganda abolicionista no Brasil seguia a todo vapor com outros sujeitos envolvidos.

Da mesma forma, as atividades que agitavam na época do “desterro” de Joaquim Nabuco, saiam principalmente da *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE)* encaminhadas pelos abolicionistas André Rebouças (1838-1898) e José do Patrocínio (1853-1905). Dois contemporâneos de Nabuco que partilhavam ideias de emancipação, mas realizaram ações – os três – cada qual dentro de suas condições e relações sociais. Na ausência de Nabuco, Rebouças e Patrocínio permaneceram ativos pela abolição promovendo reuniões no espaço público, peças de teatro com tema da abolição, conferências concerto onde eram entregues doações e cartas de alforrias. André Rebouças era um abolicionista, engenheiro respeitado e professor de engenharia, filho de Antônio Pereira Rebouças (1798-1880) que foi político e um dos melhores advogados autodidata de sua época. Rebouças filho alcançou alta posição social e mantinha relações mais estreitas com os homens do Parlamento e sobretudo do Partido Liberal, de outro lado também era próximo das associações e clubes abolicionistas e até da família imperial.

Rebouças e Joaquim Nabuco trocavam correspondências sobretudo enquanto Nabuco estava fora, sobre os acontecimentos em torno da abolição no Brasil. De Londres, Nabuco contava que seus parceiros de abolicionismo do tempo de sua candidatura realizassem reuniões na *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE)*, bem como enviava textos para serem lidos na Câmara do Brasil. Entre os correspondentes mais assíduos envolvidos com a luta emancipacionista estavam Gusmão Lobo e o próprio André Rebouças. Em uma das cartas a Rebouças, em abril de 1882, Nabuco recomenda: “[...] *breve lhe enviarei uma proclamação que julgo que a Sociedade Brasileira deve dirigir à mocidade, talvez por ocasião da festa de 11 de agosto. Assim como pretendo redigir representações para as diversas Assembléias*

Provinciais [...]” (NABUCO, 1949, p. 71, grifos nossos). Em outra carta a Gusmão Lobo que também era membro do partido conservador e redator do *Jornal da Comércio*, Nabuco reforça: “[...] *é preciso que uma vez por mês, pelo menos, se reúna a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Ainda que composta de uns sete ou oito estou resolvido a não a ver morrer. Você tome isso a peito como sua própria causa [...]*” (NABUCO, 1949, p. 83, grifos nossos).

As correspondências e a coluna no *Jornal do Commercio* fazia com que Nabuco permanecesse conectado aos acontecimentos do Brasil, ainda no mês de novembro de 1882 em carta endereçada a Adolfo de Barros vice presidente da *SBCE* que assumiu justamente por conta da ausência de Nabuco, o pernambucano expressa novamente sua preocupação na manutenção das reuniões do movimento abolicionista no Brasil, Nabuco diz a Adolfo de Barros: “[...] *O que eu quisera é que uma vez por mês pelo menos vocês fizessem uma reunião da Junta e publicassem a ata — e que despertassem nas províncias o espírito abolicionista por comitês semelhantes.[...]*” (NABUCO, 1949, p. 85, grifos nossos). Ou seja, as correspondências pareciam servir para que ele enviasse suas recomendações e desejos do que gostaria de fosse realizado no movimento abolicionista do Brasil mesmo com sua ausência. Contudo, as propagandas no Brasil não ocorriam da maneira como Nabuco desejava, isto é, pela via parlamentar por exemplo. Na sua ausência o movimento abolicionista caminhava muito mais próximo da opinião pública, abolicionistas encaminhavam artigos em jornal, organizavam comícios na rua, nos teatros e faziam doações de alforria.

Além de André Rebouças, havia José do Patrocínio (1853-1905) que foi mais um dos sujeitos ativo no movimento abolicionista, organizador e propagador de campanha a favor da emancipação muito mais voltada para à tribuna popular. Patrocínio, diferente de Rebouças e Nabuco, não herdou fortuna e não fazia parte da elite imperial, apesar de ter obtido formação em Farmácia, tornou-se escritor romancista, editor e proprietário de jornal entre 1880 e 1890. Mas tinha certa distinção social por ser negro e filho da liberta quitandeira Justina do Espírito Santo, e do vigário João Carlos Monteiro. Assim como Rebouças, Patrocínio também viveu na pele os preconceitos do seu tempo, sofreu perseguições por conta da ascendência escrava, algo que foi bem utilizado para difama-lo, como o fez na época de 1881 o Sr. Silvio Romero no jornal *O Corsário* que investiu de forma violenta contra Patrocínio, publicando poemas e textos relacionando termos pejorativos e racistas à imagem do abolicionista. Romero foi um Jurista brasileiro, crítico literário e sociólogo que defendia o branqueamento no Brasil do século XIX. Este nome é mais conhecido quando se fala das questões raciais no século XIX e das propostas

de branqueamento. Romero, como outros racialistas do seu tempo, elaborou teorias para apresentar que a solução do problema racial para o Brasil seria o apagamento da raça negra, algo que veremos um pouco mais de perto em nosso terceiro capítulo.

Tanto Ana Flávia Magalhães como Ana Carolina Feracin da Silva¹⁰ analisaram aspectos específicos das perseguições sofridas por Patrocínio e as investidas de Romero para “ameaçar aqueles que tentavam discutir a desigualdade entre negros e brancos gerada pela escravidão.” (PINTO, 2020, p. 110). Entretanto, como afirmou Silva, “Patrocínio porém fez da cor de sua pele o próprio dispositivo que dava sentido a sua luta contra as diferenças que se impunham contra ele” (SILVA, 2006, p. 200), e fazia de sua voz e do espaço em seu jornal principais instrumentos de luta pela causa da abolição.

Procuramos destacar que Luiz Gama, André Rebouças e José do Patrocínio, foram alguns dos abolicionistas presentes no movimento brasileiro mesmo durante a ausência de Joaquim Nabuco. Para se ter um exemplo, neste mesmo período no Brasil o ano de 1883 (ano em que Nabuco publica seu livro *O Abolicionismo* em Londres) foi marcado pelo auge da propaganda emancipacionista na Corte Imperial. É também em 1883 que ocorre uma das ações de importância para o movimento no Brasil. José do Patrocínio, que estava à frente do jornal *Gazeta da Tarde* desde junho de 1881, juntamente com Rebouças e João Clapp¹¹ uniram 15 sociedades libertadoras abolicionistas de várias partes do Brasil e fundaram a *Confederação Abolicionista (CA)* que seria uma organização política para conferir os ordenamentos de reuniões e conferências em um panorama mais amplo. Do nascimento da *CA* surgiu em conjunto o Manifesto da própria Confederação lançado em 11 de agosto de 1883. A seguir vamos destacar alguns trechos desse Manifesto por acreditarmos em sua relevância para a compreensão de tal da situação e das proposições do movimento abolicionista brasileiro na ausência de Joaquim Nabuco.

O texto *Manifesto da Confederação Abolicionista (CA)* inicia com uma apresentação histórica da escravidão de índios e africanos no Brasil, é composto por 22 páginas e tem José do Patrocínio como principal autor e ao final é assinado pelas 15 entidades abolicionistas unidas por Rebouças, João Clapp e o próprio Patrocínio¹². Conforme o texto, o manifesto é todo direcionado “aos Representantes da Nação Brasileira”, nele José do Patrocínio sustenta a

¹⁰ Ver PINTO, 2020; FERACIN, 2006.

¹¹ João Fernandes Clapp (1840-1902), era comerciante com grande participação na movimentação abolicionista e envolvido em várias associações filantrópicas e financeiras (ALVES, 2019).

¹² Para lista completa das associações abolicionistas em formato cronológico ver: ALONSO, 2015.

necessidade da abolição imediata, reitera algumas pontuações das consequências da instituição escravista, denunciando os males da manutenção da propriedade, fala também sobre a ilegalidade da escravidão após a lei de 1831 que estabelecia o fim do tráfico de escravos no Brasil. E apresenta ainda dados da mortalidade acentuada de escravizados no tráfico negreiro, bem como as desvantagens das leis que projetavam uma abolição gradual da escravidão.

Em um trecho vemos a prerrogativa da propaganda abolicionista que se posiciona em meio as oposições dos conservadores frente ao movimento:

Augustus e Dignissimos Senhores Representantes da Nação Brasileira
Ressurgimento de uma aspiração coetânea do nosso primeiro ideal de pátria, a *propaganda abolicionista não é uma aspiração anarchica* de sentimento nem a exigência inoportuna de conclusões philosophicas, mas a representante idônea do direito do foro dos nossos tratados e primitivas leis parlamentares.
Filha legítima da lei, a propaganda abolicionista tem o direito de transpor os humbraes do Parlamento, e, dentro dos limites constitucionaes, pedir que os delegados do povo a ouçam. (PATROCÍNIO, 1883, p. 3, grifos nossos)

Ao que parece, a busca de dissociação da propaganda abolicionista como movimento anárquico é, provavelmente, apesar de não aparecer e outras passagens do Manifesto, uma referência às inúmeras acusações dos conservadores direcionadas ao movimento abolicionista como um movimento de desordem e pregação de revolta para a população.

Em outra passagem vemos denúncia das atitudes do governo perante a lei que criminalizou o tráfico e que não foi seguida pelo Brasil: “*A verdade é que se fazia o tráfico escandalosamente, porque a lavoura brasileira o queria, e o governo entre nós é exclusivamente a somma das vontades da lavoura.*” (PATROCÍNIO, p. 1883, p. 14, grifo nosso). Patrocínio sinaliza também a ineficiência da lei do Ventre Livre de 1871, e suas consequências enfatizando que “*a lei de 28 de Setembro, longe de ter sido uma aurora de esperança para os míseros espoliados da liberdade, foi pelo contrário um decreto de extermínio de crianças, de prostituição de mulheres, de hecatombe de uma raça.*” (PATROCÍNIO, 1883, p. 16). O tema da liberdade é apresentado no Manifesto enfatizando a liberdade natural do homem como um direito imprescindível. Eduardo Guimarães afirma que “*o Manifesto [da CA] sustenta fundamentalmente que todos devem ser livres. Ou seja, que se deve considerar a igualdade de todos quanto ao direito à liberdade.*” (GUIMARÃES, 2020, p. 17). Percebe-se que na retórica de Patrocínio ideia que se apresentava era da liberdade como um direito de todos os homens sem distinções, linguagem que se volta a elencar os direitos das pessoas escravizadas e situar a ilegalidade do tráfico após a lei de 1831.

O texto de Manifesto de *Confederação Abolicionista (CA)*, foi apenas um dos que foram produzidos e publicados no Brasil na ausência de Nabuco. A existência da *CA* e o que vimos do Manifesto nos mostram que ao mesmo tempo que Nabuco estudava e tentava a todo custo manter-se conectado com o movimento brasileiro, os abolicionistas do Brasil não abandonaram a causa, assim como não seguiram à risca as proposições de Nabuco a distância. Dado o cenário desfavorável para uma permanência a distância no movimento abolicionista, Nabuco que estava envolvido em leituras de economia exigidas por conta do emprego no *Jornal do Commercio*, iniciou a escrita de um texto próprio que viria a ser a sua tentativa de se inserir na propaganda que vinha ocorrendo no Brasil. Em carta a Sancho de Barros Pimentel, Nabuco expressa que estaria “[...]trabalhando num livro sobre a escravidão[...], tratava-se do *O Abolicionismo*, algo que segundo Nabuco era uma tarefa escrita “[...] de tornar a escravidão odiosa perante os próprios senhores. [...]” (NABUCO, 1949, p. 100, grifos nossos), com isso podemos ver que o objetivo de Nabuco era alcançar os senhores de escravos.

Por suposto é interessante notar que o livro de Nabuco e o Manifesto da *CA* foram publicados no mesmo ano (1883). A diferença que se destaca na ocasião, é que Nabuco enviou cópias do seu livro aos seus compatriotas brasileiros pedindo que lhe ajudassem na divulgação, e as vendas ocorreram por anúncios nos jornais. Já o *Manifesto da Confederação Abolicionista (CA)* tendo José do Patrocínio como autor, era utilizado diretamente como discurso nos atos abolicionistas da Confederação e teve exemplares distribuídos gratuitamente. Em Londres, Nabuco produziu um texto com bases de análise econômica e estrutural do funcionamento e consequências da escravidão nas várias partes da sociedade. E apesar de lançar a ilegalidade da escravidão e mostrá-la como o câncer que corroía o progresso da nação brasileira, as propostas de sua obra são moderadas. Já Patrocínio e Rebouças que ali estavam próximos e envolvidos no ativismo antiescravista de reuniões, em teatros e até mesmo nas ruas, produziram, como afirma Angela Alonso (2015, p. 204-05), um manifesto no estilo Gama, isto é, com a linguagem voltada à exposição do direito natural do homem à liberdade, que deveria ser garantido de forma jurídica. Assim como fizeram uma apresentação mais agressiva nos detalhes das medidas para o fim da escravidão, e exigiram a aplicação das leis que foram negligenciadas pelo Governo, como por exemplo a lei de 1831.

No manifesto da *Confederação Abolicionista (CA)* fala-se em liberdade humana que aparece como o principal meio para o exercício eficaz daquilo que apresentam como as “três leis naturais do progresso social – concurso, mutualidade e solidariedade.” E a propaganda

abolicionista é descrita como “filha legítima da lei”, que se faz no direito de ser exposta no Parlamento e ouvida pelos “delegados do povo” (PATROCÍNIO, 1883, p. 3). Ou seja, nas palavras de Patrocínio, o direito do exercício da liberdade surge como natural e a propaganda abolicionista se fazia como parte genuína dessa naturalidade, como exercício da expressão do progresso. Patrocínio fala da escravidão como: “[...]O estuário da escravidão entre nós teve duas vertentes: a espoliação da liberdade dos íncolas por um lado; a espoliação da liberdade dos africanos, por outro” (PATROCÍNIO, 1883, p. 3). Definindo assim a escravidão como a privação primeiro do direito dos à liberdade do “Íncolas”, isto é, os povos originários e por outro lado veio a privação da liberdade dos africanos.

Como se vê, é para a lei natural que se volta a retórica do Manifesto da *CA*, indicando a impossibilidade de contestar o princípio de direito de imprescritibilidade da liberdade natural” (PATROCÍNIO, 1883, p. 7) humana. Outro ponto de destaque do *Manifesto* é a menção sobre as possibilidades de arruinar a agricultura com o fim da escravidão, algo que era bastante discutido pelos proprietários de escravos em termos de medo do futuro da agricultura sem a mão de obra escrava. Com vistas justificar que o fim da escravidão não prejudicaria de fato a agricultura, o texto do Manifesto traz uma série de dados das exportações das lavouras e o número de pessoas escravizadas ocupadas em serviços domésticos muito mais do que nas próprias lavouras. Isso para indicar que a mão de obra escrava na lavoura não tinha um grande contingente de escravizados, o que mostrava que ela sobrevivia mesmo com pouca mão de obra. Por esse modo o Manifesto relembra que,

Se a lavoura é que precisa de braços escravos existentes nas cidades, qual será o perigo de decretar logo a emancipação destes? [...] Quanto à lavoura é dever do parlamento convence-la de que longe de cavar a sua ruína, a abolição da escravidão vem dar-lhe a maior pujança. Dizia a lavoura que a extinção do tráfico era a sua ruína, e, no entanto, o algarismo da sua produção cresceu com aquelle facto, como provam os seguintes algarismos[...] (PATROCÍNIO, 1883, p. 16-17)

Se comparado ao livro de Nabuco *O Abolicionismo* (1883) publicado no mesmo ano em que o Manifesto, o Manifesto da *Confederação Abolicionista (CA)* redigido por Patrocínio com amparo de André Rebouças, não deixa de ser um texto denso em sua composição, pois apesar de ser menor em tamanho é um texto que traz dados econômicos sobre o funcionamento e a degradação que era a escravidão para a sociedade. E de outro modo, a apresentação da argumentação do direito natural do homem e da escravidão como ilegítima por esse fato, como bem analisou Eduardo Guimarães, é uma argumentação de sustentação muito particular do Manifesto da *CA*. Isso por causa da disposição primeiramente da liberdade natural do homem

como um direito, para se concluir e sustentar o argumento de que “*a chamada propriedade escrava não é legítima*”. Em sua análise, Guimarães (2020) atenta para estratégia argumentativa apresentada por Patrocínio quando traz o tema da liberdade como direito. Segundo o autor: “Nesta medida a análise da argumentação do texto e a designação de nomes como *liberdade*, fazem significar a necessidade, pelo menos para parte da sociedade brasileira naquele momento, de garantia deste direito. E na medida em que ele fosse de todos, sem distinção.” (GUIMARÃES, 2020. p. 17-18). Isso porque o Manifesto se refere tanto aos escravos quanto aos livres, libertos e até os não nascidos ainda.

Em comparação, o livro de Nabuco *O Abolicionismo* também apresenta, como veremos, uma lógica de observação estrutural da sociedade. Talvez, a grande diferença entre os dois textos publicados no mesmo momento fosse a apresentação da urgência na abolição da escravidão mais voltado à defesa do avanço da nação frente ao progresso. Para isso Nabuco utiliza uma forma discursiva que vai mostrar ao público a ilegalidade da escravidão que fazia dos proprietários e do próprio sistema infratores da lei. Sendo assim, dada as observações poderíamos adiantar que aí estaria a funcionalidade da retórica de Nabuco, tocar não apenas os senhores de escravos, como também o Parlamento com o discurso da ilegalidade e urgência em resolvê-la. Foi esse o diferencial, aliado a uma retórica sentimental e com proposta de solução para o problema e para o crime. Os dois textos foram escritos na mesma época, mas o livro de Nabuco anos após sua morte foi considerado melhor texto no quesito propaganda e abordagem da estrutura da escravidão. *O Abolicionismo (1883)* foi recebido na época como um texto ousado e de grande conteúdo para o tema da abolição. Tornar a escravidão um problema que deveria ser extinto de imediato era a proposta central da obra, como ele mesmo afirma em carta a Joaquim Serra:

[...]devo dedicar todos os meus esforços ao serviço do progresso e do adiantamento moral do Brasil por ser essa a única satisfação cheia e completa para mim. [...] Hoje não me ocupo senão de estudos, de emancipação e dos estudos econômicos[...]. (NABUCO, 1949, p. 89, grifos nossos)

Quer dizer, tocar a moral da nação e utilizar de inúmeros argumentos para a composição e síntese da percepção da escravidão como ilegal, no sentido de que a continuidade do crime seria a representação da imoralidade.

Tudo indica que o livro *O Abolicionismo* também era um investimento financeiro para o pernambucano, algo que fica evidente quando em carta a Hilario de Gouvêa em outubro de 1883, que o livro lhe conferiria um certo retorno financeiro com as vendas. Nabuco informa

que os primeiros exemplares teriam sido impressos e pagos com sua própria renda, e expressa ainda a preocupação com a recepção da obra no Brasil:

[...] Os meus livros já partiram para o Rio e devem a esta hora estar postos à venda. Interesse-se para que a venda seja um sucesso. Gastei cerca de 2:000\$ com essa obra e devo tirar pelo menos as despesas da impressão. *Eu quisera poder por meio da minha pena pagar as minhas dívidas* que ainda infelizmente não pude amortizar e que são 2:000\$ a Sinhazinha, £ 167 ao meu amigo A. O M. e 500\$ a você. *Tenho medo, isto muito entre nós dois, somente que o Jornal se pronuncie contra o meu livro* [...]” (NABUCO, 1949, p. 106, grifos nossos)

O trecho indica que Nabuco esperava não apenas que o livro fosse um trabalho de propaganda em favor de, como disse anteriormente, “*tornar a escravidão odiosa perante os próprios senhores*” (NABUCO, 1883 p. 100, grifos nossos), mas que também pudesse pagar as dívidas e tirar algum sustento de que necessitava naquele momento. Além disso, o livro também foi produzido como afirma Célio Ricardo Tasinafo, no intuito de “lembrar ao mundo político [...]” sua liderança no movimento abolicionista que ficou comprometida com seu distanciamento (TASINAFO, 2001, p. 118).

O que repercutia no Brasil sobre quem era Joaquim Nabuco, ocorria por meio dos textos de André Rebouças e do próprio Hilário Gouvêa que falavam do pernambucano como um político brasileiro fora do Brasil que estaria “tratando de assuntos graves, próprios de homens de Estado.” (ALONSO, 2007, p. 145). Entretanto, Nabuco não gostava desse estilo de vida, apesar de se animar em realizar a cobertura jornalística das artes da elite londrina, Nabuco ansiava por um cargo fixo no Brasil. Assim a escrita de um texto direcionado à política brasileira poderia lhe posicionar de uma melhor forma na propaganda abolicionista. A junção de ter que estudar para escrever os artigos do jornal em que trabalhava, e as observações internacionais que ia fazendo para mencionar na coluna semanal, serviram para a produção do livro *O Abolicionismo*, e considerando que sua vida profissional estava instável em Londres, investir na propaganda abolicionista no Brasil poderia ser uma próxima tentativa de ganhar novo espaço na política.

Como bem relembra Angela Alonso, o livro “*O Abolicionismo* era o trunfo de Nabuco para firmar sua liderança no movimento” brasileiro. Liderança que ele almejava. (ALONSO, 2015, p. 206). Contudo, Nabuco também expressa em suas correspondências a insatisfação em não poder voltar a viver no Brasil por conta de questões financeiras, da instabilidade profissional de não ter um trabalho que não fosse vinculado ao governo. Apesar de sentir vontade de voltar à sua pátria não o faria a não ser por um cargo que mantivesse seu sustento individual. Em uma oportunidade anterior à publicação da obra, em junho de 1882, Nabuco

chegou a rejeitar um cargo de Diretor da Biblioteca conseguido por Hilário de Gouvêa. Em carta a Gouvêa o abolicionista justifica a recusa ao cargo:

[...] Nem sei como eu poderia aceitar! Tenho saudades de casa e muito amor aos meus, *mas não voltarei para o Brasil senão para viver independente do governo*. Um lugar de lente, que eu tirasse por concurso ou para o qual fosse espontaneamente designado, — sim, mas um lugar em repartição — nunca, a menos que mude muita coisa no país [...]" (NABUCO, 1949, p. 72, grifos nossos)

Ao mencionar o desejo de um cargo que fosse independente do governo, Nabuco se referia, por exemplo, a posse de um jornal no Brasil, algo que ele falaria em carta a Homem de Mello: “[...] *a minha única ambição seria fundar e dirigir um jornal [...] liberal de ideias não de partido [...], porém faltam-me para seguir a minha vocação todos os recursos e devo conter-me com o que tenho[...]*” (NABUCO, 1949, p. 96, grifos nossos).

Como se vê, Nabuco estava insatisfeito com a vida que levava, desejava participar do movimento no Brasil, sonhava com um jornal de sua posse que lhe conferisse em cargo independente do governo e gostaria de retornar a sua pátria que segundo ele, na mesma carta a Homem de Mello, a viagem para Londres havia se tornado um desterro “hoje forçado”. Vale mencionar que muito antes de escrever o livro *O Abolicionismo* e publicá-lo em 1883, Nabuco idealizou a criação de uma coluna em um jornal próprio instalado no Brasil, que serviria como espaço de divulgação que atraísse leitores para o tema da abolição, bem como comerciantes, e anunciantes. A informação é de Célio Tasinafo (2001), que apresenta indícios de que Nabuco tentou procurar, por meio do envio de correspondências, algum brasileiro para se associar no intuito de conseguir um capital inicial para o projeto, algo que seria uma possibilidade de retorno ao Brasil. Entretanto, Tasinafo afirma que se houve alguma tentativa de tal empreendimento com algum empresário do Brasil ou mesmo de Londres, foi sem sucesso, “uma vez que ele [NABUCO] nunca fundou qualquer jornal e acabou permanecendo em Londres por mais um ano e meio.” (TASINAFO, 2001, p. 116-7).

Por suposto, ao que tudo indica as investidas de Nabuco para atender suas insatisfações pessoais e políticas desembocam no que seria a produção de uma obra que pudesse alcançar de alguma forma a política no Brasil. Nesse caso em específico, a propaganda abolicionista que estava a todo vapor no território brasileiro. O livro *O Abolicionismo* não teria a mesma repercussão direta que ele queria como em um jornal, e não lhe garantia de pronto um cargo fixo, mas o contexto mostra que a obra serviria para inseri-lo de alguma forma na corrente da propaganda pela abolição assim como para preparar seu retorno à pátria. Nabuco havia deixado o Brasil, mas a política de seu país ainda lhe interessava, e uma das formas mais efetivas de um

possível destaque nas propagandas pela abolição, já que a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE)* que ele havia fundado em 1880 estava esvaziada, e agora havia a junção de associações em outra confederação abolicionista e a possibilidade de um jornal se desvaneceu, um livro próprio poderia contribuir para uma participação do abolicionista mesmo que à distância.

Quando o livro de Nabuco foi divulgado no Brasil, o texto do prefácio da obra que tinha o próprio Nabuco como autor foi publicado completo no Jornal *Gazeta da Tarde*, e informava seus anseios pelo modo como o livro seria recebido por seus compatriotas¹³. Na reportagem do jornal, Nabuco apresentado como o “eminente exilado” autor de um texto “que abarca toda a reforma de que o paiz carece” (*Gazeta da tarde* 31 de agosto de 1883, p. 2). No mesmo periódico em 25 de outubro de 1883, Joaquim Serra então colunista do jornal, destaca uma espécie de cronologia da vida de Nabuco e apresenta *O Abolicionismo* como a prova da dedicação de Joaquim Nabuco pela pátria e pela causa da abolição. Nas palavras de Serra, mesmo Nabuco sendo,

[...] Derrocado nas urnas, exilou-se, e longe da pátria continuou a servi-la com a mesma dedicação em ordem a apressar o momento da redenção de uma raça há tantos séculos escravizada. O seu posto na imprensa periódica é conhecido. Agora, porém, aparecem-nos sob a forma de livro, que ansiosamente esperava-se, e que é o primeiro de uma série importante, intitula-se *O Abolicionismo*. (*Gazeta da Tarde* 25 de outubro de 1883, p. 1)

Pelo trecho, pode se ver que Serra apresenta a obra de Nabuco como parte de uma série que ainda seria publicada. Essa menção refere-se à intenção espalhada pelo próprio Nabuco da pretensão em inaugurar uma série de livros pela causa abolicionista com propostas de reformas e com textos de vários escritores. Nesse caso, *O Abolicionismo* seria ser o primeiro dessa série (TASINAFO, 2001, p. 117). Contudo, após a publicação do *O Abolicionismo* e o retorno de Nabuco ao Brasil, a ideia não se realizou.

Já na opinião internacional a apresentação de *O Abolicionismo* na imprensa segue a mesma linha do jornal brasileiro, entretanto a diferença é que Nabuco é indicado como precedente na luta pela abolição no Brasil. O caderno “Opiniões da imprensa europeia” no *Gazeta da Tarde* do Brasil exibiu em uma coluna especial por um curto período no mês de janeiro de 1884, um texto sequencial no qual cada edição apresentava considerações reflexivas, como uma espécie de resenha, sobre o livro de Joaquim Nabuco. Chama-nos a atenção que na

¹³ Veremos detalhes da retórica desse prefácio no capítulo dois de nossa pesquisa.

primeira resenha Nabuco é apresentado como uma pessoa de “individualidade prática e perseverante”, assim como o primeiro na luta pela abolição. Como descrito na coluna,

O ilustre escritor brasileiro Joaquim Nabuco, nome já hoje cercado de respeitosa *sympathia*, não só no seu paiz, onde os seus valiosos escriptos são uma glória nacional, mas na Europa culta pela elevação e superioridade com que pessoalmente se tem revelado nos congressos em que tem tomado parte. Temos presente a agradecermos o seu esplendido livro *O Abolicionismo*. (Gazeta da Tarde 7 janeiro de 1884, p. 2)

Com esse trecho e a menção a Nabuco feita também no jornal brasileiro acima mencionado, podemos notar o modo pelo qual *O Abolicionismo* e seu autor foram apresentados na imprensa, tanto brasileira como internacional no auge da publicação. O que se percebe é que o livro de Nabuco concorria em termos de propaganda prática e ativa no território brasileiro pela abolição com o Manifesto da *Confederação Abolicionista (CA)*.

O Manifesto da *Confederação Abolicionista (CA)*, foi lançado no Brasil em agosto de 1883, o livro de Nabuco *O Abolicionismo* teve sua primeira cópia enviada ao Brasil em setembro do mesmo ano tendo tiragem no Brasil de 5 mil cópias. O que não era muita coisa em termos de quantidade frente à tiragem do *Manifesto da CA* que chegou a mais de 18 mil cópias, e foi entregue de forma gratuita atingindo “autoridades, jornais, associações, a todas as notabilidades imagináveis”. Desde convenções públicas a várias províncias, os abolicionistas da *CA* angariaram muitos representantes e expandiram a conexão, recrutavam moços, distribuía panfletos, produziam ensaios para os periódicos, reuniões semanais, festivais das sociedades abolicionistas (ALONSO, 2015, p. 207), tudo pela expansão do movimento.

De acordo com Angela Alonso (2015), naquele momento o movimento abolicionista no Brasil ganhou enorme proporção, e tendo Nabuco já publicado seu livro como trunfo para a inserção na propaganda pela abolição, o próximo passo seria lançar uma candidatura que representasse a propaganda. Da mesma forma, seria essa uma oportunidade para Nabuco retornar ao Brasil, algo que não demorou acontecer. Em maio de 1884 Nabuco já se encontrava no Rio de Janeiro com a premissa de se candidatar a deputado por Pernambuco. A campanha seria voltada especificamente ao tema da abolição, e o entusiasmo do pernambucano é expresso em carta ao confidente Barão de Penedo: “[...] desde que me sentir melhor começo a minha campanha, ou agitação, à espera da qual muitos estão. Hei de ser muito moderado e prático para obter alguma coisa. Há atualmente uma certa reação escravocrata, más isso não vale nada [...]” (NABUCO, 1949, p. 114, grifos nossos). Nabuco desembarcou no Brasil entusiasmado para começar a campanha, mas enquanto se preparava pra voltar, foi tempo do movimento abolicionista crescer e se espalhar no território brasileiro onde eram outros

abolicionistas além de Nabuco que brilhavam. André Rebouças envolvido em tudo, José do Patrocínio comandando as reuniões das associações e se estabelecendo como abolicionista radical, recebendo manifestações de massa em apoio a campanha da qual ele começava a se tornar liderança. Patrocínio era “[...] incontestemente nas ruas, a voz e a cara do movimento[...]” (ALONSO, 2007, p. 171).

O livro de Nabuco não circulou como desejado e apesar das apresentações e resenhas que recebeu nos jornais. A atenção para o tema da abolição estava mais voltada a ações que ocorriam em praça pública onde por exemplo os textos do *Manifesto da Confederação Abolicionista (CA)* eram distribuídos. Todavia como se fazia presente no Brasil entre 1884 e 1885 e candidato a deputado, Joaquim Nabuco investiu exatamente em uma campanha mais próxima das pessoas nas ruas onde aproveitava a arte do discurso para encantar o público. Mudou um pouco do ideal e tornou-se, inclusive, a favor da reforma agrária, proposta que até o momento só havia sido apresentada pelos abolicionistas Luiz Gama e André Rebouças (ALONSO, 2015).

Apesar das investidas e da campanha de Nabuco naquele momento ter sido bem aclamada e resultado em uma certa popularidade e apoio, é importante lembrar que a atmosfera já era de total agitação e o ano eleitoral só contribuiu para pôr em destaque ainda mais o tema da abolição. Entretanto, Nabuco não foi eleito na ocasião. O livro *O Abolicionismo* com as poucas tiragens também não lhe serviu para pagar as dívidas que reunia desde a estadia em Londres. O desfecho final é de Joaquim Nabuco mais uma vez derrotado nas urnas, abatido, e em péssima situação financeira. Algo de que o próprio lamenta em carta a Paranhos: “[...] desde abril de 1884 tenho estado a gastar dinheiro sem dinheiro [...] fui-me endividando e hoje acho-me colocado em uma posição difícil.” (NABUCO, 1949, p. 143, grifos nossos).

O cenário aqui apresentado em torno de Joaquim Nabuco, as movimentações no Brasil pela abolição e a escrita de seu livro *O Abolicionismo* se mostra como uma abertura para a compreensão de que a situação da vida pessoal de Nabuco e o contexto social no qual estava inserido contribuíram para o investimento em uma obra composta por uma retórica convincente que lhe conferisse maior credibilidade e destaque na política. Por suposto, acreditamos que a funcionalidade do livro *O Abolicionismo* talvez tenha sido imaginada na perspectiva de caracterizar de maneira organizada e lógica a escravidão como problema moral. Surgia ali a imagem do Brasil como país atrasado em termos de legalidade por conta da manutenção do sistema escravocrata. Como bem afirma Marco Aurélio Nogueira, Nabuco se incomodava com

a escravidão pois ela “relegava os brasileiros ao lixo da história e impedia sua afirmação como povo, sua cidadania e sua capacidade de autodeterminação.” (NOGUEIRA, 2009, p. 29).

Algo curioso desse caso é que Nabuco ainda dedicou seu livro ao Ceará, isto porque a província cearense havia sido a primeira a se declarar livre de escravos em 25 de março de 1884. Embasado em campanha desde 1880, o movimento abolicionista no Ceará era de grande proporção com as ações do *Clube Abolicionista Cearense*. Com a dedicatória, Joaquim Nabuco queria mostrar a província cearense como exemplo de uma sociedade sem escravidão, bem como usar de estratégia para se candidatar a Deputado pela mesma província posteriormente. Não foi o que ocorreu; a ideia sofreu alguma resistência por parte dos representantes cearenses que não apoiavam uma candidatura totalmente abolicionista como Nabuco queria. Neste sentido, é de Célio Ricardo Tasinafo, a observação que os fatos deixam evidente que “o quanto a obra [*O Abolicionismo*] esteve expressamente vinculada a interesses e estratégias pessoais específicos de seu autor”, junto à vontade de permanecer no meio abolicionista com um certo destaque e alguma liderança.” (TASINAFO, 2001, p. 125-6).

De acordo com Nogueira, Nabuco se interessava muito mais pela intelectualidade, pela imaginação e pelo investimento nas artes na literatura, do que pela política administrativa (NOGUEIRA, 2009, p. 26), e se inseriu na política abraçando a causa da abolição em uma época em que estava em jogo o destino da nação. Isto é, Nabuco também foi um homem do seu tempo de alguma forma influenciado pela agitação que percorria a nação brasileira. Ao longo de sua trajetória vemos uma pessoa determinada em investir numa causa que lhe conferisse algum sucesso político, por hora se apoiando em um discurso mais radical, outras vezes mais moderado. Por esse modo, os fatos indicam que naquele momento da vida o investimento em uma propaganda que causasse algum diferencial, o colocaria de novo em destaque quando retornasse ao Brasil. Ou seja, um livro bem elaborado e com uma retórica sensível, mas de urgência e moralidade, poderia ser o trunfo daquilo que Nabuco vinha tentando fazer com o movimento abolicionista brasileiro mesmo à distância. Algo que não lhe foi possível pois as movimentações seguiam mesmo sem sua presença e suas orientações para seguir os moldes ingleses de propaganda.

É certo que desse contexto trouxemos apenas alguns destaques capazes de conectar a escrita do livro *O Abolicionismo* à ausência de Nabuco do Brasil de onde surge a obra, assim como à recepção que o texto teve naquele momento a funcionalidade da retórica de Nabuco dado o cenário visto e vivido por ele. Muito ficou de fora em termos de pormenores dos

conflitos e correlações de forças políticas ocorridas no Parlamento brasileiro, por exemplo com relação aos partidos Conservador e Liberal. Isso pode ser acessado nas referências que apresentamos. Todavia, fizemos tal percurso descritivo para a compreensão de algumas das circunstâncias de origem do livro *O Abolicionismo (1883)* de Joaquim Nabuco, na busca por captar o porquê Nabuco escreveu a obra e no que ele pensava em investir com tal retórica. Sob nosso olhar, a efetividade da retórica estaria então na apresentação da ilegalidade da escravidão como problema frente ao progresso, algo preocupante na época dado o cenário da política brasileira. E que conferiria o destaque para sua retórica como uma proposta ousada. No próximo capítulo em que serão destacados os trechos da obra e a forma retórica utilizada por Nabuco carregada de argumentações que apontam a escravidão como o cancro que impedia o progresso da nação, essa percepção ficará mais evidente.

2. A RETÓRICA DA SIMPATIA E DA INFERIORIZAÇÃO RACIAL NA OBRA *O Abolicionismo (1883)* DE JOAQUIM NABUCO

2.1 Prefácio do próprio autor

Neste segundo capítulo abordaremos uma análise mais aprofundada sobre a matéria prima de nossa pesquisa. Trata-se do livro *O Abolicionismo (1883)* escrito por Joaquim Nabuco composto por dezessete capítulos e com prefácio do próprio autor. Para nossa análise, utilizamos a edição do livro que foi editada e publicada pela Editora Nova Fronteira no ano de 2000. Traremos em destaque alguns trechos da escrita do pernambucano para que possamos perceber a manifestação da retórica da simpatia e como ela se relaciona às menções de inferiorização racial quando Nabuco se refere às pessoas negras escravizadas. Nesta primeira seção apresentaremos uma análise específica do prefácio do livro de Nabuco escrito por ele mesmo, por acreditarmos na relevância em destacar como o abolicionista faz a apresentação do seu livro para seu público, e quais suas expectativas ele apresenta em relação à recepção da obra.

O livro *O Abolicionismo* foi publicado pela primeira vez em 1883 em Londres, local para onde Nabuco foi após perder as eleições para Câmara dos deputados no Brasil em 1881. Arrasado com o resultado das eleições, a ida para Londres se abriu como refúgio. Seu amigo, “o Barão de Penedo, chefe da legação brasileira em Londres, arranhou para que Nabuco fosse correspondente do *Jornal do Commercio* na Inglaterra” (ALONSO, 2015, p. 178). A obra, que só foi publicada no Brasil em 1884, é composta por uma escrita no estilo de panfleto, meio de comunicação muito comum nos textos de propaganda da época. De acordo com Adriana Romeiro (2017), os panfletos eram compostos desde informes, debates, negócios políticos, interesses de grupos políticos a reivindicações populares da sociedade colonial.

Em seu livro *O Abolicionismo*, Nabuco empreende uma argumentação pautada na ilegalidade da escravidão, apontando a escravidão como principal problema causador do atraso da civilização e progresso do Brasil. Apresenta sua opinião crítica com relação as promessas de emancipação se referindo as leis de abolição gradual de emancipação, como por exemplo a lei do Ventre Livre de 1871. Nabuco introduz uma lógica argumentativa com a inserção fatos históricos sobre a escravidão, dados estatísticos, e alegações sobre os aspectos sociais, morais e econômicos da sociedade brasileira do século XIX. Outras duas questões muito presentes no livro, e que é base de sua argumentação para convencimento do seu público da efetividade do

aboliconismo, são sobre os fundamentos do aboliconismo, isto é, ele apresenta o que seria o aboliconismo, o que deveriam fazer os aboliconistas, o que o aboliconismo propõe enquanto defensor da causa, ao que o aboliconismo veio e como pretendia agir com relação às pessoas escravizadas. A outra questão é sobre a influência da escravidão no território brasileiro, na política e na sociedade como um todo. Nabuco descreve as influências da escravidão sobre a nacionalidade, suas causas maléficas e as consequências na manutenção e na demora em abolir a escravidão. O livro que era para ser um elemento de propaganda do aboliconismo, tornou-se, como afirma Angela Alonso, “[...]um panfleto denso, analítico, explicativo da lógica da escravidão brasileira e com propostas moderadas [...]” (ALONSO, 2015, p. 204), e que se enquadra como panfleto político antiescravista do século XIX.

Como dito, o prefácio da obra é do próprio Joaquim Nabuco, característica que também aparece em outro livro, como por exemplo, a autobiografia *Minha Formação (1900)*. Como abordou Gisele Martins Venancio (2009), a atitude do escritor ao escrever o próprio prefácio surge como uma espécie de guia que antecipa a leitura e impressão do leitor, como uma tentativa influenciar a leitura construindo um relato antecipado de si e da própria obra. Nabuco abre o prefácio fazendo menção a história de Caim e Abel e descreve a escravidão como, “*apesar de hereditária, é uma verdadeira mancha de Caim que o Brasil traz na frente.*” (NABUCO, 2000, p. XXI, grifos nossos). A analogia escolhida é interessante considerando que o caso de Caim e Abel se tratou de um homicídio no qual, segundo a passagem bíblica, Caim matou seu irmão Abel e essa mancha seria então a mancha do crime. No contexto do Brasil, o crime seria a escravidão a mancha que impedia o progresso e a formação de uma consciência de nacionalidade. Mas Nabuco alerta que a “consciência nacional” já estava em formação e era fruto do “arrepentimento dos *descendentes de senhores, e a afinidade de sofrimento dos herdeiros de escravos*” (NABUCO, 2000, p. XXI, grifos nossos).

Ao que parece ele projeta para o futuro o arrependimento dos que herdariam a propriedade escrava, ou seja, pessoas que não escolheram ser senhores e ter escravos, mas foram postas nessa condição por terem nascido nessas famílias. Como uma espécie de herança. Mas quem são herdeiros de escravos? É curioso a palavra escolhida por Nabuco nessa frase, do mesmo modo que é interessante ver a separação que ele faz entre senhores e descendentes como uma ideia mesma de que a escravidão foi uma herança que o Brasil não queria, mas por ser ela “hereditária” foi herdada de Portugal. Do mesmo modo, os motivos apresentados por ele como responsáveis pela construção da consciência nacional, são carregados de termos sentimentais,

ou seja, “arrependimento”, “afinidade de sofrimento”, que são termos utilizados em uma retórica que visa a aproximação do leitor ao acontecimento pela via da emoção. Veremos estes destaques com mais detalhes na segunda parte de nosso capítulo.

Ainda no prefácio Nabuco menciona:

Não tenho, portanto, medo de que o presente volume não encontre *o acolhimento que eu espero por parte de um número bastante considerável de compatriotas meus*, a saber: *os que sentem a dor do escravo como se fora própria* e, ainda mais, como parte de uma dor maior – a do Brasil. (NABUCO, 2000, p. XXI, grifos nossos)

Aqui vemos um pouco de sua expectativa na recepção do livro e por mais que ele expressa não ter “medo” que ocorresse o que esperava, a expectativa exposta era de “acolhimento” por parte “considerável” de seus compatriotas. E na frase seguinte enfatiza a ideia de empatia, de simpatia e de emoção com a expressão: “sentir a dor do outro como se fosse a própria”. Por esse trecho identifica-se também para qual público leitor Nabuco destinou a obra, ou seja, “compatriotas meus” que podiam ser pessoas do Parlamento, ou mesmo os próprios apoiadores simpatizantes da causa abolicionista. A questão é que essa negação do medo pode revelar também algo que Nabuco temia, mas negou. Isso porque pode ser que ele imaginasse o peso de seu argumento de ilegalidade para os proprietários e a premissa de abolição imediata com reparação social também era uma mudança extrema ao que estavam acostumados ao estilo de vida que a escravidão criou.

Na época, o livro de Nabuco surgiu também como uma denúncia dos efeitos da escravidão na sociedade, uma análise da formação da história da escravidão no Brasil com propostas do fim da escravidão e que ameaçava o estilo de vida da elite escravocrata. A saber, Nabuco realmente empreende uma análise da estrutura socioeconômica da sua época, e não é nosso papel negligenciar tal empreendimento histórico. Contudo, dentro dessa espécie de denúncia há a utilização de uma retórica argumentativa também com vistas ao convencimento do leitor aderir ao abolicionismo, – a causa que ele abraçou – esse mesmo leitor que ele diz sentir “a dor do escravo como se fora própria”, mas que também teriam suas propriedades ameaçadas com o fim da escravidão, afinal a prioridade viria a ser da liberdade em detrimento da propriedade privada. Claro que o público de Nabuco era mais amplo do que os compatriotas a que ele se refere, contudo é com a recepção deles que, negando, Nabuco expressa sua preocupação. Talvez a retórica da simpatia fosse então uma ferramenta importante para incitar um sentimento de compaixão em seus compatriotas diante das outras propagandas existentes por exemplo, a ponto de tentar garantir o apoio ao abolicionismo que era o que Nabuco precisava naquele momento. É nesse ponto que queremos focar para vermos como a retórica da

simpatia e do sofrimento aparecem nessa denúncia de Nabuco, sobretudo quando se refere às pessoas escravizadas, mas também quando fala aos seus, como ele posiciona as pessoas o ‘eu’, o ‘nós’, o ‘eles’.

Continuando nossa análise ainda no prefácio, chama atenção a menção que Nabuco faz de ter escrito o livro quando ainda estava vivendo na Inglaterra. Ele esperava que a obra mesmo escrita de longe poderia:

[...]ser bem aceita por eles [seus compatriotas] esta lembrança de um correligionário ausente, *mandada do exterior, donde se ama ainda mais a pátria do que no próprio país* – pela contingência de não tornar a vê-la, pelo trabalho constante da imaginação, e pela saudade que Garret nunca teria pintado ao vivo se não tivesse sentido a nostalgia [...] (NABUCO, 2000 p. XXII, grifos nossos)

Ao que parece ele antecipa a percepção dos seus compatriotas sobre o fato de ter escrito o livro no exterior e ‘mandado’ para o Brasil, talvez como forma de justificar sua ausência. Isso traria uma outra visão sobre alguma possível crítica por escrever sobre seu país estando fora dele. Algo que já havia ocorrido quando Nabuco se candidatou a deputado pela primeira vez, sendo ele um viajante e amante da Europa e tendo sua candidatura ajeitada pelo pai, como vimos no capítulo um. O que explica a preocupação do pernambucano em ter seu livro e sua imagem bem vista mesmo depois de ter deixado sua pátria.

De acordo com Angela Alonso, após perder a eleição para deputado em 1881, Nabuco retorna para Londres como um “autoexílio” (ALONSO, 2015, p. 140), mesma época em que escreve o livro *O abolicionismo (1883)*. Contudo, antes da derrota e durante a campanha Nabuco seguia pelas vias parlamentares e seu ativismo era pautado na garantia do exercício do abolicionismo pela legalidade. Segundo a autora, “para tranquilizar o sistema político, Nabuco garantiu o respeito dos abolicionistas à legalidade.” (ALONSO, 2015, p. 176). Isso porque a mídia nacional estava veiculando os acontecimentos sobre as fugas de escravos apoiadas por alguns abolicionistas, algo que acontecia com frequência durante o período. Ou seja, mesmo Nabuco mantendo as relações com os ditos abolicionistas do espaço público ele se preocupava em manter o debate dentro do Parlamento. Esse “compromisso com a legalidade mirava arrebanhar apoio no sistema político à sua candidatura” (ALONSO, 2015, p. 177). Mas, com a perda das eleições e a ida para Londres acusado por alguns correligionários de abandonar a causa, era importante manter os laços entre o Parlamento e os abolicionistas do espaço público. E o livro vem também nessa esteira de se manter em destaque no movimento abolicionista brasileiro mesmo de longe e de se envolver na campanha pela abolição após todo o ocorrido e

quase desmembramento da associação abolicionista Sociedade Brasileira Contra a Escravidão (SBCE) que ele havia lançado.

Os trechos do prefácio foram escolhidos por nós para identificarmos o que Nabuco fala sobre a própria obra. Quais expectativas ele tinha sobre o recebimento do livro pelo seu público. O prefácio não é muito longo e como vimos chega a parecer quase que uma justificativa por escrever o livro de longe e mesmo assim esperar que fosse bem aceito. Mais adiante, focaremos nas partes do livro *O Abolicionismo* (1883) escolhidas com base na relevância argumentativa que aparece a retórica da simpatia, isto é, as formas de investida de Nabuco para convencimento do leitor, bem como as menções de inferiorização racial ao se referir às pessoas escravizadas.

As próximas seções serão divididas em três partes, cada uma delas foi nomeada pensando no que o próprio Nabuco disse ao encerrar o prefácio do livro. Segundo ele as páginas de seu livro continham as “sementes de *liberdade, direito e justiça*” (NABUCO, 2000, p. XXII, grifos nossos). Sendo assim, e analisando a divisão de capítulos e o modo com que Nabuco escreveu cada um deles como separou os temas como iniciou, desenvolveu e finalizou o livro, acreditamos que nossas considerações fariam sentido se divididas de acordo com a formulação que Nabuco deu a obra. Assim, a palavra ‘liberdade’ nomeia a primeira parte de nossos destaques e argumentações. Pensamos que o termo ‘liberdade’ pode simbolizar a tarefa do abolicionismo, tema que Nabuco dá enfoque nos seguintes capítulos: “I. Que é o abolicionismo?”; “II. O partido abolicionista”; “III. O mandato da raça negra”; “IV. Caráter do movimento abolicionista”; “V. “A causa já está vencida”; e “VI. Ilusões até a independência”.

A segunda parte de nossos destaques e argumentação é nomeada por ‘Questão jurídica’ para simbolizar o ‘Direito’ tema que Nabuco dá mais enfoque nos capítulos: “VII. Antes da lei de 1871”; “VIII. As promessas da ‘lei de emancipação’”; IX. O tráfico de africanos”; “X. Ilegalidade da escravidão” e “XI. Fundamentos gerais do abolicionismo”. Por fim, a terceira e última sessão será nomeada pela palavra ‘Justiça’, tema pelo qual Nabuco se volta nos últimos capítulos de sua obra. São eles: capítulo “XII. A escravidão atual”; “XIII. Influência da escravidão sobre a nacionalidade”; XIV. Influência sobre o território e a população do interior”; “XV. Influências sociais e políticas da escravidão”; “XVI. Necessidade da abolição – Perigo da demora” e “XVII. Receios e consequências – Conclusão”. Para esses últimos capítulos do livro de Nabuco, o termo ‘Justiça’ se encaixa bem considerando que ele retoma os problemas da escravidão e suas influências no território e na sociedade brasileira, que precisariam de uma justiça para eliminá-las, assim o abolicionismo seria a solução e a forma que traria essa justiça.

2.2 Liberdade: a tarefa do abolicionismo

Nesta primeira seção sobre liberdade, traremos os capítulos em que Nabuco argumenta sobre o que é o abolicionismo seus fundamentos e a tarefa dos abolicionistas. Nabuco descreve o caráter do movimento abolicionista e o que ele chama de “O mandato da raça negra”. O primeiro capítulo é intitulado “O que é o abolicionismo? A obra do presente e a do futuro”, desse capítulo acreditamos ser interessante destacar alguns trechos em que Nabuco fala o que exatamente é o abolicionismo e qual sua tarefa diante da escravidão. O pernambucano faz uma espécie de retrospectiva das leis e tentativas efetuadas pelo parlamento, anteriores ao seu projeto de abolicionismo para acabar com a escravidão e argumentação de Nabuco gira em torno de uma definição do que é o abolicionismo e qual sua função. No seguinte trecho Nabuco destaca que,

Em 1850, queria-se suprimir a escravidão, acabando com o tráfico; em 1871, libertando-se desde o berço, mas de fato depois dos vinte e um anos, os filhos dos escravos ainda por nascer. *Hoje quer-se suprimi-la, emancipando os escravos em massa e resgatando os ingênuos da servidão da lei de 28 de setembro. É este último movimento que se chama abolicionismo, e só este resolve o verdadeiro problema dos escravos, que é a sua própria liberdade.* (NABUCO, 2000, p. 2, grifos nossos)

Aqui ele constrói uma breve retrospectiva e apresenta um ultimato, pode-se ver pelo modo como ele escreve que ele indica o abolicionismo como a diferença que nasce para mudar o cenário de tentativas fracassadas contra a escravidão. Nabuco se refere às tentativas parlamentares como por exemplo a lei de 1850 que visava o fim do tráfico negreiro mesmo depois da primeira lei de proibição de 1831 que não havia sido cumprida, algo que vimos no capítulo um de nossa pesquisa. No trecho acima o abolicionista também se refere à Lei do Ventre Livre de 1871 que segundo Salles (2009) previa a libertação do ventre da mulher escrava e a criança que nascesse liberta ficaria sob a posse do senhor apenas até os 8 anos de idade, mas não terminava aí pois ainda havia a possibilidade após os 8 anos completos da criança, do senhor de escravo entregá-la para o Estado e ainda receber uma indenização ou usar dos serviços da criança até ela completar 21 anos.

Vemos pelas suas palavras que Nabuco menciona as leis anteriores, mas finaliza indicando o abolicionismo como único que resolveria o problema do escravo. É fato que Nabuco muito criticou as leis de emancipação efetuadas pelo governo, e de acordo com Ricardo Salles Nabuco tinha uma percepção de que as propostas de emancipação gradual prejudicariam ainda mais o Brasil em termos de desenvolvimento e progresso por conta do tempo, mas

defendia também que após a lei de 1850, por exemplo, deu-se uma atmosfera de indiferença para com o problema da escravidão e do escravo, algo que ocorreu após a lei de 1871 da mesma maneira. Por isso, para Nabuco o abolicionismo viria como uma nova concepção histórica que mudaria esse cenário de indiferença e combateria toda a obra da escravidão (SALLES, 2009, p. 44; 74-75), e isso se destaca ainda mais pela sua proposta de que o abolicionismo seria um partido político como nenhum outro. É por conta disso que ele fala do abolicionismo dessa maneira, como vimos no trecho acima ele defende que o movimento abolicionista seria o único a resolver o problema do escravo que era sua liberdade, contudo isso não é algo que ele permanece sustentando ao longo da escrita. Veremos que Nabuco pende muito mais para a resolução do atraso da nação e que a pressa em abolir a escravidão era por preocupação com o futuro do país frente ao progresso.

Outro ponto sobre o trecho destacado, é que a proposta de Nabuco não se apresenta com mudança brusca em relação à política brasileira, pois estava em sintonia com o que já vinha sendo feito. Sendo assim, acreditamos que o que ocorre com essa narrativa é uma forma retórica de construção de seu posicionamento nesse debate. Nabuco visa mostrar o abolicionismo de que fala frente ao que já tinha de emancipação. Ou seja, de tudo aquilo que foi tentado para abolir a escravidão se sobressai o abolicionismo com a proposta de emancipação em massa. Outro ponto interessante, é o lugar onde o pernambucano se coloca na narrativa, isto é, a construção de uma identidade de representante do abolicionismo. Ou seja, se ele narra as tentativas anteriores como fracassadas e cita o abolicionismo de que fala como única solução, ele se torna o feitor dessa solução diante do que já vinha acontecendo.

Ainda no mesmo fragmento, Nabuco diz: “*só este [o abolicionismo] resolve o verdadeiro problema dos escravos, que é a própria liberdade*”, (NABUCO, 2000, p. 2, grifos nossos), o interessante é que em vários momentos do livro veremos que ele se refere à escravidão como o impedimento para o progresso da nação, como o crime que manchava a imagem do Brasil e que devia ser eliminado. Em um trecho mais adiante ele diz, “*devemos fazer convergir todos os nossos esforços para o fim de eliminar a escravidão do nosso organismo, de forma que essa fatalidade nacional diminua em nós [...]*” (NABUCO, 2000, p. 101, grifos nossos); ou quando diz que a escravidão é “*a destruição de todos os princípios e fundamentos da moralidade religiosa ou positiva*” [...]*a desmoralização da autoridade desde a mais alta até a mais baixa [...]*” (NABUCO, 2000, p. 164, grifos nossos). Fica-nos o questionamento, seria a proposta abolicionista descrita por Nabuco projetada para resolver o problema da

liberdade dos escravizados? Poderia ser para os escravos e também para os senhores, como vamos ver, mas a liberdade dos escravizados não era o problema central ou mesmo primário a ser resolvido pelo abolicionismo descrito no livro de Joaquim Nabuco.

Nabuco adianta ao leitor o que é o abolicionismo e os seus objetivos:

Essa obra – de reparação, vergonha ou arrependimento, como a queiram chamar – da emancipação dos atuais escravos e seus filhos é apenas a tarefa imediata do abolicionismo. Além dessa, há outra maior, a do futuro: a de apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores, e que fez do Brasil o Paraguai da escravidão. (NABUCO, 2000, p. 3, grifos nossos)

Aqui vemos a projeção do projeto de reparação para o presente e para o futuro como diz o próprio título do capítulo. Para o presente a tarefa do abolicionismo seria emancipar escravos e seus filhos, e a projeção que Nabuco faz para o futuro seria o apagamento de “todos os efeitos” do regime de desmoralização que manchava a imagem do país. Nota-se que há dois objetivos principais do abolicionismo: o primeiro como obra que suscita sentimentos de moralidade, “vergonha”, “arrependimento”, o que indica que a função do abolicionismo também é de reparação sentimental e moral. De toda forma, o abolicionismo que prega Nabuco não se contentava apenas em ser “advogado ex officio da porção da raça negra.” (NABUCO, 2000, p. 3, grifos nossos) como ele mesmo diz. O que se percebe é uma lógica argumentativa futurista e profética que de modo teleológico propõe o abolicionismo como solução para o futuro. E essa solução seria o apagamento dos efeitos da escravidão que trazia sentimentos morais negativos, nesse caso para uma única classe “a casta dos senhores”.

A reparação é então o apagamento dos efeitos morais que a escravidão trouxe ao país e à casta de senhores de escravos e da vergonha de se manter no crime e na ilegalidade. Mas como esses efeitos seriam apagados? Eliminando a escravidão e partindo ao progresso com um sistema pautado na legalidade? Ao menos é a isso que Nabuco se refere no livro. Vê-se que não fala de uma ação futura que envolvam as pessoas escravizadas e sua liberdade, a solução para o futuro é moral e de limpeza da vergonha. Segundo Nabuco, mesmo se a abolição acontecesse de forma imediata haveriam muitas questões a serem resolvidas que só o abolicionismo com o espírito de “justiça e humanidade” poderia fazer. Adiante ele vai finalizar dizendo que: “depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que apresenta para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso *desbastar*, por meio de uma *educação viril e séria*, a lenta estratificação de trezentos anos de cativo, isto é, de despotismo e superstição e ignorância” (NABUCO, 2000, p. 3, grifos nossos). Isto é, haveria de ser feita uma limpeza

através de uma educação “viril e séria”. Mas como seria essa educação? Não fica claro no trecho se ela deveria ser para as pessoas escravizadas ou para a nação toda por conta dos efeitos da escravidão. O interessante é que ainda assim a solução é de limpeza moral por meio de uma educação “viril” que denomina virilidade, ou seja, uma educação “de varão, de homem feito” segundo dicionário da época (PINTO, 1832, p. 1131).

Ainda sobre o último trecho destacado, Nabuco cita a obra de emancipação dos escravizados como “tarefa imediata do abolicionismo” e não dos abolicionistas. Nos chama atenção a escolha da palavra ‘abolicionismo’ nessa expressão, sendo que a tarefa seria feita por pessoas, mas, com o uso do substantivo no lugar do adjetivo que nomearia tais pessoas, ele despersonaliza a responsabilidade. Ao que parece Nabuco transfere a tarefa para o coletivo, talvez aqueles que ele imagina aderir ao abolicionismo. Além disso, explorando um pouco mais aquela passagem, vemos que Nabuco aponta tarefas como ‘reparação’, ‘arrependimento’, e o apagamento dos efeitos do regime que desmoralizava a casta de senhores. Ele demonstra como os problemas da escravidão eram estruturais e o repassa aqueles que deveriam se preocupar em reparar esses danos, sobretudo os envolvidos na ilegalidade, que eram os senhores de escravos. A retórica soa como um alerta para o convencimento de que tal tarefa seria feita pelo abolicionismo por isso a importância em apoiá-lo. Para ele o abolicionismo é “*uma concepção nova em nossa história política, e dele, muito provavelmente, como adiante se verá, há de resultar a desagregação dos atuais partidos*” (NABUCO, 200, p. 3, grifo nosso). Ou seja, é a solução mais acertada para a reparação social.

Adiante no capítulo II do livro e que tem por título: “O partido abolicionista”, Nabuco emprega o nome de ‘partido’ ao movimento abolicionista e explica a diferenciação que a palavra usada especificamente para o abolicionismo teria um sentido diferente do que aquela que se refere à ‘partido político’. Em todo caso, a diferença recai sobre o motivo de que: “*quando surgir, [o partido abolicionista] há de satisfazer um ideal de pátria mais elevado, compreensivo e humano, do que o de qualquer dos outros partidos já formados[...]*” (NABUCO, 2000, p. 7, grifos nossos). Perceba como Nabuco posiciona o abolicionismo que ele propõe como algo especificamente inovador e que carrega uma diferenciação específica. Talvez para mostrar uma força supranatural, ou mesmo destacar a grande diferença da proposta exposta no livro. A diferença a que Nabuco se refere é também com relação ao fato de ser o abolicionismo uma ideia de abolição imediata, sendo que as promessas anteriores de fim da escravidão por

parte do governo foram pautadas na emancipação gradual, assim o abolicionismo de que ele fala surge como uma novidade frente ao que já vinha sendo discutido.

De toda forma, por essa análise de retórica podemos refletir de acordo com Perelman e Tyteca, que para a construção de um discurso “toda a argumentação é seletiva”, assim há uma escolha na utilização de determinadas palavras na intenção de torná-las presente no texto. E a presença é a enunciação do discurso aquilo que se mostra, aquilo que quer se seja visto e notado como importante e supervalorizado (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 132). Ao que parece Nabuco seleciona o modo como vai posicionar seus argumentos e como vai qualificar aquilo que ele quer mostrar importância ao leitor. Como vimos no trecho destacado o abolicionismo surge em um grau de superioridade de tudo que já existiu. Desse modo, citar a grande diferença do abolicionismo e destacá-la como superior demonstra o desejo do próprio autor, ou seja, ele demonstra o abolicionismo como extremamente importante e diferenciado para o público. É daí que se pauta a retórica da simpatia, se a construção narrativa desse fenômeno for desenvolvida e apresentada como “inovadora”, ganha-se aí um valor de atenção e causa para o leitor. O abolicionismo era para Nabuco uma solução imediata do desejo de acabar com a escravidão e em sua retórica ele demonstra ao leitor a extrema importância em aderir e apoiar esse abolicionismo.

Após descrever nos capítulos I e II o que é o abolicionismo e suas tarefas para o presente e para o futuro, assim como suas diferenças e importância, frente as promessas de abolição gradual da escravidão, Nabuco parte para o capítulo III com título “O mandato da raça negra”. Traremos alguns trechos deste capítulo pois percebermos que é possível verificar nele menções mais específicas sobre as pessoas escravizadas, isso porque Nabuco descreve o que seria o mandato da raça negra e as incumbências do movimento abolicionista para com o grupo racial.

No trecho seguinte vemos que a tarefa do abolicionista é descrita como dupla e recebida pelas pessoas escravizadas como algo que não poderiam renunciar:

O mandato abolicionista é uma dupla delegação, inconsciente da parte dos que a fazem, mas em ambos os casos, interpretada pelos que aceitam como um mandato a que não se pode renunciar. Nesse sentido, deve-se dizer que o abolicionista é o advogado gratuito de duas classes sociais que, de outra forma, não teriam meios de reivindicar os seus direitos, nem consciência deles. Essas classes são: os escravos e os ingênuos. (NABUCO, 2000, p. 13, grifos nossos)

Os destaques mostram que Nabuco posiciona os abolicionistas como aqueles que cumprem o mandato com gratuidade, ou seja, aqueles que cedem o serviço sem cobrança de pagamento, seriam eles os advogados gratuitos. O serviço gratuito é destinado aos que não teriam outro

meio de reivindicar seus direitos de liberdade nem a consciência deles. Nesse ponto da retórica de Nabuco, podemos perceber que ele mostra ao leitor que os abolicionistas estariam encarregados duplamente na tarefa de abolição, duplamente pois era pelos escravos e pelos ingênuos, “*classes sociais que, de outra forma, não teriam meios de reivindicar os seus direitos, nem consciência deles[...]*” (NABUCO, 2000, p. 13, grifos nossos). Nessa construção narrativa o mandato abolicionista surge como algo inegável pois o serviço seria feito para aqueles que não poderiam garantir sua liberdade de outra forma se não por intermédio dos abolicionistas.

Por nossa análise, a retórica de Nabuco descreve uma amostra do que fariam os abolicionistas, isto é, em defesa daqueles que deles precisavam. Percebemos uma utilização da imagem das pessoas escravizados como uma classe sem formas de reivindicar sua própria liberdade. Se pensarmos que Nabuco vem falando do abolicionismo como um projeto de fim da escravidão e de reparação futura, essas pessoas aparecem como receptoras da tarefa e não como participantes. Mas é interessante o uso da palavra ‘consciência’ antecedida pela negação, inexistência quando Nabuco fala dos escravizados. Ora, sim poderiam as pessoas escravizadas não obterem o meio de reivindicar direitos pelas vias parlamentares que mantinha o sistema escravocrata, entretanto, indicar uma ausência de consciência? O nosso foco é na percepção da forma retórica e com essa argumentação de Nabuco a tarefa daquele que se alia como abolicionista é representada quase como que uma missão, considerando o termo “mandado”. A missão do movimento abolicionista era delegar a defesa das duas classes, e ao que parece o mandado dessas classes, ou seja, a raça negra com o qual ele nomeia o capítulo, seria a de apenas recepção da missão dos abolicionistas.

Ainda no capítulo III do livro de Nabuco, a narrativa segue nessa linha de raciocínio, e ele enfatiza que os ingênuos “*não podem ter consciência, ou, tendo-a, não podem reclamar, pela morte civil a que estão sujeitos.*” (NABUCO, 2000, p. 15, grifos nossos). Por esse modo os abolicionistas aceitam “esse mandado como homens políticos, por motivos políticos, e assim representamos os escravos e os ingênuos na qualidade de brasileiros que julgam o seu título de cidadão diminuído enquanto houver brasileiros escravos [...]” (NABUCO, 2000, p. 15, grifos nossos). Vê-se por esses trechos que a ênfase de protagonismo na retórica, segue sendo do movimento abolicionista, e as pessoas escravizadas aparecem na argumentação como desconhecedoras dos seus direitos sem consciência nem capacidade, já que ele usa a expressão “não podem” pois estão mortos civilmente. Nesse caso, aqueles que detêm o título de cidadão

e a escolha em julgar seu título diminuído por compaixão aos escravizados é que são os defensores. Assim o abolicionista aparece como única “saída” das pessoas escravizadas e única forma de reivindicação.

Com isso, acreditamos que ter sido este um discurso bem próximo de uma posição tutelar, daquelas em que precisaria de sujeitos donos do título de cidadão para agir como protagonistas da raça que não teria consciência dos seus direitos. Ideia bastante presente no discurso abolicionista na perspectiva de convencimento e apoio pela causa. Em uma retórica da simpatia que visasse o convencimento do público pela causa abolicionista de acordo com Carey (2005) o importante era a forma narrativa da propaganda ou literatura, isto é, a utilização das palavras em formato de convencimento emocional. Desse modo, a forma de persuasão sentimental por meio da descrição de sofrimento e tragédia tornou-se uma ferramenta para a ação de filantropia, por exemplo, como demonstração de compaixão. Assim, se a escravidão era vista e narrada como causadora central dos sofrimentos, era dever daqueles que se julgavam como benevolentes simpatizar com a dor das pessoas escravizadas narradas como vítimas e aliviar de alguma forma essa dor.

Na utilização da retórica da simpatia em escritos antiescravistas, Carey (2005) afirma que não se esperava que o público tivesse total empatia para com aquelas pessoas narradas como vítimas, mas que as palavras fossem usadas de maneira suficiente o bastante para fazer com que escrevessem cartas e realizassem petições a favor da abolição da escravidão.

No contexto da abolição no Brasil e na escrita de Nabuco, era tarefa do abolicionista representar as pessoas escravizadas. Algo que aparece como uma missão. Com suas palavras Nabuco menciona:

Aceitamos esse mandato como homens políticos, por motivos políticos, e assim representamos os escravos e os ingênuos na qualidade de brasileiros que julgam o seu título de cidadão diminuído enquanto houver brasileiros escravos, isto é, no interesse de todo o país e no nosso próprio interesse. (NABUCO, 2000, p. 15, grifos nossos)

Por esse trecho vemos que a missão é narrada como a representação dos escravos e ingênuos. Sobre esse ponto, e em diálogo com Davis (1999), não dá para dizer que o interesse dos abolicionistas era puramente pessoal, entretanto, Nabuco aponta para o encorajamento frente a defesa de um tema de grande polêmica na época, o que relega a ele uma certa visibilidade política. Ainda mais por ser um discurso que estava se revelando universal. Além disso, a escolha da palavra ‘mandato’ traz uma representação de incumbência. Com uma pesquisa em dois dicionários de língua portuguesa do século XIX vimos que a palavra mandato aparece com

a definição de um *rescripto*¹⁴ pelo qual o Papa manda nomear o mandatário no primeiro benefício que vagar, isto é, como se fosse a ocupação de um cargo, uma missão do Papa ao mandatário (PINTO, 1823, p. 706). Na teoria da argumentação esse pode ser visto como o lugar da autoridade que atribui à retórica uma forma deliberativa que determina os lugares de quem escreve vestindo uma argumentação de mandatário, advogado, político, senhor, pai ou pastor e que é necessária para convencer o leitor daquilo que está sendo reivindicado (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 347). Nesse e em vários outros pontos, veremos que Nabuco dá ênfase na argumentação à figura do abolicionista como essencial, pois sem ela as pessoas escravizadas permaneceriam no mesmo estado inerte de sempre.

Outro trecho que chama atenção é quando ele diz que tudo o que foi criado e existe no solo brasileiro foi obra da raça negra:

Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo [...] não passa de uma *doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar*. (NABUCO, p. 15, grifos nossos)

Há uma ênfase aqui na descrição das pessoas escravizadas como responsáveis pelas construções existentes no país. Pelo contexto de todo o capítulo de Nabuco seria então esse “o mandado da raça negra” o de trabalhar a custo de sofrimento e nada receber em troca a não ser “o país que a escravidão lhe deu por pátria”, que seria a esse país o apelo de liberdade daquelas pessoas. (NABUCO, 2000, p. 15). A palavra “doação” na última frase do trecho citado parece ser usada para remeter a um trabalho que foi doado da raça negra à raça branca. É interessante que o termo ‘doação’ também vem acompanhado da palavra ‘gratuita’ dando ênfase a questão, afinal uma doação já é gratuita, mas é Nabuco que escolhe enfatizar isso na escrita.

Do mesmo modo, as expressões escolhidas por ele designam o ato de doar; transmitir gratuitamente a outrem, o doador é aquele ou aquela que dá algo a alguém. Doação é algo dado e quando se possui alguma coisa ou alguma propriedade, ao contrário do que ocorria na escravidão o serviço era forçado e não doado. As pessoas escravizadas não possuíam algo que pudessem doar, seus corpos eram propriedades dos senhores e máquina de sustentação do sistema de agricultura, mas não havia doação da força de trabalho pois o trabalho era de fato forçado, compulsório (SCHWARCZ, 2018, p. 21-41), e na compulsão não há doação, há obrigatoriedade e imposição sob a pena de castigos físicos e até a morte. Pode ser que Nabuco

¹⁴ *Rescripto* é uma palavra em Latim que no Português atual significa rescrito: uma carta do Papa com resposta a alguma solicitação ou requerimento.

tenha utilizado o termo “doação” se referindo a ideia que se tinha da raça negra como amaldiçoada pela escravidão, já que adiante ele diz:

Nessas condições é tempo de renunciarmos ao usufruto dos últimos representantes dessa *raça infeliz* [...] já vimos com que importante contingente essa raça concorreu para a formação do nosso povo. *A escravidão moderna repousa sobre uma base diversa da escravidão antiga: a cor preta. Ninguém pensa em reduzir homens brancos ao cativeiro: para este ficaram reservados tão somente os negros. Nós não somos um povo exclusivamente branco, e não devemos portanto admitir essa maldição pela cor; pelo contrário, devemos tudo fazer por esquecê-la.* (NABUCO, 2000, p. 15-16, grifos nossos)

A expressão “raça infeliz”, seria porque trabalhou e construiu tudo que existe no país por doação? Ao que parece sim, e quanto ao último destaque Nabuco parece dizer que o movimento deve se opor a ideia de maldição da cor advinda da escravidão antiga, mas se opor esquecendo. Veja que o dever é relegado ao movimento abolicionista, ou seja, as pessoas que representariam os escravizados. No livro de Nabuco as pessoas escravizadas são narradas e representadas, mas em nenhum momento mencionadas como participantes já ativas numa busca pela emancipação.

A teoria de análise argumentativa de Perelman e Tyteca (1996), aborda que quando falamos nos posicionamos a partir de um lugar, esse lugar é sobretudo social e político. Obviamente que a ideia de que se tem hoje de lugar de fala e os conceitos que cercam tal discussão não são os mesmos da época de Nabuco. Contudo, chamamos atenção para pensar que o lugar social que Nabuco ocupava aparece na sua escrita, e assim vemos a maneira como ele se descreve e como descreve os outros sujeitos e o seu lugar social. É evidente que Nabuco utiliza uma linguagem que se refere o tempo todo aos abolicionistas como promotores da tutela, apadrinhamento, benevolência e proteção frente aos que nada poderiam fazer por si, e isso percorre todo o livro. Assim fica relegado a carga identitária ao grupo social escravizado que historicamente ficou sujeito a uma série de interpretações distorcidas atribuídas por outros, o que também promove a negação do direito de auto representatividade (CAREY, 2005, p. 22) e normaliza-se então a necessidade da tutela.

Na retórica da simpatia as palavras são evocadas como fonte de persuasão da emoção do leitor, cita-se algo que faça o leitor se aproximar emocionalmente daquela situação ou da reivindicação posta. Busca-se incitar a simpatia através da descrição acentuada do sofrimento ou sentimentos de outrem. Assim, como veremos no trecho seguinte, utiliza-se uma metodologia em que uma argumentação lógica e coerente pode ser adaptada para fazer-se o apelo às emoções (CAREY, 2005, p. 25). Isto é, trazer à tona em um discurso de defesa

expressões como maldição, doação, seres infelizes, por mais que Nabuco se oponha e diga que o movimento deve esquecer tais atribuições, ainda assim a retórica é de “nós” e “eles”.

No trecho seguinte Nabuco reafirma que:

A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor – falando coletivamente – nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por esse motivo, o contato entre elas sempre foi isento de asperezas, fora da escravidão, e o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si. (NABUCO, 2000, p. 16, grifos nossos)

Percebe-se que ele diz sobre o sentimento de ódio que existe “naturalmente” entre opressores e oprimidos, e que não existia entre as duas raças, isto é, a raça do senhor e a do escravo. Porém, Nabuco destaca que o ódio é natural entre oprimido e opressor, mas na sua observação apenas no caso da escravidão esse ódio não ocorria. O que nos faz pensar que, se a escravidão também era um sistema em que uma raça era subjugada à outra e que existia opressor e oprimido, logo, o ódio seria natural nessa relação segundo sua colocação de naturalização do ódio nesse tipo de relação. Mas ele posiciona a escravidão como uma exceção à regra da natureza, digamos.

Na retórica da simpatia essa estratégia seria uma fórmula rejeitada em troca da representação e dissertação de uma cordialidade sentimental, o que de acordo com Carey (2005), seriam estratégias de alteração do humor do leitor ou ouvinte que prenderia a atenção na contra argumentação criada pelo próprio Nabuco, isto é, nas exceções. Em outras palavras, por mais que o ódio entre opressor e oprimido fosse natural, entre a raça de senhor e de escravo isso não acontecia. E ainda soa como uma felicitação, isto é, mostra ao leitor que “por felicidade nossa” não havia tanto conflito nem ódio natural, as relações eram amenas, inclusive as relações que eram passíveis de ódio. Mas que segundo Nabuco no Brasil isso não ocorria. Essa apresentação de Nabuco é um mito, algo que já camuflava uma ideia de harmonização racial, ou seja, mito de democracia racial, isso porque pode se ver que ele faz a escolha retórica de separar as raças quando ele diz “nem criou entre as duas raças o ódio recíproco”, ou seja, a raça (branca) do senhor, e a raça (negra) do escravo.

Com essa narração que remete a harmonia, Nabuco refere-se à diferença da escravidão brasileira em comparação a de outros países. Nabuco compara o Brasil com Estados Unidos afirmando de maneira velada que a escravidão no Brasil era mais branda e que não haveria o público de se preocupar com possíveis levantes. Aqui já começa a menção à harmonização entre as raças, na relação dos escravizados com o senhor, até porque era uma das premissas das proposições do pernambucano ao longo do livro, a harmonia entre as raças após a abolição e a eliminação dos dois tipos contrários: senhor e escravo. Por outro lado, ao dizer que no Brasil

essa relação era diferente, ele traz uma ideia de que o senhor de escravo brasileiro era tão pacífico quanto o próprio escravo brasileiro. Isso vai aparecer mais adiante quando ele menciona também as pessoas escravizadas como abnegadas do ato de reivindicação.

Ainda no mesmo trecho, é interessante notar que o abolicionista usa a expressão “fora da escravidão” para dizer que o contato entre as duas raças – fora da escravidão – sempre foi isento de aspereza. Mas onde seria esse “fora da escravidão”? Na idealização representada por Nabuco soa como se houvesse um mundo da escravidão em que a raça branca subjuga a negra, e um mundo *fora da escravidão* onde não havia o ódio recíproco e todos *esquecem* o que se passou, inclusive as atribuições de maldição da cor direcionadas as pessoas escravizadas. Pela retórica de Nabuco, neste mesmo mundo fora da escravidão o homem de cor “achou todas as avenidas abertas diante de si”. E para terminar a frase ele menciona ainda que

[...] o modo liberal pela qual o Senado assentiu à elegibilidade dos libertos, isto é, ao apagamento do último vestígio de desigualdade da condição anterior, mostram *que a cor no Brasil não é como nos Estados Unidos, um preconceito social* contra cuja obstinação pouco pode o caráter, o talento, e o mérito de quem incorre nele. (NABUCO, 2000, p. 16, grifos nossos)

Nesse caso as “avenidas abertas” para o homem de cor seria a prova, por meio da elegibilidade dos libertos e o *apagamento* dos vestígios de desigualdade, de que não existiria preconceito social como por exemplo havia nos Estados Unidos. Isto é, o *esquecimento* da “maldição da cor” como ele mesmo diz. Vale destacar que em vários momentos da obra Joaquim Nabuco menciona o ‘*esquecimento*’ como um possível desfecho aos males do crime da escravidão, às atribuições feitas a raça negra e aos sentimentos ditos ‘ruins’. Como por exemplo quando ele afirma em trecho que já destacamos, mas que vale explorar novamente:

A escravidão moderna repousa sobre uma base diversa da escravidão antiga: *a cor preta*. Ninguém pensa em reduzir homens brancos ao cativeiro: para este ficaram reservados tão-somente os negros. *Nós não somos um povo exclusivamente branco, e não devemos, portanto, admitir essa maldição da cor; pelo contrário, devemos tudo fazer por esquecê-la.* (NABUCO, 2000, p. 16, grifos nossos)

Aqui, talvez Nabuco busque tranquilizar o público de que a propaganda abolicionista incitaria embate entre as raças, pois como vimos nos dois últimos trechos ele cria uma narrativa de apaziguamento por meio da ênfase em elementos como a ausência do ódio entre senhor e escravo, a ausência de aspereza na relação dos mesmos, a importância do apagamento dos vestígios de desigualdade, a não aceitação da maldição da cor, e ainda o dever de fazer de tudo para esquecê-la, e as avenidas abertas aos escravizados pós emancipação.

São curiosas as proposições de Nabuco acerca dos escravizados, africanos livres, ou libertos já que dada a situação naquela sociedade não havia espaço para que o africano pudesse

usufruir dos seus direitos como um cidadão nem mesmo depois de liberto. Como bem destacou Wlamyra Ribeiro de Albuquerque, “a situação de estrangeiro e ex-escravos demarcava o seu lugar social” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 60) e não houveram grandes avanços e termos de leis que permitissem a emancipação dessas pessoas além das conhecidas Lei Eusébio de Queiroz de 1850 que estabeleceu algumas restrições para o tráfico de escravizados, e a lei do Ventre Livre de 1871. O que se tem de fato, como já demonstrou Beatriz Mamigonian, é que o direito à cidadania era limitado aos nascidos no Brasil que poderiam ser nascidos livres ou libertos, mas os escravos africanos eram considerados não cidadãos e os libertos africanos ficaram “sem estatuto definido” pela constituição de 1824. Ainda segundo a historiadora, “pela lógica, ter-lhes-ia cabido o estatuto de estrangeiros. No entanto, uma leitura da legislação imperial referente a estrangeiros demonstra que os africanos estiveram, na verdade, num limbo.” (MAMIGONIAN, 2015, p. 184-195). E o que tiveram de menções de estrangeiros em leis e decretos foram apenas sobre estrangeiros europeus. Ou seja, nem dentro e nem “fora da escravidão”, como disse Nabuco houveram meios que pudessem “abrir as avenidas” à frente das pessoas escravizadas. Talvez, o que o abolicionista queria destacar com essa retórica era uma alusão à paz, à tranquilidade, no sentido de que no mundo fora da escravidão existiria paz e não ressentimento.

Portanto, a mensagem implícita parece ser: se “libertar” os escravizados os senhores não precisariam temer por suas vidas, pois fora da escravidão não haveria o ódio e o futuro seria sem conflitos. Salta aos olhos o modo apaziguador com que Nabuco narra as relações entre senhor, escravo e libertos, no sentido de que não havia conflito entre as raças numa sociedade em que senhor de escravo agia em favor de sua propriedade e ganhos, e ao escravizado era relegado o espaço de marcação social negativa. Ali a sociedade era baseada no sistema patriarcal, com monocultura e muita violência, o espaço da escravidão não tinha harmonia. Não haveria de ter harmonia mesmo que em uma sociedade na qual como bem disse Schwartz e Gomes, “a doçura do açúcar misturou-se com o ardor do trabalho compulsório e escravizado.” (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p. 23).

Pode-se dizer que em termos de abolicionismo ao longo de todo o livro o problema da escravidão se torna então um problema de moralidade e não de pecado nem de legalidade. Por mais que Nabuco fale na escravidão como um crime e menciona que deveria ser feita a justiça pelas vias legais, ainda assim o que se mantém é o discurso moral e uma preocupação extrema com a honra e imagem do Brasil. No Brasil que Nabuco imaginava não havia de ter conflito e

não podia manter dois tipos contrários como senhor e escravo. Ele tende a afirmar várias vezes que o sofrimento era igual tanto para o senhor como para as pessoas escravizadas, assim os abolicionistas deveriam agir na causa por todos, pensando no bem da nação, no avanço social. Por esse modo, o discurso de legalidade serviria ao movimento abolicionista porque ele carrega a ideia de que se livrando do crime o Brasil se livraria do atraso, e a harmonia entre as raças, que segundo ele já ocorria, só iria se manter e melhorar.

Separamos alguns trechos do capítulo IV do livro com título “Caráter do movimento Abolicionista” para verificarmos o modo como Nabuco separa os argumentos para transmitir ao leitor a ideia da propaganda abolicionista e onde e como abolição deveria acontecer seguindo os preceitos do caráter do movimento que era o da legalidade.

Ao que parece o pernambucano busca transmitir uma tranquilidade com relação a tarefa dos abolicionistas no sentido de manter a conciliação deixando claro quais sentimentos o movimento não deveria incitar nas pessoas escravizadas. Com suas palavras ele diz:

Os abolicionistas, que querem conciliar todas as classes, e não indispor umas contra as outras; que não pedem a emancipação no interesse tão somente do escravo, mas do próprio senhor, e da sociedade toda; não podem querer instilar no coração do oprimido um ódio que ele não sente, e muito menos fazer apelo a paixões que não servem para fermento de uma causa, que não se resume na reabilitação da raça negra, mas que é equivalente [...] a reconstituição completa do país. (NABUCO, 2000, p. 17, grifos nossos)

Aqui surge um alerta, os abolicionistas pela causa e busca da emancipação do senhor do escravo e da sociedade é aquele que quer conciliação, esse não deveria incitar o ódio, um tipo de paixão que não serviria “para fermento” da causa abolicionista. Mais uma vez Nabuco enfatiza na retórica da conciliação do projeto abolicionista e julga o ódio como algo inexistente no coração do oprimido. Nabuco não só se faz conhecedor dos sentimentos daquelas pessoas, ou ele diz o inverso daquilo que ele como um filho de senhor de escravo e como alguém que viveu em um engenho, sabia que existia. Assim como fala de forma a reforçar que o interesse dos abolicionistas não estava ‘apenas’ na causa dos escravos, mas também nas preocupações dos senhores, e que a causa da abolição tampouco se “resume na reabilitação da raça negra”, mas na restituição completa do país. Assim os proprietários poderiam se tranquilizar do risco de violência pois a preocupação deles, nos pontos que acreditavam ser problemáticos com a propaganda pela abolição, estava sendo considerada.

Como se pode ver Nabuco apresenta a figura dos abolicionistas como conciliadores e das pessoas escravizadas como aquelas que não sentiam ódio. Talvez na busca de dizer sobre o medo da insurreição escrava que era real e constante naquele período, por isso a importância

dos abolicionistas em ‘conciliar’ e trazer a paz. Segundo Sidney Chalhoub, já nos anos 1880 no Rio de Janeiro, por exemplo, a agitação nas ruas da Corte era presente após a “revolta do vintém¹⁵”, havia por parte do governo um temor da mobilização especificamente de libertos, “segmento da população que era percebido como largamente despreparado para a vida em sociedade, pessoas que precisavam antes de educação e orientação para o “bem.” (CHALHOUB, 1988, p. 84). Por outro lado, com essa retórica Nabuco parece também alertar para a importância da abolição imediata e sem demora, isto é, para a aderência sem pestanejar da causa abolicionista apresentada por ele. Afinal, seu projeto era de abolição imediata e por esse caminho a ausência de confronto estaria garantida. Esse era também um temor do parlamento e dos senhores de escravos, o conflito, a violência, os protestos, que a propaganda abolicionista pudesse fomentar, mas Joaquim Nabuco não era adepto da ideia de incitar protestos e deixou claro ao afirmar que

A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminoso, e, além disso um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição, ou ao crime, homens sem defesa e que a lei de Lynch, ou a justiça pública, imediatamente haveria de esmagar [...]” (NABUCO, 2000, p. 17, grifo nossos)

É curioso notar a indicação sobre a quem a propaganda abolicionista *não* era destinada. Se a propaganda abolicionista de Joaquim Nabuco não era destinada às pessoas as quais ele pretendia, como advogado gratuito, defender, e como ele mesmo havia dito no início que o abolicionismo era quem iria resolver o problema dos escravos, vê-se que na passagem supracitada o problema do escravo não aparece como prioridade, ao passo que ele destina a propaganda àqueles a quem ele reivindicava o apoio e a simpatia. Em um segundo momento, Nabuco elenca as pessoas escravizadas como “homens sem defesa”, ou seja, quer dizer que aquelas pessoas não teriam nenhuma chance de confronto. É por isso que ele não direciona a propaganda a elas, pois ele também sabia que haveria de prejudicar o movimento abolicionista uma possível incitação de protestos. Desse modo, Nabuco deixou claro a quem a propaganda não era destinada e adiante mostra por quais meios haveria de ser feita a abolição:

A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos

¹⁵ A revolta do vintém foi um episódio ocorrido nos primeiros dias de 1880 no Rio de Janeiro, em que a população agitou levantes, comícios e protestos contra o imposto de um vintém sobre as passagens dos bondes urbanos o que acabou em violência nas ruas. Foi um confronto armado entre manifestantes e autoridades que não durou muitas horas, mas foi marcante para a vida política do império, o que acarretou mudanças efetivas na cultura da cidade (GRAHAM, 1991). Como afirma Chalhoub, “pela primeira vez na história recente do Rio, um debate político alcançará as ruas e as praças, e alguns políticos mais astutos perceberam que havia uma fonte estridente de poder fora do parlamento.” (CHALHOUB, 1988, p. 84).

do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade. (NABUCO, 2000, p. 18, grifos nossos)

Podemos ver nesse trecho a noção que Nabuco transmite do como ele imaginava que deveria ser feita a abolição e com quem e onde se ganharia a causa. Entre “nós” é o que ele diz, ou seja, o movimento era proposto pelo abolicionista que visava defender e lutar pelos escravizados e pelos libertos, mas, não com eles e sim entre “nós” o Parlamento. Entre os homens que tinham a posse da voz, do poder, da ação, das leis, mas não entre a opinião pública ou mesmo aqueles e aquelas que realmente viviam os males da escravidão que o próprio Nabuco denunciava. Vale lembrar, que esse espaço do Parlamento era o da ordem, da lei, da conciliação, enquanto que as fazendas, ruas, quilombos e praças eram espaços considerados sem uma ordem garantida, sem disciplina, e eram lugares onde o Estado nem sempre poderia interferir. Isso porque as pessoas escravizadas tinham seus meios de resistência a ordem escravocrata.

Aqui vale um adendo a respeito exatamente da resistência dos escravizados, são vários trabalhos que mostram como as pessoas escravizadas se organizavam diante das opressões sofridas pelo sistema escravista, muitos dos movimentos da população escrava e liberta eram organizados de forma autônoma, tinham suas próprias regras de funcionamento e de protestos que já vinham sendo ativos durante décadas de cativeiro. Não podemos deixar de mencionar que apesar da escravidão ter sido um sistema muito lucrativo e confortável aos que dele se beneficiavam, era um regime de difícil administração. Segundo Maria Jorge dos Santos Leite, uma das dificuldades impostas ao sistema escravagista era exatamente a resistência das próprias pessoas escravizadas, isso porque seus modos de reagir desde o início do “processo de coisificação” através de rebeliões, fugas, e outras mais variadas formas, preocupavam as autoridades. (LEITE, 2017, p. 67). A autora afirma ainda, que as primeiras formas de resistência ocorreram já nos navios em que eram transportadas as pessoas escravizadas. O fato de permanecerem por dias consecutivos nos navios e em condições desumanas e insalubres, fazia também com que se rebelassem, o que muitas vezes terminava ocorrendo ataque aos marinheiros europeus responsáveis pelo navio. Isso quando havia a possibilidade de não permanecerem quietos ao longo de todo o transporte, pois quando resistir se tornava impossível restava-lhes aguentar as condições desumanas da viagem que muitas vezes lhes causava a morte.

Ainda sobre esse ponto, os escravos e libertos do Rio de Janeiro por exemplo como demonstrou Sidney Chalhoub, “havam instituído uma cidade própria, possuidora de suas próprias racionalidades e movimentos, que salopou a instituição da escravidão sem nunca

realmente confluir para qualquer projeto ou delírio disciplinador.” (CHALHOUB, 1988, p. 87). Era a cidade negra, o Rio de Janeiro onde metade da população sendo escravos e libertos, preocupava muito as autoridades já assustadas com o que havia ocorrido no Haiti, isto é, o levante escravo que teve como resultado a posse do poder pelas mãos das pessoas escravizadas e que se tornou o exemplo do que não podia acontecer em países que ainda mantinham a escravidão.

O Brasil era um desses países, e o que se pode chamar de ‘fantasma’ do Haiti assombrou por um bom tempo pelo medo da ocorrência de rebelião. É nesse contexto que as atitudes de resistência e protestos das pessoas negras eram vistas como crimes e arruaça, e a própria tentativa de incitar aos negros a participar politicamente de alguma movimentação era considerada irresponsabilidade, por isso muito dos abolicionistas eram vistos como aqueles que fomentavam a discórdia com suas propagandas. E assim a participação popular nos protestos políticos e propagandas pela abolição eram suprimidas. Como vimos nas palavras de Nabuco, há uma preocupação nesse sentido, pois o político deixa claro que não era e não deveria ser papel do movimento abolicionista a incitação do ódio, assim como do apoio à movimentação e participação popular a campanha. O que houvesse de acontecer devia ser pelas vias legais no lugar da lei e da posse do poder.

Ainda no capítulo IV, destinado a descrição do caráter do movimento abolicionista, o pernambucano alerta que era a escravidão que tentava o escravo a cometer crimes. Entretanto, ele afirma que “*o número de escravos que saem do cativeiro pelo suicídio deve aproximar-se do número dos que se vingam do destino de sua raça na pessoa que mais o atormenta, de ordinário, o feitor.*” (NABUCO, 2000, p. 18, grifos nossos). Ou seja, ele compara que o mesmo número de pessoas escravizadas que cometiam o suicídio era próximo daquelas que cometiam crimes contra os feitores na busca por se vingar do destino de sua raça. Já vimos que Nabuco utiliza as expressões “maldição da raça” para se referir à escravidão como o destino maldito dado as pessoas negras ou até mesmo “raça infeliz” por ser aquela reservada à escravidão. Mesmo que ele utilize tais expressões por reproduzir aquilo que era dito na época sobre a raça negra ainda assim, ao que parece ele afirma conforme o último trecho por nós destacado, que o crime seria por vingança ao destino da raça. Seria essa então a motivação do escravizado? O que a retórica da simpatia indica é que Nabuco procura mostrar ao seu público de onde vem o ciclo da violência. Talvez numa tentativa de tocar a emoção do leitor para a compreensão de

que só a abolição imediata acabaria com esse contexto. Assim, ele posiciona aqui o escravizado como vítima da escravidão e indica a escravidão como responsável pelos crimes.

Na sequência Nabuco finaliza com a seguinte afirmação:

A vida, do berço ao túmulo, literalmente, *debaixo do chicote é uma constante provocação dirigida ao animal humano, e à qual cada um de nós preferiria, mil vezes, a morte*. Quem pode, assim, condenar o suicídio do escravo como covardia ou deserção? (NABUCO, 2000, p. 18, grifos nossos)

A frase vem como uma justificativa do suicídio cometido pelas pessoas escravizadas que ele havia mencionado, ou seja, não se poderia jogar o escravo como covarde por tirar a própria vida, pois diante da vida debaixo do chicote qualquer ser humano iria preferir a morte. Pela ótica da retórica da simpatia o argumento serve como uma forma de aproximar o leitor da situação das pessoas escravizadas descrevendo a situação como trágica. A escravidão aparece como má e o escravizado a vítima que se suicida ou comete um crime para se vingar do destino que foi conferido à sua raça. Nesse tipo de discurso aquele que escreve convida o leitor a acessar seus sentimentos e a sentir junto com aquele que ele descreve como sofredor, isto é, os que praticavam o suicídio por não suportar viver “debaixo do chicote”.

Por outro lado, percebe-se que Nabuco escolhe uma forte expressão para demonstrar a dor que era a vida do escravo, a expressão “debaixo do chicote” soa como uma imagem da aflição, agonia e tortura transmitida em palavras. Assim, a persuasão fica por conta da articulação de um argumento com uma forma retórica que sensibiliza e que usa termos que remete à dor como forma de relacionar o leitor ao mesmo grupo daqueles que ele apresenta o sofrimento. Isso se torna mais evidente quando Nabuco utiliza o termo, “animal humano” para dizer que toda e qualquer pessoa não suportaria tal tortura. Nessa narrativa ele relaciona tanto ele como o leitor e as pessoas escravizadas à um conjunto maior. A espécie humana (CAREY, 2005, p. 5). Nabuco faz o público se aproximar e talvez simpatizar com o sofrimento daquelas pessoas para mais adiante apresentar a o plano de abolição como solução para findar esse sofrimento.

Tudo isso é descrito por Nabuco ainda no capítulo IV do livro. Capítulo que versa sobre o caráter do movimento abolicionista. No entanto, a ideia do capítulo era descrever o mal que era a escravidão, a dor destinada à vida das pessoas escravizadas, e um pouco das suas incapacidades. Para no fim transmitir a mensagem sobre ao que viria então o movimento abolicionista com essa propaganda. No trecho seguinte fica mais evidente o modo como o Nabuco se refere às pessoas escravizadas.

Os escravos, em geral, não sabem ler, não precisam, porém, soletrar a palavra liberdade para sentir a dureza da sua condição. *A consciência neles pode estar adormecida, o coração resignado, a esperança morta: eles podem beijar com reconhecimento os ferros que lhes apertam os pulsos; exaltar-se, na sua triste e tocante degradação, com a posição, a fortuna, o luxo do seu senhor; recusar a alforria que este lhes ofereça, para não terem que se separar da casa onde foram crias [...] esquecer-se de si mesmos como o asceta, para viverem na adoração do deus que criaram, prontos a sacrificar-lhe tudo.* (NABUCO, 2000, p. 20, grifos nossos)

Com essa retórica vemos que as expressões, consciência adormecida, coração resignado, esperança morta, assim como descrever o recuso à alforria pelo sacrifício, é a linguagem utilizada por Nabuco que cria a imagem que ele quer passar. Aqui as expressões ocorrem por meio de figuras de linguagem e podem fazer com o que público também acesse sua imaginação para visualizá-las. Pensando pela análise discursiva e de acordo com Olivier Reboul, na arte da retórica a figura de linguagem é um “recurso de estilo que permite expressar-se de modo simultaneamente livre e codificado”, e é por meio dela que o autor evoca uma imagem, pois ela age como uma “fruição a mais, uma licença estilística para facilitar a aceitação do argumento.” (REBOUL, 2004, p. 113-14).

Sendo assim, a argumentação criada por Nabuco com a utilização das figuras seviria como demonstração das capacidades e formas sentimentais das pessoas escravizadas diante do mal da escravidão. E para provar que elas abriram mão de seus interesses ele questiona:

Que prova isso senão que a escravidão, em certos casos isolados e domésticos consegue criar, um tipo heróico de abnegação e desinteresse, e esse não o senhor, mas o escravo? (NABUCO, 2000, p. 20, grifos nossos)

As pessoas escravizadas são apresentadas por ele como aquelas que se tornaram heroínas da abnegação de seus próprios interesses por meio da escravidão. A referência ao termo de indivíduo abnegado é interessante nesse trecho considerando que se trata de um substantivo, (abnegação) que indica “renuncia da própria vontade, e desapego de tudo o que não respeita a deos.” (SILVA, 1823, p. 9). ou “desapego de si mesmo, das cousas do mundo.” (PINTO, 1823, p. 9.). É claro que Nabuco utiliza o termo para se referir ao que a escravidão com todos os seus males conseguiu criar, isto é, um sujeito que abre mão das suas próprias vontades pela servidão. Tem-se a impressão de que Nabuco apresenta a figura do escravo, em termos morais e de comportamento, como superior ao senhor no sentido que o senhor teme, mas o escravizado, mesmo com a perda da esperança e o coração resignado, abdica dos seus interesses e se sacrifica, se anula.

É esse o tipo de argumentação que introduz o leitor em uma teia de sentimentalismo, talvez como uma tendencia de provar ou legitimar a necessidade dos “advogados gratuitos” em

defender aqueles que renegaram a si mesmos. Assim, ao final da obra talvez o público se convencesse de que era a proposta de abolição no livro de Nabuco a maneira mais certa de acabar com a dor e os males causados pela escravidão.

A esse respeito ele menciona ainda:

Como pode o abolicionismo que, em toda a sua vasta parte inconsciente, *não é uma renovação social, mas uma explosão de simpatia e de interesse pela sorte do escravo, azedar a alma deste, quando trezentos anos de escravidão não o conseguiram?* (NABUCO, 2000, p. 20, grifos nossos)

Por esse trecho vemos que suas palavras indicam que o abolicionismo é “*uma explosão de simpatia*”, e que se trezentos anos de escravidão não “azedaram a alma” das pessoas escravizadas, não seria a propaganda do movimento abolicionista a fazer. Ao que parece a menção vem com o recado de que novamente poderiam aqueles que temiam levantes se tranquilizarem, pois as pessoas escravizadas não passariam de resignadas a revoltosas por meio do que pregava o abolicionismo. Isso porque, como vimos, ele primeiro as descreve como pessoas de uma índole pacífica, sem esperança, abnegadas, resignada, fato que nem a escravização conseguiu mudar e não seria com a abolição que essas pessoas teriam um caráter mais aguerrido.

Por nossa análise, salta aos olhos a tendência na utilização de termos que remetem à emoção das pessoas escravizadas, mas que são notados como antônimos, isto é, como falta (abnegados, desinteressados, coração resignado, consciência adormecida, esperança morta). Todas, capacidades emocionais humanas marcadas no seu aspecto de ausência, ausência de interesse, de esperança viva, de consciência viva. E mesmo com toda essa falta de emoções mencionadas, a afirmação de que a alma dessas pessoas não poderia ter sido “azedada” pode pressupor que tais sujeitos fossem então exatamente como ele disse antes, “heróis” por não terem seus sentimentos afetados pelos males da escravidão, ou mesmo tendo sido afetados conseguiram lidar com isso de maneira pacífica sendo agradecidos pelo sacrifício.

Nesse sentido, é importante para nós a percepção de que esse discurso mesmo não mencionado como discurso de inferiorização racial nos moldes que hoje conhecemos, encerra um grupo de pessoas em uma retórica de condição de heroínas das capacidades humanas emocionais, isto é, com capacidade grandiosa de superar as emoções ou que de tão abnegadas não se permitem sentir nem mesmo após de 300 anos de escravidão. Por fim, percebe-se que Nabuco utiliza essa narrativa talvez no intuito de validar a bondade inestimável do abolicionismo. Se a escravidão não “azedou” a alma do escravo não seria o abolicionismo com sua “explosão de simpatia” que o faria.

O termo “simpatia” de acordo com Brycchan Carey (2000), foi central nas teorias filosóficas do sentimentalismo do século XVIII, pois envolveu a discussão sobre a sociabilidade humana. A simpatia entra então no rol das definições e percepções de comportamentos humanos sensíveis e sentimentais, junto a outras palavras que eram utilizadas para descrever atitudes humanas sentimentais relacionadas com o mundo. Nos escritos de campanhas políticas e poemas que visavam a atenção sentimental do leitor, como é o caso do abolicionismo, palavras como simpatia, benevolência, caridade, humanidade eram muito utilizadas como atitudes modelares que expressavam o sentimentalismo humano. Assim o leitor saberia que se agisse a partir de alguns desses valores sua sensibilidade humana estaria sendo aspirada e no apoio ao fim da escravidão eram essas as atitudes necessárias.

Um pouco adiante, mas ainda dentro do capítulo sobre o “Caráter do movimento abolicionista”, Joaquim Nabuco apresenta a obra do abolicionismo como a solução para os receios de violência. Em um dado trecho ele diz: “quanto mais crescer a obra do abolicionismo, *mais se dissiparão os receios de uma guerra servil, de insurreições e atentados.*” (NABUCO, 2000, p. 20, grifos nossos). Ao que parece, o abolicionismo surge como uma obra capaz de reter os sentimentos de temor geral que se espalhavam, a atmosfera de receio que a propaganda abolicionista incitaria ainda mais sentimento de ódio nas pessoas escravizadas seria então findada com o crescimento do abolicionismo que ele apresenta. E o crescimento nesse caso poderia vir do apoio dos próprios leitores.

No mesmo viés Nabuco sinaliza que

A propaganda abolicionista é dirigida *contra uma instituição e não contra pessoas [...] não atacamos os proprietários como indivíduos, atacamos o domínio que exercem e o estado de atraso em que a instituição que representam mantém o país todo.* (NABUCO, 2000, p. 20-21, grifos nossos)

Nota-se que o pernambucano despersonaliza a instituição que é exatamente mantida por pessoas, isto é, a instituição escrava era mantida por parlamentares e proprietário, mas, dentro do contexto de pacificação e tranquilização, convém a ele destacar não estar contra tais indivíduos ao propor a abolição.

Ainda na perspectiva da harmonização, no mesmo parágrafo, Nabuco cita palavras do Manifesto da *Sociedade Brasileira Contra Escravidão* (SBCE) reiterando as proposições do abolicionismo:

As seguintes palavras do Manifesto da sociedade brasileira contra a escravidão *expressam todo o pensamento abolicionista:*

O futuro dos escravos depende, em grande parte, dos seus senhores; *a nossa propaganda não pode, por consequência, tender a criar entre senhores e escravos senão sentimentos de benevolência e solidariedade. Os que, por motivo dela, sujeitarem os seus escravos a tratos piores, são homens que têm em si mesmos a possibilidade de serem bárbaros e não tem a de serem justos.* (NABUCO, 2000, p. 21, grifos nossos)

Sobre esse trecho primeiramente nota-se que ele utiliza exatamente as palavras do Manifesto como forma de resumir o que seria o pensamento do movimento que ele descreve em seu livro. Estratégia retórica interessante considerando que a *SBCE*, foi criada por Nabuco em 1880 e que apesar de ter figuras como José do Patrocínio e André Rebouças como membros, teve seu manifesto redigido pelo próprio Joaquim Nabuco na época.

Por outro lado, de acordo com suas palavras no mesmo trecho, vemos que no âmbito da relação entre senhor e escravo o abolicionismo também daria conta de não incitar sentimento de revolta. Quando ele diz que “a nossa propaganda não pode, por consequência, tender a criar entre senhores e escravos senão sentimentos de benevolência e solidariedade.” Poderiam então manter-se tranquilos, e ainda alerta o leitor utilizando termos de moralização negativa como barbaridade e injustiça que o contrário da ação (dos senhores) de benevolência e solidariedade seria atitude de bárbaro e injusto. Essa retórica de sentimentalismo poderia transmitir ao leitor uma atmosfera de responsabilidade por parte dos abolicionistas na preocupação com a manutenção da ordem e a não provocação dos sentimentos de ódio e revolta. A descrição aqui pode parecer repetitiva, ao mostrar os trechos que induzem a uma harmonização, mas cabe a isso a compreensão de que Nabuco reforça e enfatiza de várias maneiras que o abolicionismo não faria se não manter a ordem e pacificação entre todos.

A argumentação apresentada por Nabuco é carregada de escolhas por termos específicos para desenhar ao leitor aquilo que ele quer transmitir, percebemos isso pois, na retórica da simpatia as palavras são utilizadas como fonte sublime, em parte para transmitir a representação do sofrimento como forma de incitar a imaginação do leitor e despertar o seu emocional. De acordo com Brycchan Carey (2005), nos estudos das emoções, Edmund Burke em *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo* (1993), identificou que os sentimentos de simpatia, imitação e ambição, são os que estão mais ligados socialmente, e o primeiro deles, a simpatia, é aquele que nos permite a comoção pelo sofrimento alheio e a imersão na preocupação do outro, seria então esse sentimento uma representação de um certo gosto humano por ilustração de dor e sofrimento. Isto no sentido de gratidão por não ocupar o lugar daquele que sofre e a percepção da capacidade de poder fazer algo que transmita sua

comoção. Algo como uma “dor positiva”. Para Burke, a palavra é o que vai produzir o som, a imagem e a afeição no leitor, isto é, a simpatização e no caso dos escritos antiescravistas seria a simpatia para com a causa do escravo por meio do apoio à abolição (CAREY, 2005, p. 29-31).

Seguindo com nossa análise, o capítulo de número V do livro de Nabuco é intitulado “A causa já está vencida”. A frase que dá nome ao capítulo é escolhida pelo pernambucano como uma referência aos que insultavam e simpatizavam com o movimento abolicionista e que diziam que não era necessário um partido abolicionista pois a causa da abolição já estava vencida, isto é, já estava aceito de alguma forma que a abolição ocorreria em algum momento. Mas Nabuco usa do capítulo para mostrar que o abolicionismo de que ele fala estava pela causa do escravo. No mesmo capítulo Nabuco fala em tom de crítica à lei de 1871 Lei do Ventre Livre e as formas de emancipação elaboradas pelo Estado dizendo que ela não abriu nenhuma porta ao escravizado, a fim de informar que não restava nenhuma esperança ao escravizado se não pelo abolicionismo. É importante destacar pelo trecho a seguir a utilização de palavras e expressões que inserem o drama na apresentação do sofrimento quando ele declara:

Desapareça o abolicionismo, que é a vigilância, a simpatia, o interesse da opinião pela sorte desses infelizes; fiquem eles entregues ao destino que a lei lhes traçou, e ao poder do senhor tal qual é, e a morte continuará a ser, como é hoje, a maior das probabilidades, e a única certeza, que eles tem de sair um dia do cativeiro.
(NABUCO, 2000, p. 25, grifos nossos)

Com essa representação dramatizada por meio de palavras como *simpatia, sorte, infelizes, destino e morte*, por exemplo, Nabuco sinaliza o abolicionismo como a certeza de que sem sua continuidade de existência, as pessoas escravizadas ficariam entregues à lei, e ao poder do senhor que culminaria na morte como único meio de libertação da servidão. A lei seria a do Ventre Livre promulgada em 28 de setembro de 1871 estipulava a liberdade dos filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir dali.

O ponto desse destaque é perceber que Nabuco fala muito mais aos senhores de escravos, ao Parlamento e demais população, do que às pessoas escravizadas. Nesse contexto a proteção do abolicionismo seria para os proprietários. Isto é, o abolicionismo é também a “vigilância” e aqueles que não aderissem à causa perderiam também a vigilância e manutenção da sociedade que o abolicionismo propunha. E talvez perderiam os próprios escravos para o suicídio. O abolicionismo, portanto, não acabaria com a propriedade (pois o que dá fim a propriedade é a morte ou o suicídio, comum na instituição escravista) mas a preserva porque

não há nenhuma intenção do abolicionismo em inverter ou mudar a ordem social. Ao fim e ao cabo, o rearranjo das relações de trabalho seria vantajoso aos senhores.

Tendo isso em vista, a análise da retórica nos permite verificar como se apresenta a simpatia na escrita de Nabuco e quais os meios de possível tentativa de convencimento do leitor pela causa que ele propõe, e como ele posiciona a proposta, como desenha a imagem das pessoas escravizadas para elevar a causa abolicionista e os próprios abolicionistas. No trecho supracitado, quando Nabuco diz que “*a morte continuará a ser, como é hoje, a maior das probabilidades, e a única certeza, que eles têm de sair um dia do cativeiro.*” (NABUCO, 2000, p. 25, grifos nossos). A imagem das pessoas é desenhada numa perspectiva de que para elas a única certeza de sair da servidão seria de fato a morte. Ao menos, é essa a ideia que se apresenta na linguagem do abolicionista. A certeza da morte ou a libertação pelo abolicionismo.

Esse tipo de argumentação de Nabuco se aproxima daquilo de que Carey analisa na retórica em prol da abolição que aparecia nos livros de literatura antiescravista britânica do século XVIII. Segundo o autor, a retórica da simpatia era tão poderosa e pensada em questão de uso de palavras, expressões e termos, que nas descrições de sofrimento o agressor passava a ser descrito também como vítima, como uma forma de inquerir a petição ao leitor para se compadecer de ambas as partes. A comoção nesse caso era a expressão da filantropia, valor que já vinha sendo ampla, política e moralmente disseminado como alto valor social (CAREY, p. 20). Na retórica de Nabuco o senhor de escravo também aparece como vítima do ponto de vista moral por ter sido corrompido pelos vícios e estilo de vida criado pela escravidão, do mesmo modo, com um certo sentimentalismo e uma inconsciência moral sobre a propriedade. Como ele diz,

O senhor que tem pelos seus escravos sentimentos de família é uma exceção, como é o senhor que lhes tem ódio e os tortura. O geral dos senhores trata de tirar do escravo todo o usufruto possível, explora a escravidão sem entender particularmente a natureza moral da propriedade servil. (NABUCO, 2000, p. 26)

Esse era um recurso utilizado na propaganda pela abolição na época, mas para nós importa destacar o trecho por ele fazer parte do capítulo em que Nabuco quer passar a mensagem de que o pensa tanto no senhor como no escravizado.

Como vemos, por suas palavras Nabuco procura demonstrar que era exceção os senhores que torturavam seus escravos, pois o geral usufruía da exploração sem entender a natureza moral da servidão. Nessa passagem o abolicionista utiliza de uma retórica que generaliza e se mostra entendedor de um contexto geral da escravidão, assim como dos

sentimentos dos senhores ao aferir que era exceção os senhores que tinham ódio das pessoas escravizadas. Talvez como recurso de linguagem e uma forma de manter o foco no que realmente importava na frase, ou seja, no impacto da escravidão na maioria dos senhores. Na representação de Nabuco tanto o sujeito escravizado como o senhor, são mencionados pela via sentimental e psicológica, e ele quase que exclui a existência de senhores que sentiam ódio, talvez para transmitir uma leveza entre as partes, ou mesmo para dizer que aqueles que exploravam estavam apenas cumprindo o papel de proprietário.

Segundo a teoria da análise retórica, palavras como choro, lágrimas, sentimento, dor, eram utilizadas na retórica sentimental e em conjunto com um tom dramatizado poderiam estimular as emoções do público leitor. Nesse tipo discursivo a escolha das palavras que visam atenuar uma intensidade “aumenta a presença” da concretude no texto (PEREMAN; TYTECA, p. 167). Por exemplo, ao mencionar uma morte pode se dizer apenas que ocorreu a morte, mas ao dizer a causa da morte intensifica-se a representação da tragédia que aparece mais presente e próxima ao leitor, isto é, para a criação da emoção é necessário o uso da especificação, o uso de detalhes e metáforas. No trecho seguinte, Nabuco reproduz um pouco dessa lógica ao apresentar o sofrimento com palavras específicas que dão o caráter que ele quer a cena trágica.

Ninguém compete em sofrimento com esse órfão do destino, esse enjeitado da humanidade, que antes de nascer estremece sob o chicote vibrado nas costas da mãe, que não tem senão os restos do leite que esta, ocupada em amamentar outras crianças, pode salvar para o seu próprio filho, que cresce no meio da abjeção da sua classe, corrompido, desmoralizado, embrutecido pela vida da senzala [...] (NABUCO, 2000, p. 27, grifos nossos)

Este trecho é antecedido pela deliberação de que “o escravo brasileiro, literalmente falando só tem de seu uma coisa – a morte.” Isso porque segundo Nabuco a “nem a esperança, nem a dor, nem as lágrimas” seriam posse do escravo. (NABUCO, 2000, p. 27). É claro que há um recurso narrativo para passar a mensagem de que o escravizado sofre e nada tem por esperar da escravidão, nada tem a não ser o destino da morte. É uma descrição de sofrimento, e como tal haveria de ser dramática. No entanto, importa-nos observar a escolha dos termos, que servem para marcar a pessoa como anulada de quase tudo. Vê-se que há um exagero na linguagem ao dizer que nem a dor, nem as lágrimas são do escravizado, o que aparenta uma forma de compreensão de um todo sobre o outro ou mesmo uma liberdade de dizer o que se quer sobre o outro. Ou apenas a criação de uma imagem que incite alguma simpatia e mostre a que ponto os males da escravidão chegaram.

O primeiro ponto em destaque revela que o sofrimento é todo do escravizado, o órfão que perdeu o destino para a escravidão. Enjeitado da humanidade toda, corrompido, desmoralizado, embrutecido. Assim, o escravizado é narrado como o ser que mais sofre, que apanha, que é rejeitado, que passa fome e,

[...]que aprende a não levantar os olhos para o senhor, a não reclamar a mínima parte do seu próprio trabalho, impedido de ter uma afeição, uma preferência, um sentimento que possa manifestar sem receio, condenado a não possuir a si mesmo inteiramente uma hora só na vida e que por fim morre sem um agradecimento daqueles para quem trabalhou tanto, deixando no mesmo cativeiro, na mesma condição, cuja eterna agonia ele conhece, a mulher, os filhos, os amigos, se os teve! (NABUCO, 2000, p. 27, grifos nossos)

Ou seja, por essa narrativa que visa denunciar os males da escravidão as pessoas escravizadas aparecem como incapazes de vida própria, mas ao que parece Nabuco narra seres passivos e pacíficos. Se aprenderam a não levantar os olhos para o senhor, logo, não teriam como protestar. Nos dois trechos surgem palavras de sofrimento e morte que são intensificadas e enumeradas na retórica. O escravo é “enjeitado”; “impedido de ter uma feição”; “condenado” a se renegar; “corrompido”; “desmoralizado”; “embrutecido”, e que “morre” sem o agradecimento do senhor. Sim, Nabuco descreve para mostrar o que fez dele a escravidão que deveria ser abolida de imediato. Mas, para nossa análise serve a observação de que a enumeração de adjetivos apresenta uma retórica que descreve intensidade com as palavras como figuras de pensamento em que os termos podem ser lidos no sentido literal ou figurado como demonstrou Olivier Reboul (2004). A disposição dos adjetivos com significados negativos é que vai depender do sentido que o autor quer dar aquilo que apresenta no argumento.

Ainda sobre o mesmo trecho, vale lembrar, como dissemos no capítulo um de nossa pesquisa, que as pessoas escravizadas estavam privadas de qualquer relação que criasse vínculo sentimental por exemplo com relação à família. Até porque a ideia de família era diferente do que se consistia em família dos senhores de escravos e proprietários. Como bem demonstrou Robert Slenes, o espaço da família era um espaço negado a elas que tinham seus parentes arrancados de si e acabavam por ficarem mais vulneráveis e reféns de seus proprietários, assim como reféns do estilo de vida do sistema escravista. Segundo o historiador, o que se podia chamar de “família cativa” não era firmado em laços de parentescos estabelecidos como na família dos brancos. A família para as pessoas negras escravizadas “expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas “esperanças e recordações” (SLENES, 2011, p. 59). As pessoas escravizadas não chegaram a construir laços de parentescos pois foram separadas de seus entes durante a captura, o tráfico e as vendas. E muito se especulava sobre

seus modos de viver e conviver nas senzalas, sobre sua cultura de origem e suas especificidades humanas. Algo que vai aparecer nos textos racialistas do século XIX, especulações sobre a vida das pessoas escravizadas e seus modos de relações. Sobre esse ponto veremos com mais detalhes no capítulo três desta dissertação.

Sendo assim, outro ponto de destaque no trecho do livro de Nabuco acima mencionado, é a referência às privações que sofreram as pessoas escravizadas. Nabuco utiliza termos escolhidos por si e que também eram muito utilizados para falar das pessoas negras. Um deles por exemplo é o “embrutecido”, que remete à selvageria, ou seja, desumaniza o indivíduo que está sendo descrito. Um sujeito embrutecido era um sujeito semelhante a um bruto, um rude, que não usava a razão e era irracional (SILVA, 1823, p. 179). Termo que até os dias atuais aparece de outras formas, mas para designar uma característica das pessoas negras como brutas e não civilizadas. A questão que fica é: foi a escravidão que fez dos escravizados brutos? Ou foram os olhares marcadores da diferença que decidiram assim os classificar?

A descrição continua quando ele afirma que apenas as pessoas escravizadas,

[...] *sentem uma dor* ao lado da qual a de tantos proletários – *de não ter nada e ninguém no mundo que se possa chamar de seu – é até suave: a dor de ser de outrem. “Somente o escravo é infeliz”* é uma frase que poderia ser escrita com verdade no livro das consolações humanas. (NABUCO, 2000, p. 27, grifos nossos)

Por esse trecho vê-se que a dor do sujeito escravizado é comparada à dor do proletário e ambos são encerrados em uma narrativa e posição de nada possuir no jogo das propriedades, motivo que aparece como razão da dor. Tem-se a impressão que o abolicionista argumenta uma não diferença na estrutura social quando há mão de obra assalariada de mão de obra escravizada, a única diferença que apareceria para os escravizados, seria os males da escravidão. Por outro lado, a afirmação e ênfase na narrativa de que as pessoas escravizadas não tinham nada que pudessem chamar de seu, pode também remeter a uma forma de amainar a preocupação dos senhores de escravos. No sentido de que não precisariam se preocupar pois manter-se-ia a configuração social intacta. Isto é, as pessoas escravizadas não possuíam nada, e se libertas não iriam ascender socialmente, continuariam na mesma sem posse de nada. Nabuco também afirma que “*somente o escravo é infeliz*” e define essa como uma frase que poderia ser escrita com verdade no livro das consolações humanas”. Desse ponto, convém destacar ainda, que ao final dessa mesma passagem ele reitera:

Somente o escravo, de todos os homens – ele, pela falta de consciência livre [...] tem como esse o destino de “sofrer desgraças que a esperança julga serem infinitas e de perdoar ofensas mais negras que a morte ou a noite.” (NABUCO, 2000, p. 27-8, grifos nossos)

Primeiramente, é curioso a forma, digamos, livre como que ele utiliza da imagem do corpo do escravizado para colocar-lhes vários adjetivos e definições. Isso relembra a ideia abordada por Grada Kilomba (2019) e Frantz Fanon (2008), quando se referem as ideias do colonialismo no sentido de que para falar do negro na linguagem do branco ocorria uma série de jogos de palavras. As definições eram deliberadas e assim ficava mais difícil ver o racismo. Mas, de todo modo há uma tranquilidade na descrição dessas pessoas e na especulação por meio do discurso sobre suas emoções e sofrimentos, reflexão que veremos com maior ênfase no nosso terceiro capítulo.

Diante disso, nota-se que o sofrimento e a infelicidade aparecem como exclusividade do “destino” do escravizado o único (de todos os homens) sentimentalmente capaz de perdoar ofensas mais “negras” que a morte. A palavra negra é utilizada para adjetivar o tipo de ofensa, o que a faz aparecer como algo negativo. A frase que Nabuco utiliza para compor esse argumento é do poeta inglês Percy Bysshe Shelley, escrita no livro *Prometheus Unbound* (Prometeu desacorrentado) de 1820. Trata-se de uma obra lírica baseada no mito grego de Prometeu. Assim, pode-se pensar que os escravizados seriam como homens titãs, deuses ou heróis. Mas, como se vê, heróis sentimentais capazes de abnegar dos próprios sentimentos, capazes de abnegar de si mesmos e perdoar ofensas. Ao que parece a única capacidade que essas pessoas tinham, pela descrição de Nabuco era a de perdoar qualquer que fosse a situação e qualquer que fosse a ofensa.

Como dito, os trechos destacados nessa seção foram retirados dos quatro primeiros capítulos do livro de Nabuco, aqueles em que ele inicia mostrando a tarefa do movimento abolicionista, a proposta do abolicionismo e seu caráter. Os destaques aqui expostos servem para compreendermos não apenas a forma estratégica com que Nabuco cria o livro com início meio e fim sobre a propaganda, mas como ele descreveu os abolicionistas, suas tarefas e as pessoas e escravizadas nessa trama. Convém lembrar que Nabuco estava no seu tempo e como tal não era um sujeito isolado, ele partiu de sua observação e vivência com outros abolicionistas, assim como a partir de interesses próprios para escrever tal propaganda. O que conseguimos notar dessa seção, foi que o trabalho do abolicionismo descrito no livro era resolver inicialmente o problema da liberdade do escravizado, assim como a liberdade do senhor de escravo. No entanto mais adiante veremos que a principal tarefa do abolicionismo de Nabuco será a liberdade do próprio país. Para ele senhor e escravizado erma vítimas do sistema escravista, e que parece ele emenda uma narrativa de alerta no sentido que de o fim da escravidão imediato

era necessário para acabar com o sofrimento de todos os lados, e mostra as pessoas escravizadas como passivas, pacíficas, abnegadas, talvez para amenizar os receios de violência que poderiam ocorrer por conta da própria propaganda abolicionista. Percebe-se que a retórica caminha por vários argumentos e o desenlace de especular os sentimentos daquelas pessoas, de definir quais emoções elas tinham e como sentiam percorre todo o livro. Toda a retórica sentimental de Nabuco engaja uma estratégia para aparecer como se a escravidão fosse responsável na tentativa de convencer o leitor da urgência na abolição.

2.3 A questão jurídica: a ilegalidade da escravidão e a urgência do abolicionismo

Nesta próxima seção, trataremos um pouco do que Nabuco apresenta nos capítulos VI. “Ilusões até a Independência”, X. “Ilegalidade da escravidão” e capítulo XI. “Fundamentos do abolicionismo”. Como dissemos, demos esse título a essa seção pela percepção de que os capítulos contidos no meio do livro de Nabuco foram reservados as questões jurídicas da escravidão e do que ele quer apresentar como importante ao público com relação a isso.

Nessa parte da do livro o abolicionista foca em argumentar um pouco a respeito das questões legais e ilegais da escravidão, a apresentação ao público gira em torno da questão das promessas de lei de emancipação por parte do governo, como por exemplo a Lei do Ventre Livre de 1871, Nabuco fala também do tráfico de africanos e dos fundamentos gerais do abolicionismo. Não cabe aqui apresentar toda a argumentação realizada por Nabuco, trataremos apenas alguns destaques para a compreensão da maneira pela qual Nabuco utiliza dos argumentos como forma de persuasão retórica, isso porque é na metade do livro que Nabuco versa sobre os princípios da ilegalidade da escravidão, as promessas dos governos resumidos em leis de abolição gradual e os motivos pelos quais, segundo ele, o movimento abolicionista queria acabar com a escravidão.

Para abrir o capítulo VI. “Ilusões até a Independência”, Nabuco utiliza do argumento de autoridade que nada mais é do que a citação de uma figura política para embasar ou legitimar o argumento que quer defender. De acordo com Silveira e Figueiredo, na criação argumentativa essa estratégia retórica visa “conferir credibilidade ao discurso pela competência reconhecida”, ou seja, através da utilização das palavras daquele que seria um especialista no assunto (SILVEIRA; FIGUEIREDO, 2013, p. 129). A citação utilizada por Nabuco nesse capítulo é de José Bonifácio, político e estadista brasileiro do século XIX que versava sobre os ideais da independência do Brasil pessoa que Nabuco muito admirava. No trecho apresentado José

Bonifácio fala sobre o problema que era a escravidão para a independência nacional como um alerta à nação:

Generosos cidadãos do Brasil, que amais a vossa pátria, sabeis que se a abolição total do infame tráfico da escravatura africana, e sem a emancipação sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará a sua independência nacional e segurará e defenderá a sua liberal Constituição. José Bonifácio, (1825). (NABUCO, 2000, p. 31)

Por essas palavras vê-se que Nabuco como autor do livro demonstra pela fala de Bonifácio que não haveria outro modo do Brasil ser um país independente mantendo o tráfico de escravos e a própria escravidão.

Seguindo com o capítulo VI. “Ilusões até a Independência”, o abolicionista fala sobre a diferença da promessa de liberdade por parte dos abolicionistas e por parte do governo ou como ele diz “quem os escravos supõe ser governo”. O contexto do capítulo é de comparação e sobre a crença das pessoas escravizadas nas promessas dos governantes e senhores. Ele compara as promessas feitas pelo governo às pessoas escravizadas para dizer que a promessa abolicionista não “lhes incutem uma esperança positiva”, como por exemplo as ideias que a Independência do Brasil plantou um espírito de esperança naquelas pessoas. Nesse ponto, Nabuco levanta a questão de que as pessoas escravizadas “enxergavam uma perspectiva mais favorável da liberdade” com as agitações pela Independência, por exemplo, acreditando que junto com a Independência do Brasil viria a abolição da escravidão. Por isso ele diz que os abolicionistas ao animar “os escravos a confiarem no progresso da moralidade social, não lhes incutem uma esperança positiva, a prazo certo, de cujo naufrágio possa resultar o desespero que se receia”. Mas, o pernambucano reitera que:

[...]quando o governo, ou o quem os escravos supõem ser governo, afiança ao mundo e ao país que a emancipação é questão de forma e oportunidade, essa perspectiva de liberdade, que lhes passa diante dos olhos, tem para eles outra realidade e certeza, e nesse caso a desilusão pode ter consequências temerosas. (NABUCO, 2000, p. 31, grifos no original)

O que podemos ver é que Nabuco passa a ideia de que a palavra dos governantes ou a quem os escravos tinham por governantes, talvez se referindo por exemplo aos senhores, eram palavras de honra, havia uma crença nelas uma esperança por parte das pessoas escravizadas. Na sequência Nabuco busca mostrar uma diferença naquilo que é a palavra do governo e dos abolicionistas para os escravizados.

A animação dos abolicionistas é para o escravo como o desejo, o sonho dourado da sua pobre mãe, recordação indelével de infância dos que foram criados no cativeiro; é como as palavras que lhe murmuram ao ouvido os seus companheiros mais resignados, para dar-lhe coragem. (NABUCO, 2000, p. 31, grifos nossos)

Nesse trecho nota-se que quando ele fala sobre a animação dos abolicionistas, vemos que desse lado, o sonho, o desejo é “dourado”, é íntimo, pois aparece como “memória da infância” como coragem. Já pelo lado do que ele chama de poderes públicos e “brancos”, há uma confiança maior por parte das pessoas escravizadas, como palavra de honra. Para a seguir dizer que por outro lado,

A promessa dos poderes públicos, porém, é coisa muito diversa: entre as suas crenças [as crenças do escravo] está a de que a palavra de rei não volta atrás, a confiança na honra dos “brancos” e na serenidade dos que tudo podem, e por isso semelhante promessa vinda de tão alto é para ele como a promessa de alforria que lhe faça o senhor desde a qual, por mais longo que seja o prazo, ele se considera um homem livre. (NABUCO, 2000, p. 31, grifos nossos)

Assim o pernambucano parece posicionar os abolicionistas como feitores de sonhos dourados, de promessas certas, e o Estado como figuras que para as escravizadas tinham palavras de honra, “os brancos”, ou aqueles “que tudo podem” são alinhados como mentores das palavras que as pessoas escravizadas esperavam com uma certa confiança. Mas isso nas suas palavras descrevendo sobre o que sentiam as pessoas escravizadas. Com essa narrativa o pernambucano apresenta comparações de como reagiam as pessoas escravizadas às promessas de liberdade advindas dos poderes públicos, e ao que seria a animação por meio dos abolicionistas. Ao que tudo indica poderíamos dizer que Nabuco opera com a esperança das pessoas escravizadas, algo que já vimos ele dizer que tinham a “esperança morta”. Porém nessa última citação é interessante que ele se refere à espera do escravizado após uma promessa de alforria, isso para comparar que uma promessa advinda dos “brancos” ou daqueles que “tudo podem” era para o escravizado algo muito grandioso que o fazia esperar e se considerar desde já um “um homem livre”.

É compreensível que a criação de um texto demanda a utilização da linguagem muitas vezes em sentido figurado composta por exemplos e analogias. Entretanto, o que gostaríamos de destacar é que apesar de apresentar aquilo que quer passar sobre a emancipação dentro do contexto social da época, isto é, dentro das situações que ocorriam com o governo, suas leis e com as pessoas escravizadas envoltas na teia do sistema escravista. Pode ser, que pelo contexto da época Nabuco tenha observado como as situações operavam e como as promessas chegavam até as pessoas escravizadas, mas vemos que há a criação de um enredo em que ele fala das pessoas escravizadas com um olhar que é dele. É possível notar o modo especulativo com que

ele opera a linguagem para criar uma imagem ao público leitor. O modo especulativo ao se referir aos sentimentos das pessoas escravizadas, ao descrever suas crenças, medos e esperança.

Mais adiante no livro, Joaquim Nabuco situa a argumentação no âmbito do direito, da justiça e da legalidade. Isso se apresenta um pouco mais no capítulo X. “Ilegalidade da escravidão” em que o abolicionista separa para descrever sobre como a história da lei de 1831 em que o Brasil não cumpriu com a abolição do tráfico de escravos, ter sido “uma página triste do nosso passado e do nosso presente.” (NABUCO, 2000, p. 73). É possível também perceber a presença de uma preocupação com relação à reputação do Brasil no não cumprimento da lei e na manutenção da escravidão, assim como por ter se tornado um país na ilegalidade, ou seja, uma vergonha como nação frente aos outros países que Nabuco considerava como exemplo de cidadania e progresso. Para tratar desse ponto, Nabuco adquire uma retórica de adjetivar a escravidão como um certo impedimento para o progresso e imagem do Brasil. Como ele diz:

as nações como os homens devem muito prezar a sua reputação; mas a respeito do tráfico, a verdade é que não salvamos um fio sequer da nossa. O crime nacional não poderia ter sido mais escandaloso, e a reparação não começou ainda. (NABUCO, 2000, p. 77, grifos nossos)

Assim, a não abolição do tráfico de escravos após a lei de 1831 por exemplo, aparece na retórica de Nabuco como o escândalo criminoso que mantinha o atraso da nação e que não havia sido reparado. Nabuco está falando da continuidade do tráfico ilegal de escravos que permaneceu ocorrendo mesmo após a promulgação da lei de 1831, como vimos no nosso primeiro capítulo. Para ele, era vergonha para o Brasil o não cumprimento de uma lei. É nesse ponto que o crime se instaura, assim tanto os proprietários de escravos como os governantes e a nação toda estariam na ilegalidade. Esse era o discurso que sustentava a propaganda abolicionista e que Nabuco apresenta como base em sua retórica, ou seja, mostrar ao público por quais meios haveria de ser feito para que o Brasil caminhasse para o progresso e saísse da ilegalidade. A abolição imediata era a proposta nesse caso.

Ainda na mesma no mesmo capítulo, é possível notar o modo como ele se refere ao depoimento histórico das pessoas escravizadas sobre o fato do Brasil não ter cumprido a lei e mantido o tráfico de escravos de forma ilegal. Como ele diz:

No processo do Brasil um milhão de testemunhas hão de levantar-se contra nós, dos sertões da África, do fundo do oceano, dos barracões da praia, dos cemitérios das fazendas, e esse depoimento mudo há de ser mil vezes mais valioso para a história do que todos os nossos protestos de generosidade e nobreza d’alma da nação inteira. (NABUCO, 2000, p. 77, grifos nossos)

O depoimento daquelas pessoas é adjetivado como ‘depoimento mudo’. Pela narrativa e menções, nota-se que Nabuco se refere a pessoas mortas por isso mudas. Isto é, escravizadas e mortas na captura (sertões da África), no transporte (fundo do oceano), na venda (barracões da praia) e no destino final (cemitérios das fazendas). No mesmo contexto, chama atenção o modo como ele denomina os “nossos protestos”, isto é, dele e do grupo a qual ele se refere como atores de generosidade e nobreza. Ao que parece ele narra que desse contexto o Brasil ficaria para a história como um país que manteve o tráfico de escravos por anos (de 1831 a 1852) após uma lei que proibiu e o depoimento mudo daquelas pessoas valeria na história mais do que os gestos de generosidade dos brancos.

Qual seria a forma de retomar a honra abalada do país? Pela sua propaganda o único meio e sem demora seria abolição da escravidão, dizemos isso pois em um dado momento pouco antes da passagem destacada Nabuco alerta ao público leitor “*é a nossa vez* de perguntar se não chegou ainda o momento de livrar as vítimas do tráfico, do cativo em que vivem até hoje.” Ao que tudo indica quando diz “*é a nossa vez*” ele busca se referir aos abolicionistas e assim se aproxima do leitor como um convite a participar dessa libertação das vítimas. Em continuidade ao trecho acima, Nabuco conclui:

Pensem os brasileiros que esses africanos estão há cinquenta anos trabalhando sem salário [...] pensem eles que até hoje esses infelizes estão esperando do arrependimento honesto do Brasil a reparação do crime praticado contra eles sucessivamente pelos apesadores de escravos nos seus países, pelo exportador da costa, pelos piratas do Atlântico, pelos importadores e armadores, na maior parte estrangeiros, do Rio de Janeiro e da Bahia, pelos traficantes do nosso litoral a soldo daqueles, pelos comissários de escravos, e por fim pelos compradores, cujo dinheiro alimentava e enriquecia aquelas classes todas. (NABUCO, 2000, p. 77)

Vemos que ele se refere diretamente aos brasileiros para mostrar a situação posta, ou seja, os brasileiros deveriam refletir sobre a reputação e sua reparação. Claro que Nabuco está falando de libertar os escravizados do cativo mantido mesmo depois de anos de escravidão e tráfico ilegal. Entretanto, é interessante para nossa análise reparar na estratégia retórica do autor, ele descreve todo um contexto de ilegalidade afirmando que o não cumprimento da lei de 1831 era uma vergonha marcada na história do país, para a seguir dizer que essa marca poderia ser reparada se “nós” agora fizéssemos algo para tal. E esse algo seria a contribuição na libertação daqueles a que ele descreve como vítimas do tráfico e do cativo. Outro ponto de destaque nessa narrativa, é que Nabuco elenca de quem os africanos estariam esperando do arrependimento honesto para reparação do crime. Do Brasil. Do mesmo modo, ele lista quem havia praticado o crime contra os africanos, e é interessante ver que não há uma menção do

governo como participante, talvez porque ele se refere a falta de fiscalização e repressão do tráfico após a lei de 1831 que manteve muitos africanos e africanas como cativos ilegais. Por outro lado, nota-se que a retórica gira em torno do convencimento ele elenca os fatos desastrosos que manteve o país na ilegalidade e as pessoas escravizadas no sofrimento, e indica o abolicionismo (quando ele diz “é a nossa vez”) como forma de reparar esse crime,

Seguindo no capítulo XI. “Fundamentos Gerais do Abolicionismo”, Nabuco versa sobre os motivos que tornariam a proposta abolicionista apresentada por ele como legítima, é neste capítulo que o pernambucano vai enumerar as razões pelas quais o abolicionismo queria acabar com a escravidão. O capítulo vem para mostrar os fundamentos do abolicionismo ao leitor, e antes de dizer os motivos pelos quais o movimento a que ele se refere queria acabar com a escravidão, Nabuco narra sobre os princípios da escravidão e seus problemas morais contra a humanidade.

No trecho a seguir vemos que segundo ele os princípios da escravidão com sua violação de liberdade era “moralmente um atentado contra a humanidade”.

Não me era necessário provar a ilegalidade de um regime que é contrário aos princípios fundamentais do direito moderno e que viola a noção mesma do que é o homem perante a lei internacional. Nenhum Estado deve ter a liberdade de pôr-se assim fora da comunhão civilizada do mundo, e não tarda, com efeito, o dia em que a escravidão seja considerada legalmente como já o é moralmente, um atentado contra a humanidade toda. (NABUCO, 2000 p. 79, grifos nossos)

Aqui Nabuco se refere à violação do direito de liberdade natural, colocando a escravidão como um atentado a isso, desse modo o atentado seria para toda a humanidade. E nesse contexto o Brasil com a manutenção da escravidão estaria fora do que seria os princípios do direito internacional para os Estados civilizados. Ele aponta a escravidão com uma ilegalidade insanável, isso porque ele critica que a lei de proteção à cidadania não se aplicava aos escravizados, logo não poderiam gozar de seus direitos como cidadãos. A retórica que problematiza a ilegalidade da escravidão para o Brasil e a supressão da liberdade natural que seria direito de todos, como ele defende, vem acompanhada na conclusão do capítulo de Nabuco da informação de que os fundamentos do abolicionismo “não se reduzem às *promessas falsificadas na execução*, aos compromissos nacionais repudiados, nem ao sentimento da honra do país.” (NABUCO, 2000, p. 80, grifos nossos). Aqui, ao que tudo indica ele se refere ao não cumprimento da lei de 1831 e a não repressão do tráfico de africanos, assim defende que o abolicionismo não se funda em promessas não cumpridas como as que já haviam sido postas.

Por esse modo ele afirma ao público a diferença do abolicionismo nessa questão, pois o abolicionismo de que fala Nabuco se fundava, segundo ele, “numa série de motivos políticos, econômicos, sociais e nacionais, da mais vasta esfera e do maior alcance.” E alerta aos leitores que “nós não queremos acabar com a escravidão somente porque é ilegítima em face do progresso das ideias morais de cooperação e solidariedade.” Ou apenas “porque é ilegal em face da nossa legislação do período do tráfico”, ou por ser “uma violação da fé pública” (NABUCO, 2000, p. 81). E nesse contraste argumentativo em que Nabuco apresenta os fundamentos do abolicionismo como algo ainda superior à ilegalidade da nação, o pernambucano finaliza enumerando quais seriam os motivos pelos quais “eles”, isto é, os abolicionistas queriam “acabar com a escravidão” (NABUCO, 2000, p. 81, grifos nossos).

Adiante, poderemos ver que a enumeração das razões do abolicionismo pelo fim da escravidão vai de um a três. Chama atenção nessa retórica a ausência da menção ao problema das pessoas escravizadas, aquele mesmo que no início Nabuco apresentou como grande motivo da existência e importância do abolicionismo. Assim o abolicionismo permanece como algo elevado e melhor fundamentado com motivos políticos, econômicos e sociais, mas não somente, pois como ele afirma e enumera, “Queremos acabar com a escravidão por esses motivos seguramente, e mais pelos seguintes:”

1. *Porque a escravidão, assim como arruína economicamente o país, impossibilita o seu progresso material, corrompe-lhe o caráter, desmoraliza-lhe os elementos constitutivos [...] rebaixa a política [...] impede a imigração [...] excita o ódio entre classes [...].* (NABUCO, 2000, p. 81, grifos nossos)

2. *Porque a escravidão é um peso enorme que atrasa o Brasil no seu crescimento em comparação com os outros Estados sul-americanos [...] porque somente quando a escravidão houver sido de todo abolida, começará a vida normal do povo, existirá mercado para o trabalho [...] os elementos de ordem se fundarão sobre a liberdade, e a liberdade deixará de ser privilégio de classe.* (NABUCO, 2000, p. 81, grifos nossos)

3. *Porque só com a emancipação total podem concorrer para a grande obra de uma pátria comum, forte e respeitada, os membros todos da comunhão [...] se acham em conflito [...] os escravos os quais estão fora do grêmio social; os senhores os quais se vêem atacados como representantes de um regime condenado [...] os brasileiros em geral que ela condena a formarem, como formam, uma nação de proletários[...]*” (NABUCO, 2000, p. 81-2, grifos nossos)

Seriam esses alguns dos motivos que ele denomina como,

[...] urgentes por si só, bastariam para fazer refletir sobre a conveniência de suprimir, depois de tanto tempo, um sistema social tão contrário aos interesses de toda a ordem de um povo moderno, como é a escravidão. (NABUCO, 2000, p. 82)

Por esses trechos vemos que há um destaque na retórica para elencar as razões que o abolicionismo teria para acabar com a escravidão. Primeiro ele apresenta os problemas e a falta

de resolução por parte do que seria o Estado e logo após mostra ao leitor a diferença do abolicionismo frente à questão. Por nossa análise, os destaques trazidos dos trechos anteriores parece-nos importantes para observarmos que em sua maioria, os motivos do abolicionismo são de caráter econômico, de preocupação com o progresso, com a civilização e com a moralidade, ou seja, mesmo que em alguns pontos Nabuco tenha mostrado o abolicionismo como a solução para o problema do escravo e das questões de direito à liberdade, nos motivos principais de fim da escravidão e necessidade do abolicionismo prevalece a preocupação com o progresso.

É importante destacar, que nossos apontamentos não reivindicam coerência na escrita de Nabuco, de outro modo evidencia a forma argumentativa e a estrutura retórica em que dispõe tais argumentos trazendo o contexto histórico em que vivia. Pois, como pudemos ver, no início do livro o abolicionista apresenta uma fala mais voltada à humanidade com destaque para o sofrimento causado pela escravidão, o que soa como uma espécie de preparação que ele via necessária a ser feita na disposição do seu leitor sobre o assunto. Em um segundo momento, aparecem as críticas ao governo nas promessas de emancipação, e a diferença elevada do abolicionismo nesse contexto, dos seus fundamentos e principais motivos. Vê-se, que com essa disposição retórica Nabuco se utiliza de argumentos vários para convencer o leitor da importância e urgência do abolicionismo, e sua forma argumentativa perpassa também por uma descrição antiescravista dramatizada.

Dos destaques trazidos até aqui, podemos verificar, que na retórica da simpatia as pessoas escravizadas, na construção feita pelo pernambucano, são relatadas ora como resignadas ou como heróis sentimentais que se doam pelo outro, mas, no espaço em que ele separa para informar os fundamentos do abolicionismo e quando se trata dos principais motivos pelos quais o abolicionismo de Nabuco reivindica o fim da escravidão, ele demonstra ao leitor especificamente as preocupações com o progresso da nação. Progresso esse que na escrita de Nabuco não aparece como forma de um projeto ou algo similar, o abolicionismo soa como projeto de abolição imediata e futuro de reparação social do crime que manchava a imagem do país. Mas ainda assim apresenta-se de modo abstrato o que seria esse progresso, Nabuco apresenta seus motivos a partir do contexto que ele defende importante quanto às questões econômicas e políticas que a escravidão prejudicava no Brasil. Isto é, “atrasa o Brasil no seu crescimento”; “retarda a aparição de indústrias”; “afasta as máquinas”, prejudica moral e o crescimento frente a outros países.

Ou seja, o projeto é abolição imediata da escravidão e futuro de reparação moral daquilo que a escravidão manchou a imagem e honra do país.

2.4 Justiça: a escravidão como problema e o abolicionismo como solução

Nesta última seção, focaremos em abordar trechos dos seis últimos capítulos do livro de Nabuco no qual ele apresenta uma argumentação a respeito dos danos que a escravidão causou à nação, as influências da escravidão na política e na sociedade, a urgência da abolição e do abolicionismo, e as consequências da demora em aboli-la. Os últimos capítulos do livro soam como um grande alerta, uma apelação ao público pela compreensão da necessidade em abolir a escravidão o quanto antes. Alguns dos capítulos são nomeados utilizando expressões como “necessidade”; “perigo”; “receios”, termos que remetem ao risco, à ameaça que seria a manutenção da escravidão como algo ilegal e imoral.

Nabuco fala sobre o problema nacional, a necessidade de abolição e o abolicionismo como solução. Menciona mais uma vez sobre a Lei do Ventre Livre de 1871 não ter mudado em nada a vida das pessoas escravizadas por ter sido uma lei incompleta. Fala também sobre os problemas de uma promessa de emancipação gradual. O capítulo XII é intitulado “A escravidão atual”, dele traremos alguns trechos para compreensão da maneira como ele constrói o final do livro no intuito de convencer seu leitor da necessidade urgente em abolir a escravidão. Da mesma forma em que descreve o abolicionismo como principal meio para isso. É fato que o livro de Nabuco é uma propaganda pela abolição, entretanto a análise por meio da retórica da simpatia nos permite verificar como ocorreu a construção narrativa na apresentação do contexto histórico, isto é, do espaço de experiência do abolicionista, para usar o termo de Koselleck, para a demonstração da viabilidade e importância do projeto de reparação que ele propunha.

Seguindo com a narrativa da ilegalidade da escravidão e seus problemas, Nabuco afirma que ela “*é a posse, o domínio, o sequestro de um homem corpo, inteligência, forças, movimentos, atividades – e só acaba com a morte.*” (NABUCO, 2000, p. 90, grifos nossos). Desse trecho, ainda que a ideia fosse mostrar o mal causado pela escravidão há a utilização de termos que enfatizam ainda mais esse mal, como “posse”, “domínio”, “sequestro”. Em outro ponto o abolicionista sinaliza sobre a ideia de que a escravidão no Brasil era branda: “Diz-se que entre nós a escravidão é suave, e os senhores são bons. A verdade, porém, é que toda escravidão é a mesma, *e quanto à bondade dos senhores esta não passa de resignação dos escravos.*” (NABUCO, 2000, p. 93, grifos nossos). O ponto de destaque nessa retórica é a

expressão ‘resignação’ escolhida por ele que define “ato ou efeito de resignar-se; renúncia à própria vontade, conformar-se no que lhe é contrário.” (SILVA, 1823, p. 583).

Isso para dizer que não era o senhor que era bom, mas o escravo que se absteve de reclamar a realidade que vivia, ou seja, se conformou. Interessante pensar: seriam as pessoas escravizadas conformadas com sua sorte? Conformadas com as angústias e amarguras causadas pelo sistema escravista? E mais, seria o motivo da bondade do senhor fruto dessa renúncia e sujeição? Ou qual a representação que Nabuco almejava passar ao seu leitor com essa descrição? Talvez a de que não importasse o local, o sistema escravista era o mesmo, duro e “bárbaro”, e mesmo que houvesse uma bondade do senhor de escravo esse não seria o motivo da escravidão ser branda. Pois isso acontecia pelo fato das pessoas que mais sofriam com a escravidão terem se anulado e se conformado frente ao sistema.

Segundo Nabuco, eram a crueldade a barbaridade e a dureza, características naturais da escravidão. Se existisse uma escravidão sem essa natureza, ou seja, uma escravidão branda e “boa”, seria, com suas palavras, “Não [...] porque os senhores as tornem melhores, mas, sim, porque *os escravos se resignaram completamente à anulação de toda a sua personalidade.*” (NABUCO, 2000, p. 93, grifos nossos). O abolicionista sustenta a ideia de conformidade, utilizando de uma linguagem especulativa para supor que só se poderia chamar a escravidão de ‘branda’ nas condições de passividade dos escravizados. Adiante e ainda no mesmo capítulo (“XII. A Escravidão atual”) ele utiliza um exemplo para dizer que se duzentos escravos se rebelassem a única alternativa para o senhor seria aplicar um castigo exemplar, pois não conseguiria de outro modo obrigar duzentos escravizados retornarem ao trabalho. Perceba, essas são suposições do pernambucano, mas que ao final da reflexão ele define: “*o limite da crueldade do senhor está, pois, na passividade do escravo.*” (NABUCO, 2000, p. 94, grifos nossos). Isso para mostrar ao leitor que a natureza da escravidão é a barbaridade e, sendo assim, a crueldade do senhor de escravo se funda, para ele, na barbaridade natural da escravidão, ou seja, o senhor de escravo não aparece como mal ou cruel.

Para Nabuco, “É a escravidão que é má, e obriga o senhor a sê-lo. Não se lhe pode mudar a natureza.” (NABUCO, 2000, p. 94). Assim, Nabuco posiciona a escravidão como má por natureza e a ruindade do senhor como consequência da natureza da escravidão. Ou seja, acabando com uma acabaria com a outra, isso talvez para dissipar a ideia que havia da existência de senhor bom e escravidão branda. O senhor de escravo nesse caso também é figura presa ao sistema e tal argumentação dialoga com as evidências que, de acordo com Albuquerque, “nos

registros da imprensa abolicionista, propagava-se a esperança de que a abolição também libertasse o “senhor branco do negro cativo”, a esperança de que fosse a abolição a solução dos conflitos entre senhor e cativo (ALBUQUERQUE, 2009, p. 95).

Ainda no capítulo XII do livro em que aponta as condições atuais da escravidão, Nabuco finaliza a respeito da má escravidão dizendo, que

o bom senhor de um mau escravo seria mais do que um acidente feliz; o que nós conhecemos é o bom senhor do escravo que renunciou à própria individualidade, e é um cadáver moral, mas é bom porque trata bem, materialmente falando, o escravo – não porque procure levantar nele o homem aviltado nem ressuscitar a dignidade humana morta. (NABUCO, 2000, p. 94, grifos nossos)

Ou seja, na natureza má da escravidão o senhor que aparece como ‘bom’ é aquele que trata bem o escravo, materialmente falando, isto é, dando-lhe de comer, de vestir, e onde morar que era o que acontecia. E o escravo do ‘bom’ senhor é narrado como aquele que renuncia a sua individualidade e que deixou morrer sua moralidade. O senhor trata bem o escravizado com materiais, mas não no intuito de “levantar nele [no escravo] o homem aviltado nem ressuscitar a dignidade humana morta”. Com essa expressão Nabuco mostra uma forma discursiva que passe ao leitor a ideia de que o senhor só era bom pelo fato de o escravo ter se reprimido e que no escravo a dignidade humana estava morta e já era o escravo um homem sem valor.

Diante dos destaques e de nossas reflexões apresentadas, vimos uma retórica da simpatia que visa a persuasão da emoção do leitor e nesse tipo retórico como afirma Carey (2005), o papel de vítima pode ser atribuído tanto aos sujeitos escravizados quanto aos senhores. Mas essa era uma visão bastante difundida na época sobretudo pelas ideias antiescravistas. Todavia, assim, a comoção do público seria para ambas as partes e a imagem do senhor de escravo sai do âmbito “mau”. Isto é, da moralidade. Bem como apela ao leitor a percepção de que todo esse círculo de crueldade não mudaria se não com o fim do sistema, pois como ele mesmo afirmou não se pode mudar a natureza da escravidão. A não ser eliminando-a como um todo de forma imediata através do abolicionismo que é proposta apresentada no livro.

Por nossa análise, é importante ressaltar que o olhar aqui disposto visa a compreensão de uma teoria da retórica da simpatia e das técnicas argumentativas elaboradas pelo abolicionista que queria convencer seu público da viabilidade de sua proposta. Assim, a retórica da simpatia, nos apontamentos supracitados, se revela como uma forma escrita de aproximar o leitor daquilo que o autor propõe mostrar como “mau” e “bom”. Mostrar onde estaria a crueldade, quem seria o resignado, quem seriam os salvadores, quem está sendo afetado pela natureza imutável da escravidão. Em diálogo com Perelman e Tyteca, em uma análise de

retórica compreendemos que na tentativa de discernir uma técnica de argumentação, “somos obrigados a interpretar as palavras do orador, a suprir os elos faltantes, o que nunca deixa de apresentar riscos.” Porém, a afirmação de que as convicções do autor e a resposta emocional do leitor esteja de acordo com a teoria na qual nos apoiamos, “não passa de uma hipótese mais ou menos provável” (PERELM; TYTECA, 1996, p. 210-212).

Outro capítulo do livro de Nabuco que vale trazermos alguns destaques é o de número XIII intitulado “Influência da escravidão sobre a nacionalidade”. Nele Nabuco versa sobre o que segundo ele foram as influências da escravidão para o país. Ele menciona em forma de crítica que os principais habitantes do Brasil ao importar africanos não pensaram que “que preparavam para o futuro um povo composto na sua maioria de descendentes de escravos.” (NABUCO, 2000, p. 97). E esse seria o principal efeito da escravidão para o país, tornar a maioria da população brasileira descendentes de escravizados. Sobre isso Nabuco então afirma,

O principal efeito da escravidão sobre a nossa população foi, assim, africanizá-la, saturá-la de sangue preto como o principal efeito de qualquer empresa de imigração da China seria mongolizá-la, saturá-la de sangue amarelo. (NABUCO, 2000, p. 97, grifos nossos)

A menção à imigração chinesa como um problema para o país é algo que Nabuco fala anterior a esse trecho dizendo que muitos acreditavam que não haveria consequências “étnicas e sociais importantes” como ele disse, trazendo chineses ao Brasil. Outro ponto de destaque no trecho acima é que o uso de metáforas como forma de demarcar as diferenças das raças pela cor da pele, mas fazendo analogia à cor do sangue. Pela teoria da análise retórica, Perelman e Tyteca enfatizam que “na tradição dos mestres de retórica, a metáfora é [...] uma mudança bem sucedida de significação de uma palavra ou de uma locução.” Isso significa que uma metáfora ou figura de linguagem pode ser usada para “tornar plausível a analogia. Ou seja, ao analisar uma argumentação pode-se constatar que o autor ou orador, conseguem apresentar uma linguagem figurada que deriva de uma analogia por ele proposta. Desse modo, ele “habitua [...] o leitor a ver as coisas tais como ele as mostra.” A figura de linguagem, nesse sentido, vai exigir o uso da imaginação do leitor, pois foge do real, torna-se uma imagem que pode “contribuir para a confusão das noções.” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 453-58).

Sendo assim, observamos que na oração de Nabuco ao se reportar aos africanos com sangue preto e os chineses com sangue amarelo percebemos, de forma imagética, a demarcação da diferença que talvez ele busque enfatizar ao leitor, o que confundem as noções do real, pois tanto sangue do africano como o do chinês são vermelhos como todo sangue humano, mas o

uso da metáfora pode dar um efeito maior ao que ele quer expor. Mais um ponto de destaque desse mesmo trecho, é quando Nabuco menciona que o principal efeito da escravidão foi ‘africanizar’ o país, mas o que seria para Nabuco a africanização da população brasileira? Bem, se a todo tempo o pernambucano busca mostrar os males da escravidão para a nação, ao que parece esse seria então um dos problemas. Adiante Nabuco menciona sobre outro efeito que seria a propagação da raça negra no território brasileiro. Ele diz que, “*chamada para a escravidão, a raça negra, só pelo fato de viver e propagar-se, foi-se tornando um elemento cada vez mais considerável da população.*” (NABUCO, 2000, p. 97, grifos nossos). Aqui é interessante notar a expressão que ele usa para se referir ao processo de escravização. Vê-se que ele utiliza a expressão “chamada” para dizer como a raça negra foi então introduzida no sistema escravista. O termo chama a atenção pois em seu sentido designa o ato de chamar, convocar, invocar pelo nome. (SILVA, 1823, p. 397 e 234).

No mesmo contexto, de apresentar o aumento da população negra como consequência da escravidão, o pernambucano apresenta o fato da propagação da raça como uma vingança. É o que podemos ver no trecho seguinte:

Foi essa a primeira vingança das vítimas. Cada ventre escravo dava ao senhor três ou quatro crias que ele reduzia a dinheiro; essas por sua vez multiplicavam-se, e assim os vícios do sangue africano acabavam por entrar na circulação geral do país. (NABUCO, 2000, p. 97, grifos nossos)

Da citação acima, primeiro vale notar que as pessoas escravizadas aparecem na narrativa como vítimas da servidão como em outras passagens, mas, por outro lado vítimas que se vingam através do ato de propagação da sua raça. Ou seja, eram vítimas que apesar de abrir mão de protestar se vingaram por meio da procriação. Outro ponto é que com relação aos “vícios” Nabuco não deixa a mostra nem descreve na narrativa quais seriam, mas escolhe a expressão (vícios) para designar como elemento presente no sangue africano que entrava em toda a circulação do Brasil. O termo “Vício” que remete à “defeito; mal hábito; erro; defeito moral; adulteração [...]” (SILVA, 1823, p. 845), é a palavra que ele escolhe para definir a influência da raça negra no país em geral.

Outro destaque que vale nosso olhar, é que por meio da expressão, “*foi essa a primeira vingança das vítimas*”, a vingança parece ser representada pela reprodução (fora do casamento) e pelo nascimento de crianças africanas. A ideia da propagação da raça como problema era algo que já vinha sendo disseminado em discursos racialistas da época (século XIX) como veremos no nosso próximo capítulo. O curioso nesse caso, diante do modo como a escravidão

ocorria, é pensar que a multiplicação de africanos se apresentaria como vingança naquele, isso porque uma hipótese assim colocada deixaria de considerar que o nascimento de crianças filhas de pessoas escravizadas era algo extremamente importante para a economia e manutenção do sistema escravista. Assim, ao que parece Nabuco cria uma representação das pessoas escravizadas como vítimas vingativas, menciona ainda o “mau” que significou na visão de muitos estudiosos da época o crescimento da população negra para a nação, ao passo que expressa a vingança como a nós propagação dos “vícios do sangue africano” como ele disse.

Ao longo da nossa análise, é possível notar que em algumas passagens Nabuco utiliza expressões que apresentam um grau de intensidade à narrativa e aos males da escravidão. E em outras ele utiliza palavras que apresentam uma certa naturalidade ao sistema escravista e suas influências, o que confere à retórica um grau de ambivalência com relação a uma mesma coisa. Por meio de registros históricos sobre a escravidão é inequívoco o conhecimento de que mesmo antes do tráfico atlântico de pessoas escravizadas, “o continente africano já tinha sido afetado por várias migrações forçadas.” A afirmação é de Roquinaldo Ferreira, segundo o qual, “desde tempos imemoriais, muitos africanos foram vitimados por fluxos migratórios *compulsórios* [...]”, submetidos à servidão forçada com base na “necessidade do colonialismo europeu de alavancar a mineração e a agricultura comercial” (FERREIRA, 2018, p. 51, grifo nosso) nas colônias. Isso nos faz refletir que diferente da expressão “chamada” escolhida intencionalmente por Nabuco para se referir à raça negra sobre o trabalho escravo, é fato que a raça negra não foi convidada ou chamada para a escravidão e sim violentamente forçada à um trabalho compulsório e inserida em um sistema opressor.

Mais adiante, e ainda no capítulo em que Nabuco versa sobre as influências da escravidão no país, ele apresenta ao público leitor a afirmação de que o maior dos males para a nacionalidade teria sido a africanização do Brasil que, segundo ele: “esse preço quem o pagou, e está pagando, não foi Portugal, fomos nós [...] *A africanização do Brasil pela escravidão é uma nódoa que a mãe pátria imprimiu na sua própria face, na sua língua* e na única obra nacional verdadeiramente duradoura que conseguiu fundar.” (NABUCO, 2000, p. 99, grifos nossos). O que se vê de acordo com o trecho é os males da escravidão sendo direcionados para a nação, isto é para “nós”. O “nós” seria tanto para o próprio autor, no caso Nabuco, como para o leitor que faz parte da nação a quem ele como autor do livro se dirige. É desse modo que Nabuco se aproxima do público mostrando a si e ao leitor como parte da nação que pagava o preço por ter sido prejudicada pela escravidão.

Após a retórica que demonstra os prejuízos causados pela escravidão, o abolicionista convida o público ao dever de eliminação desses males se aproximando ainda mais, e efetuando o que seria uma retórica de convite ao que deveria ser feito para resolver os problemas que ele veio descrevendo ao longo de toda a obra. Assim, ele menciona ao público,

[...]Não devemos perder tempo a envergonhar-nos desse longo passado que não podemos lavar, dessa hereditariedade que não há como repelir. Devemos fazer convergir todos os nossos esforços para o fim de eliminar a escravidão do nosso organismo, de forma que essa fatalidade nacional diminua em nós e se transmita às gerações futuras, já mais apagada, rudimentar e atrofiada. (NABUCO, 2000, p. 101, grifos nossos)

Pode-se notar que Nabuco enfatiza no tempo para mostrar a urgência em abolir a escravidão, e no mesmo contexto usa argumentos com expressões e termos que remetem ao dever e à obrigação de realizar algo em favor da causa. Como ele se refere ao público leitor esse dever seria então de todos e o apoio ao abolicionismo viria dessa ação de compreensão da obrigação de mudar algo que ele está descrevendo como problemático. Palavras com devemos, podemos, esforço e fatalidade, se apresentam, de acordo com a retórica da simpatia também como exemplo de expressões que enfatizam e determinam a ação e que aproxima o orador do leitor, assim como chama e convoca o leitor. E no caso do discurso abolicionista o dever estaria na efetivação do abolicionismo (CAREY, 2009; PERELMAN; TYTECA, 1996).

Partindo para o fim do livro, Nabuco acentua as influências da escravidão nos âmbitos sociais e políticos da nação. É no capítulo XV que tem por nome “Influências sociais e políticas da escravidão” que o abolicionista busca destacar a diferença entre Brasil e Estados Unidos no que concerne a questão racial. Ele vai formular uma argumentação no capítulo que mostre que no Brasil diferente dos Estados Unidos não ocorreu o preconceito de cor. Desse capítulo, acreditamos ser válido destacarmos o modo como Nabuco efetua essa comparação. Pelo trecho seguinte vemos que ele compara as questões de segregação de raça e “antipatia à cor preta” entre Estados Unidos e o Brasil durante a escravidão. Para ele “a separação das suas raças, que fora o sistema adotado pela escravidão norte-americana [...] continua a ser o estado das relações ente os dois grandes elementos de população dos estados do Sul.” (NABUCO, 2000, p. 122), mas enfatiza que

No Brasil deu-se exatamente o contrário. *A escravidão, ainda que fundada sobre a diferença das duas raças, nunca desenvolveu a prevenção da cor*, e nisso foi infinitamente mais hábil. Os contatos entre aquelas, desde a colonização primitiva dos donatários, e os escravos, *ao receberem sua carta de alforria, recebiam também a investidura de cidadão.* (NABUCO, 2000, p. 123, grifos nossos)

Nabuco quer passar a ideia de que no Brasil era muito diferente as questões de preconceito racial, ainda na perspectiva de que a escravidão no Brasil não afetou tão profundamente as relações sociais no que diz respeito à raça. Como vimos, Nabuco vem sustentando os males da escravidão para o país, mas quando se diz respeito ao racismo que já ocorria na época e que era tema muito polêmico, ele busca por uma argumentação que insinua harmonia. E faz isso por meio de uma retórica comparativa que disfarça o racismo, uma retórica que dissimula a existência de conflito racial. Curioso analisar essa retórica, em um capítulo onde ele quer expor as influências da escravidão na sociedade, porque a negação da segregação racial? Talvez como forma de descrever uma nação mais livre das questões de raça, mais aberta nesse sentido e assim ele usa da negação argumentativa pra mostrar a não existência diante de uma comparação. Por suposto, é importante lembrar que a não existência no Brasil de uma segregação racial oficializada, assim como a antipatia à cor preta de maneira assumida como ocorreu nos Estados Unidos. Mas isso não significa que não tenha ocorrido preconceito de raça e cor durante a escravidão.

Com intuito de mostrar as influências da escravidão na sociedade e na política, Nabuco também vai dizer que “no dia seguinte à sua alforria, [o escravo torna-se] um *cidadão como outro qualquer*, com todos os direitos políticos e mesmo grau de elegibilidade.” (NABUCO, 2000, p. 123, grifos nossos). E Ainda com vias de comparação com os Estados Unidos, afirma que a escravidão, entre nós, “*manteve-se aberta e estendeu os seus privilégios a todos indistintamente: brancos ou pretos, ingênuos ou libertos, escravos mesmo, estrangeiros ou nacionais, ricos ou pobres [...]*” (NABUCO, 2000, p. 123, grifos nossos). Essa é a narrativa que Nabuco apresenta ao leitor, a de uma nação diferente e aberta quanto às questões de igualdade. Entretanto, de acordo com Beatriz Mamigonian, desde 1824 que só foram considerados cidadãos os libertos nascidos no Brasil, os libertos africanos por exemplo não “tinham a questão da nacionalidade resolvida” e não eram conhecidos nem como cidadãos nem estrangeiros, uma vez que não tinham proteção de Estado nação (MAMIGONIAN, 2017, p.58).

Por outro lado, e pensando na afirmação de Nabuco sobre que os escravos “ao receberem sua carta de alforria, recebiam também a investidura de cidadão”, vale destacar que a fragilidade da liberdade das pessoas alforriadas na história da escravidão registra que ocorreram episódios em que alforriados tinham que provar sua liberdade sob a apresentação do documento de alforria, e muitas vezes esse documento se perdia, assim, muitos eram detidos como não libertos. Desses fatos, é possível encontrar detalhes nos registros da

escravidão, a exemplo, a pesquisa feita por Sidney Chalhoub na obra *A força da escravidão* (2012), em que aborda essa questão da precariedade da liberdade. De acordo com Chalhoub, havia documentação, por exemplo, que “traziam histórias frequentes de pessoas livres presas por suspeição de que fossem escravas, indivíduos que se declaravam livres mas acabavam leiloados como escravos [...]” (CHALHOUB, 2012, p. 22). Ou seja, ao que parece há um certo exagero na linguagem de Nabuco tanto ao comparar Brasil com Estados Unidos, como em dizer que no Brasil havia uma facilidade no exercício da cidadania dos libertos.

É certo que a pesquisa de Chalhoub é posterior à escrita de Nabuco, entretanto revela documentação do período no qual o abolicionista estava inserido. Por isso usamos tal referência para observarmos que com tal argumentação é provável que Nabuco proponha, enquanto abolicionista, indicar ao leitor a não existência de conflitos raciais e uma abertura maior à cidadania das pessoas escravizadas no Brasil.

A vingança da raça negra aparece também nesse mesmo capítulo em que Nabuco versa sobre as influências da escravidão na sociedade. Para finalizar o capítulo, o pernambucano questiona que no meio de toda a dissolução social causada pela escravidão: “*quem não vê a forma colossal da raça maldita, sacudindo os ferros dos seus pulsos, espalhando sobre o país as gotas do seu sangue?*”, após a pergunta afirma: “*Essa é a vingança da raça negra.*” (NABUCO, 2000, p. 138, grifos nossos). Ou seja, o que aparece como vingança é o sacudir dos ferros nos pulsos e o espalhamento de sangue. O interessante de ver é que no uso das palavras ele escolhe expressões que reforçam o que já vinha sendo dito sobre as pessoas negras, sobre a sua raça e as diferenças nos modos de ser, isto é, “forma colossal”; “raça maldita”, são termos que buscam demonstrar uma ênfase na marcação da diferença, no exagero da linguagem. Mesmo que Nabuco não deixe claro que essa era sua crença, ele usa as expressões e ele se apropria da apresentação das pessoas escravizadas por meio de uma descrição específica. É de se pensar que talvez ele apresente como vingança o espalhamento de sangue, pois como vem dizendo ao longo do livro a imagem da nação estava suja por conta dos males da escravidão, assim ele convida o leitor a olhar para a raça negra com a utilização de expressões que enfatizam grandiosidade na diferença, a raça maldita aparece como aquela que se vinga pela crueldade da escravidão que ele descreve na obra.

Após a construção de um capítulo descrevendo a procriação e o espalhamento do sangue das pessoas africanas como vingança e influências da escravidão sobre a nacionalidade brasileira, Nabuco segue para finalizar o livro e reserva o penúltimo capítulo XVI “Necessidade

da abolição – perigo da demora”, para informar ao público o perigo em não efetuar a abolição de forma imediata. Nabuco afirma que “apesar de toda a influência retardativa da escravidão, há dentro do país forças morais capazes de suprimi-las[...]” (NABUCO, 2000, p. 141). Assim, ele se direciona ao público como forma de dizer que diante de tudo que ele descreveu como influências ruins haviam formas inclusive morais de resolver a questão. Isso para adiantar uma espécie de convocatória que ele vai fazer mais adiante, pois para o final do livro a construção argumentativa é de convite ao leitor para se atentar aos perigos caso a escravidão, aquela que causa todos os males citados, que rouba a inteligência das pessoas escravizadas, as torna resignadas, vingativas pelo sofrimento advindo da escravidão, não fosse rapidamente eliminada. Sob essa lógica argumentativa, Nabuco continua como uma espécie de chamado aos políticos que teriam o dever para com a nação.

Vós dizeis que sois políticos [...] pois bem, como homens políticos, que entregais a vossa defesa ao futuro, e estais prontos a provar que não quereis destruir ou empecer o progresso do país nem desorganizar o trabalho, ainda mesmo por sentimentos de justiça e humanidade [...] (NABUCO, 2000, p. 143)

E conclui:

Não sérieis mais políticos, oportunistas, e práticos, e, portanto, *muito mais úteis aos próprios escravos*, se em vez de vos inutilizardes como propagandistas e agitadores, *correndo de risco de despertar, o que não quereis por certo*, entre escravos e senhores, entre senhores e abolicionistas, sentimentos contrários à harmonia das diversas classes [...] vos associásseis, como brasileiros, à obra pacífica da liquidação desse regime? (NABUCO, 2000, p. 143, grifos nossos)

Por essas palavras vemos que a retórica soa em um tom de desafio, de questionamento da posição política. Ao que parece ele diz como forma de que não sérieis ainda mais políticos se em vez de incitar sentimentos contrários, promover a liquidação do regime de maneira pacífica? A ênfase do questionamento ao leitor recai sobre o que viemos analisando, ou seja, os sentimentos contrários que deveriam ser evitados entre senhores e escravos. Sentimentos contrários que poderiam favorecer as insurreições, que para Nabuco não estaria de acordo com a nação, pois ainda no mesmo trecho ele afirma a importância de prezar pela harmonia das raças que era: “um dos títulos de honra do nosso país.” (NABUCO, 2000, p. 143). Uma forma retórica de persuasão necessita sobretudo de uma aproximação com o público que o coloque em um lugar de questionamento de si mesmo, assim quem lê põe-se a questionar junto ao orador sobre seus próprios valores.

Na teoria da técnica argumentativa de acordo com Perelman e Tyteca, “a força dos argumentos depende pois, largamente, de um contexto tradicional[...]”, no sentido de que o autor ou orador, vale-se de toda espécie de argumento, assim, “as vezes sua argumentação é

limitada pelo hábito, pela lei, pelos métodos e técnicas próprias da disciplina em cujo o seio se desenvolve seu raciocínio.” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 528). Nos trechos supracitados, vemos que Nabuco vira o argumento para seus leitores, e talvez para si mesmo, e apela com argumentos morais, cobra uma moralidade, cita os riscos caso sentimentos contrários fossem incitados entre senhor e escravo, assim como fala de honra da nação. Como se houvesse um pedido de resposta, moral, emocional. Ele cobra uma utilidade daqueles que se reivindicavam políticos. De acordo com Carey, nesse tipo de retórica que apela e cobra um posicionamento do leitor há a produção de um discurso que pode produzir a emoção de culpa. E esse sentimento de culpa só seria amenizado com uma ação, a de agir a favor daquilo que argumenta o autor da retórica (CAREY, 2005, p. 112).

Ao encaminhar para a conclusão da obra, a retórica de Nabuco torna-se um tanto repetitiva considerando tudo que ele expôs desde o início. Sendo assim encaminharemos também nossa análise para o final, considerando que ficaria repetitivo manter os mesmos destaques argumentativos, pois procuramos mostrar a forma com que ele se direciona ao leitor e como se refere aos acontecimentos e imaginações sobre a escravidão e às pessoas escravizadas. Mas, algumas passagens ainda valem nossa atenção antes de encerrarmos, pois nos chama atenção a forma de alerta no capítulo final. Nabuco versa de maneira a alertar o público sobre as consequências da manutenção da escravidão e indica uma preocupação em frisar a urgência da efetivação da proposta abolicionista naquele momento.

O capítulo que conclui o livro é o de número XVII e foi nomeado como “Receios e consequências”, nota-se que a retórica de alerta permanece no âmbito da moralidade que busca transmitir ao leitor uma preocupação para com o atraso da nação. Um trecho que vale destaque é quando ele fala que “[...]nenhum país pode subir um degrau na escada da civilização e da consciência moral se não tiver com que desapropriar a sua imoralidade e o seu atraso.” (NABUCO, 2000, p. 157, grifo nosso). O que faria o leitor diante desse argumento? Já que ele vem alertando sobre a ilegalidade da escravidão sujar a honra do país e permanência na imoralidade como algo terrível. Na mesma lógica de persuasão por meio da construção argumentativa, após o alerta, o abolicionista cita os benefícios do abolicionismo: “Não há em todo o movimento abolicionista, e no futuro que ele está preparando, senão benefício para a agricultura, como indústria nacional; e, como classe, para os agricultores solváveis, ou que saibam aproveitar as condições transformadas do país.” (NABUCO, 2000, p.159, grifos nossos). Por esse trecho vemos

que deixa o leitor ciente dos receios e das possibilidades de mudança pós abolição, isso indica que as consequências apresentadas não eram apenas consequências ruins, mas também os benefícios caso abraçassem a causa.

Segundo Carey (2005), é uma característica da retórica persuasiva a técnica de após persuadir o leitor e apresentar os males, o autor descrevia então o plano de reforma, os benefícios, que dialogam com as necessidades sociais, assim o leitor seria incapaz de rejeitar. Diante de nossas observações vemos que Nabuco elenca os argumentos de maneira a construir uma lógica que apresente sua proposta como irrecusável e usa dos alertas na linguagem e das ênfases para se aproximar mais ainda do público e criar uma imagem de que todos poderiam fazer algo para o crescimento do país. Assim como ele busca destacar o caráter moral de toda a situação, os problemas morais da escravidão para a honra do país. Como ele diz ao público, manter a escravidão “*é manter um foco de infecção moral permanente no meio da sociedade durante duas gerações mais*” (NABUCO, 2000, p. 164, grifo nosso), ou seja, soa como alerta para os danos morais atuais e futuros utilizando termos como “infecção” de denota uma doença moral que poderia inclusive se espalhar.

Já ao final do livro, chama-nos a atenção a lista em que o abolicionista descreve o que a escravidão representava para o país, segundo ele:

O que esse regime representa, já o sabemos. *Moralmente é a destruição de todos os princípios e fundamentos da moralidade religiosa ou positiva - a família, a propriedade, a solidariedade social, a aspiração humanitária: politicamente, é o servilismo, a degradação do povo, a doença do funcionalismo, o enfraquecimento do amor da pátria [...].*

[...] a eliminação do capital produzido, pela compra de escravos; a paralisação de cada energia individual para o trabalho na população nacional; o fechamento dos nossos portos aos imigrantes que buscam a América do Sul; a importância social do dinheiro, seja como for adquirido; o desprezo por todos os que por escrúpulos se inutilizam ou atrasam numa luta de ambições materiais.

[...] a desmoralização da autoridade desde a mais alta até a mais baixa; a impossibilidade de surgirem individualidades dignas de dirigir o país para melhores destinos [...] (NABUCO, 2000, p. 164, grifos nossos).

Por esses trechos vemos que o pernambucano lista tudo aquilo que a escravidão continuaria destruir caso não fosse eliminada. Apresenta uma lista de fatos em que podemos perceber a ausência de uma menção sequer à vida e condições da população escravizada ou o fim dos seus sofrimentos. Relembramos isso pois como vimos, Nabuco havia mencionado que o abolicionismo resolveria o problema do escravo, mas foi algo que apareceu apenas no início da obra e não se repete como as menções ao problema moral e ao progresso do país.

O que nos importa é ver a construção lógica argumentativa de Nabuco, as mudanças ao longo da retórica para alcançar a simpatia do leitor e para enfatizar aquilo que ele quer que fique destacado. Ainda sobre o último trecho destacado, chama atenção a ênfase na humanidade na ideia de moralidade religiosa, e nesse caso a humanidade que Nabuco tanto destaca ao longo da obra poderia estar atrelada ao positivismo. Daria para questionarmos se Nabuco estaria com essa retórica seguindo as ideias do positivismo, mas, de acordo com Angela Alonso vale considerar que:

os textos de juventude de Nabuco têm algumas referências a conceitos e autores positivistas, mas ele jamais chegou a professar inteiramente ideias de Comte, nem se considerou ou foi considerado pelos contemporâneos um positivista. Ele, como todo mundo no 19 brasileiro, assimilou a política científica do tempo, um conjunto de autores e noções que forneciam uma visão meio sociológica da política. (ALONSO, 2012, p. 87)

Outro ponto de destaque ao final do livro é a enfatização de que *“nenhuma das grandes causas nacionais que produziram, como seus advogados, os maiores espíritos da humanidade, teve nunca melhores fundamentos do que a nossa”* (NABUCO, 2000, p. 171, grifos nossos). Ou seja, a causa abolicionista aparece como a melhor fundamentada. Convém mencionar que a proposta de reforma empreendida por Joaquim Nabuco, não apenas por ele, mas por outras figuras políticas que aspiravam o progresso da nação na época, tinha a premissa de apontar a escravidão como obstáculo para o progresso da tão sonhada nação, assim como entrave para a civilização do país. Entretanto, a maioria das propostas abolicionistas eram para o momento atual, pensava-se na liberdade das pessoas escravizadas, nas mudanças do modo de trabalho, mas como bem afirma Laura Souza,

Não havia a preocupação quanto à situação dos africanos pós-Abolição. Os cativos não passavam de uma ferramenta de trabalho e fonte de riqueza que de uma hora para deixaram de ter importância, ou seja, como não eram mais necessários passaram a ser facilmente descartados. Foram marginalizados. (SOUZA, 2012, p. 116)

Inclusive, o próprio partido abolicionista que Joaquim Nabuco menciona como grande solução nunca existiu. Como bem mostrou Ricardo Salles, “mesmo que o movimento tenha tido claramente um projeto de nação” e em certa instância conseguiu apoio da população urbana “composta por negros, mestiços e escravos”, ainda assim “não logrou tornar-se um partido e consolidar-se como alternativa moral e intelectual de longo prazo para a nação.” Isso porque quando a escravidão foi abolida o movimento abolicionista não manteve suas propostas de reforma, terminou dividido “definhando, atravessado por outras questões da pauta política”

(SALLES, 2009, p. 75-6). Ou seja, não havia uma proposta para o futuro ou uma reforma que soasse permanente no pós-abolição.

Diferente disso naquele esmo contexto histórico o que podemos relembrar é a proposta abolicionista de André Rebouças de quem falamos no capítulo um de nossa pesquisa. Apesar de André Rebouças e Nabuco lutarem em alguma instância pela mesma causa e de terem sido amigos, diferente de Nabuco, Rebouças foi um dos poucos a propor um projeto abolicionista com reparação fundiária, por exemplo. Em seu plano, de acordo com Claudio Medeiros, Rebouças não apenas defendia que abolição fosse imediata e sem indenização dos proprietários, como propunha uma reparação aos danos e prejuízos das pessoas escravizadas e uma reforma de terras (MEDEIROS, 2017), era algo pensado para o futuro pós-abolição, mas que também não se efetivou.

Essa é uma questão interessante, o que fazer no pós-abolição? Qual era a proposta abolicionista para esse caso? O que Nabuco propôs sobre isso? Ao menos no livro que analisamos (*O Abolicionismo*), ele enfatiza que o abolicionismo é um projeto de reparação social e até cita uma possível inserção das pessoas escravizadas como cidadãos, elenca seu livro como uma obra do presente e do futuro, mas não deixa claro um plano de reforma pós-abolição. Um dos poucos abolicionistas a tencionar um plano que contivesse uma reforma agrária posterior a abolição foi André Rebouças, todavia, como bem mostrou Ricardo Salles, Nabuco “não acreditava [...] que devesse insistir no prosseguimento das reformas abolicionistas, particularmente como a reforma territorial, isto é, a implementação da pequena propriedade rural” (SALLES, 2009, p. 44), não era essa uma ideia posta no seu plano de abolição, mesmo depois de ter repensado a abolição sem indenização para os proprietários, Nabuco não apoiava uma reparação de terras como a de seu amigo Rebouças. Como vimos, ao longo de toda a sua obra Nabuco alerta a todo instante o leitor sobre a urgência em efetuar a abolição e os prejuízos morais para o progresso no caso de mantê-la por mais tempo, inclusive prejuízo para as próximas gerações. Entretanto, não há uma menção do que seria esse plano para o futuro a não ser a reparação do atraso da nação.

Diante de nosso olhar sobre a escrita do abolicionista Joaquim Nabuco, encerramos esse segundo capítulo de nossa pesquisa com a reflexão de que independentemente de qualquer de tenha sido o motivo exato para a abolição, o nosso interesse é pela observação da manifestação de uma retórica persuasiva que visava tocar a emoção do leitor para o que estava sendo narrado. O que se tira dessa análise é que o livro de Nabuco foi pensado e elaborado em cada detalhe

argumentativo, Nabuco escolhe as palavras que quer emocionar o leitor. Ele escolhe o modo como vai apresentar e posicionar as pessoas escravizadas, assim como os abolicionistas e o Estado. Foi possível verificar que a retórica de Nabuco se apresenta como uma narrativa da presença e da intensificação repetitiva que visa estimular alguma ação do leitor através dos sentimentos narrados.

Nesse sentido pensamos com Hunt (2009), ao dizer que, mesmo que a escrita como meio de comunicação tenha aumentado as chances de estímulos da empatia, isso não assegura que as pessoas realmente agissem com base na emoção empática. Isto é, não há uma certeza em dizer que o público de Nabuco agiria a favor da abolição com base em sua retórica. A ideia da propaganda era investir em uma forma que tocasse o público para seu projeto e assim para os adeptos dessa retórica a identificação emocional do leitor, “mostrava que o despertar de uma paixão podia ajudar a transformar a natureza interior do indivíduo e produzir uma sociedade mais moral.” (HUNT, 2009, p. 58). Sendo assim, a simpatia tinha um significado de “faculdade moral” era vista como o sentimento capaz de externalizar a solidariedade em ações, o que faria os indivíduos olharem para além de si mesmos e a sentirem compaixão pelo sofrimento alheio. Assim, a moralidade do indivíduo seria concretizada, ao passo em que ele como leitor se identificasse com o sentimento ali retratado.

A partir dessa reflexão, consideramos que nossa análise advém da interpretação das expressões utilizadas por Nabuco para se referir às pessoas escravizadas e para descrever ao público leitor a importância do abolicionismo para o presente e para o futuro. De outro modo, nossa pesquisa também reivindica a problematização de uma historiografia que por muito tempo permaneceu reproduzindo através de expressões muitas vezes naturalizadas, um discurso de inferiorização e estigmatização das pessoas escravizadas. Acreditamos assim, que o questionamento dessa retórica se funda na ideia da necessidade de nos desvencilhar da reprodução de uma única história contada pelos que ficaram conhecidos como iluminados, letrados e salvadores. Entretanto, vale lembrar que o projeto abolicionista de Joaquim Nabuco não foi o único modo de contribuição para abolição. Os motins, as fugas, insurreições e movimentações das próprias pessoas escravizadas, também foram projetos abolicionistas que em muitos locais passou longe do modo resignado como Nabuco as descreveu.

Desse modo, e a partir da retórica como categoria analítica, voltamos o olhar à existência de um discurso sobre as capacidades intelectuais e a diferenciação sentimental dos africanos e seus descendentes. Sobre a incapacidade de oposição e de reivindicação de seus direitos, restando a estética da resignação e esperança na bondade do senhor. Uma retórica que descreve as pessoas escravizadas como heroínas sentimentais, abnegadas de si mesmo, que por conta da consciência sequestrada pelo sistema escravista abriram mão de se rebelarem. Acreditamos que o discurso de Nabuco atravessa os tempos e aparece em outras nuances sendo reproduzido, claro que com outras simbologias e sutilezas, mas com o mesmo fundamento, isto é a ideia de que algumas capacidades humanas podem ser descritas como diferenciadas e postas como inferiores apenas pela distinção da raça.

A análise de discurso aqui efetuada, também se ampara na compreensão de que a fala pode ser a base e a ferramenta poderosa para a persuasão, e dado o contexto podemos dizer que o Brasil e as pessoas escravizadas foram representados na fala de um político que tinha espaço para se expressar e o poder da fala. Sendo assim consideramos a importância de reivindicar o olhar sobre a fala que posiciona, que define o outro, como bem disse Chimamanda, “é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna.” (ADICHIE, 2019, p. 12). Na fala de Nabuco as pessoas escravizadas aparecem de uma única forma, como vítimas, mas como vítimas passivas, pacíficas e resignadas, e se pensarmos pelo viés de que “naquela época era assim”, que era “normal” falar assim daquelas pessoas e não problematizarmos esse tipo de discurso, talvez estejamos justificando fatos como a escravidão e a inferiorização das pessoas negras.

3. *O Abolicionismo (1883)* DE JOAQUIM NABUCO COMO UMA OBRA DO PRESENTE E DO FUTURO: “UMA EXPLOSÃO DE SIMPATIA E DE INTERESSE PELA SORTE DO ESCRAVO”?

3.1 Um projeto de reparação social

Neste terceiro capítulo, buscaremos compreender um pouco da percepção de raça na retórica de Nabuco. Como ele imaginou as pessoas negras no projeto abolicionista de reparação social. Do mesmo modo procuramos ver através de sua escrita qual sociedade ele imaginou e que projeto de reparação social era aquele, que através da sua vivência no presente escravocrata ele projetou para o futuro. Para que possamos compreender o raciocínio deste capítulo é importante que tenhamos em mente a análise sobre a retórica da simpatia de Joaquim Nabuco feita no nosso capítulo dois. Propomos as leitoras e leitores que sigam pensando no modo como Joaquim Nabuco se referiu às pessoas escravizadas, na forma de utilização da linguagem como estratégia discursiva para convencimento da nação sobre a importância do abolicionismo.

O primeiro capítulo do livro de Joaquim Nabuco *O Abolicionismo* (1883) tem por título “o que é o Abolicionismo - A obra do presente e a do futuro”. Título que diz muito sobre o que o pernambucano esperava que fosse um projeto abolicionista de reparação social, ou seja, uma obra do presente e do futuro. Qual seria então essa obra do presente e a do futuro? Através de nossa análise verificamos que o projeto de reparação descrito no livro era um projeto que posicionava a escravidão como principal problema e impedimento para o avanço da nação e tinha como proposição para futuro uma sociedade livre da escravidão, livre da imoralidade que manchava a nação toda e arruinava o tão sonhado progresso. Isso considerando que Nabuco pensava o Brasil como uma sociedade afetada em todas as esferas pela escravidão, que segundo ele tornou-se ferimento moral da retina dos brasileiros (NABUCO, 1886, p. 33). Para Nabuco a escravidão afetava o caráter do país e de seus patriotas. Como ele disse, “o nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização toda, física, intelectual e moral, acha-se terrivelmente afetada pelas influências com que a escravidão passou trezentos anos a permear a sociedade brasileira.” (NABUCO, 2000, p. 4). A escravidão também afetou a legalidade do país e o argumento de que ela era ilegal foi base para a proposição do abolicionismo em seu livro. Por ser ilegal, logo, a nação estaria cometendo um crime hediondo e para reparação seria necessário

a abolição imediata e não mais gradual como vinha ocorrendo as proposições e leis de emancipação pelo Parlamento.

A partir disso, podemos pensar com Reinhart Koselleck (2006) quando afirma que a hipótese criada para pensar um problema historiográfico nos ajuda a refletirmos sobre os fatos e conceitos existentes, mesmo sem sabermos o que eles são. Sendo assim, com a análise do livro de Nabuco podemos perceber que a ideia de moralidade foi bastante utilizada em sua retórica e sob a qual o problema da escravidão foi pautado. Ao mostrar a escravidão como problema moral Nabuco imaginou atingir seus leitores com a promessa de que eliminando a escravidão se eliminaria o atraso da nação, e todos os problemas morais que envergonhava o caráter de um povo. Como ele mesmo disse em sua autobiografia:

Procurei na política o lado moral, imaginei-a uma espécie de cavalaria moderna, a cavalaria andante dos princípios e das reformas; tive nela emoções de tribuna, por vezes de popularidade, mas não passei daí: do limiar; nunca o oficialismo me tentou, nunca a sua deleitação me foi revelada; nunca renunciei a imaginação, a curiosidade, o diletantismo, para prestar sequer os primeiros votos de obediência. (NABUCO, 2004, p. 38).

É claro que ele escreveu a autobiografia muitos anos após tudo ocorrer, a primeira publicação data de 1900 e a frase pode vir com uma construção da imagem que ele queira emitir de si mesmo, mas alguma essência de seu pensamento sobre o que ele se pautava para suas proposições políticas, pode ter permanecido. O projeto abolicionista no livro de Joaquim Nabuco era um projeto de reparação do peso de atraso que o Brasil carregava, uma prevenção da destruição do país. Para ele a escravidão era o que atrasava o “Brasil no seu crescimento em comparação com os outros Estados sul-americanos que a não conhecem; porque, a continuar, esse regime há de forçosamente dar em resultado o desmembramento e a ruína do país[...]” (NABUCO, 2000, p. 81).

Isto posto, podemos dialogar com o raciocínio de Koselleck no sentido que hipoteticamente, com sua proposta de abolicionismo muito mais pela via parlamentar, Nabuco imaginou que aquela “torrente moral e humana, que fazia o orgulho do nosso paiz” (NABUCO, 1886, p. 36). Isto é, o abolicionismo, seria a solução imediata para o passo que faltava em direção ao “progresso da moralidade social” (NABUCO, 2000, p. 31). Desse modo, o projeto de abolição era para ele a expectativa para o futuro, criada a partir de sua vivência no presente, a partir dos seus ideias e pensamentos daquele momento advindos de construção pessoal e social. Propomos esse modo de pensar pois, como diz Koselleck, a “expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas

pode ser previsto.” (KOSELLECK, 2006, p. 310). Por conseguinte, a tese de Nabuco de que uma sociedade sem escravidão com as pessoas escravizadas livres e inseridas como cidadãos, era sustentada pela experiência vivida por ele no presente, mas não apenas uma experiência vivida no plano da realidade, mas também imaginada, criada. Pois, quando ele diz que no Brasil a raça negra não era considerada inferior (NABUCO, 2000, p. 14), ou quando diz que a “escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor [...] nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos.” (NABUCO, 2000, p. 16). Ou quando menciona que no Brasil “a escravidão, ainda que fundada sobre a diferença das duas raças, nunca desenvolveu a prevenção da cor” (NABUCO, 2000, p. 123), ele imagina que essas coisas não aconteciam na realidade, ou ele cria uma ideia de não existência. Assim e a partir de sua imaginação, a proposta de sociedade sem escravidão seria a expectativa de uma sociedade melhor e livre de ódio entre as raças, livre de antagonismo entre senhor e escravo. Ou seja, a criação de um projeto abolicionista e de reparação social viria a ser a resolução do presente e a expectativa de mudança para o futuro. Fiquemos com essa reflexão a partir de Koselleck, pois voltaremos a ela posteriormente, antes é necessário darmos um corpo contextual ao que queremos explicar do espaço de experiência de Joaquim Nabuco.

O debate de ilegalidade da escravidão base do discurso de Nabuco surge por conta da lei de 1831, a lei de que falamos no capítulo um, e que havia promulgado o fim do tráfico de africanos e que estaria sendo negligenciada pelas autoridades brasileira. Beatriz Mamigonian ressaltou sobre as medidas instauradas no Brasil para proibir a entrada de escravos, dentre as quais, a lei de 7 de novembro de 1831 que foi promulgada no intuito de frear a importação para o Brasil de pessoas africanas que seriam escravizadas. O artigo 1º da lei determinava que “todos os escravos que entrarem em território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”. Segundo a autora, a lei não só declarava livre os africanos que entrassem no país a partir dali, como também “impunha penas aos que participassem do tráfico.” (MAMIGONIAN, 2017, p. 20). Apesar da aplicação limitada da lei de 1831 no Brasil ela não foi revogada, por outro lado os efeitos começaram aparecer muito em breve a sua promulgação, um deles foi o aumento do tráfico significativo entre 1831 e 1850, no ano de 1836 por exemplo o número de cativos advindos do tráfico ilegal chegou a 52837 (CHALHOUB, 2012, p. 36). Consequentemente as condições para as pessoas escravizadas foram ainda mais perversas pois os navios vinham mais cheios e ainda ocorriam confrontos com navios da fiscalização britânica.

Como afirma Maria Angélica Zubaran, a lei de 1831 foi criada para reduzir as pressões advindas dos abolicionistas ingleses, entretanto, com a negligência e não execução pelo governo brasileiro, nos primeiros anos após a lei o que ocorreu foi o “tráfico clandestino de escravos, e logo a seguir, no desembarque e na venda, também ilegal, de escravos.” (ZUBARAM, 2007, p. 285-6). Ou seja, o Brasil seguiu enchendo os portos com desembarque de escravos, abarrotando as senzalas, mantendo africanos agora *contrabandeados*, em calabouços, depósitos públicos e particulares, prisões, e até mesmo nas próprias embarcações. Nesse contexto, a ameaça à propriedade dos senhores de escravos, estava exatamente no caso da lei de 1831 ser plenamente executada, lamentavam a possibilidade de fim do tráfico e mais ainda de fim da escravidão. Sidney Chalhoub (2012) possui uma longa abordagem sobre os meios realizados naquele momento para uma possível extensão dos prazos, formas de revogar e nas palavras do autor: “modos de silenciar e de não ver” a lei de 1831. Por esse modo, muitos dos proprietários continuaram comprando cativos sob a argumentação de não saber da existência da lei, estratégia utilizada como uma espécie de adaptação à ilegalidade como destacou Mamigonian (2017).

Muitos foram os percalços até que o tráfico de escravos fosse realmente abolido em 1855 no Brasil. E existem uma gama de estudos que apresentam os pormenores desse período, dentre os quais o autor e autoras acima mencionados. No que concerne a discussão da lei de 1831 e sua não aplicabilidade na campanha abolicionista e no discurso de Joaquim Nabuco, é importante ressaltar que o livro *O Abolicionismo* (1883) foi com certeza um marco importante no meio abolicionista, mas foi muito mais louvado como projeto social apenas após a morte do pernambucano no século XX. Apesar de não ter sido ele o resultado da abolição da escravidão, e de não ter se concretizado suas proposições, e de não ter sido Nabuco o “salvador dos negros”, este livro não foi a única proposta pela abolição da escravidão imediata, como vimos por exemplo sobre o texto de José do Patrocínio publicado no mesmo ano de 1883. Muito antes também movimentações significativas em favor da legalidade foram realizadas por exemplo pelo advogado e abolicionista Luiz Gama de quem falamos no capítulo um, participou já em 1870 ativamente como defensor da aplicabilidade da lei de 1831 para africanos que estariam sendo escravizados após a promulgação. Autoras como Beatriz Mamigonian (2006) e Elciene Azevedo (2007) tem importantes trabalhos com abordagem significativa das ações de Luiz Gama na luta pela justiça e execução da lei de 1831 em São Paulo. De toda forma, o discurso de ilegalidade da escravidão vem à tona no Senado Imperial do Brasil em 1883, ou seja, a ideia

de ilegalidade havia começado a ser discutida quando Nabuco lança seu livro, o que coloca ele no centro da questão com seu discurso enfatizando o crime da escravidão e dos proprietários.

De acordo com Célio Ricardo Tasinafo (2001), a imagem de “reformador social” aparece em grande parte de estudos sobre a atuação de Joaquim Nabuco, para Tasinafo pode-se dizer que “tornou-se quase “senso comum” o fato de que aquele abolicionista esteve à frente de seus contemporâneos ao analisar a forma tão contundente a realidade nacional, marcada pela escravidão, e ao propor soluções verdadeiramente amplas para superar a “herança” do sistema de trabalho compulsório e colocar o Brasil no “caminho do progresso” (TASINAFO, 2001, p. 49). O fato de Nabuco ter escrito sobre uma proposta abolicionista com intuito de reforma social foi suficiente para diferenciá-lo das outras propagandas pela abolição da época. Segundo Marco Aurélio Nogueira, por exemplo, que se refere a Nabuco como um sujeito “à frente do seu tempo”, por produzir um projeto a partir do presente visando uma melhora para o futuro imaginado por ele, “é exatamente esse caráter do movimento [de propor reformas sociais] que nos permite apreciar o quão avançado Nabuco estava em relação ao seu tempo. Era como se ele, trabalhando o presente, antevisse o futuro. Colocando-se na liderança de luta pela abolição[...]” (NOGUEIRA, 1984, p. 113).

Sabemos que muitas das colocações de Nabuco, principalmente em sua autobiografia *Minha Formação* (1900), foram desenhadas como se o movimento abolicionista tivesse surgido em consonância com sua entrada na política, e assim Nabuco se colocou muitas vezes como líder do movimento. Entretanto, como vimos no nosso primeiro capítulo, muito antes de Nabuco agarrar a bandeira pela abolição ou ter sua candidatura a deputado lançada pelo seu pai, já ocorria movimentações abolicionistas pelo país. Figuras como por exemplo, Luiz Gama, de quem já falamos. A questão é que, realmente Nabuco se destaca ao propor o abolicionismo como uma reparação social no livro, porém Nabuco estava em seu espaço de experiência projetando a partir de sua vivência uma expectativa de futuro, ou seja, uma expectativa de progresso, uma expectativa de melhora que só seria possível no futuro, entretanto, isso não faz dele um homem “à frente do seu tempo”, pelo contrário, faz de Nabuco exatamente um sujeito do seu tempo e vivendo de acordo com o que lhe ocorria de problema para desenvolver proposições para o futuro.

Com esse projeto de reparação na reflexão que fizemos a partir de Koselleck, Nabuco mexe com o horizonte de expectativa também das pessoas escravizadas, uma vez que sua campanha pregava a luta pelo fim da escravidão e pela liberdade, pelo acesso à direitos como

cidadãos. Algo que tinha muito significado para elas, a possibilidade da “liberdade”, isto é, em vários dos significados que ela possa ter, como lembra bem Henrique Espada Lima, “poder dar um sentido autônomo” (LIMA, 2005, p. 310) a um formato de pertencimento, pertencimento a partir da promessa de cidadania, da possibilidade de uma mobilidade social, de um trabalho digno com salário justo, uma possibilidade de futuro. E é exatamente com o futuro que trabalha o horizonte de expectativa. Aqui o horizonte de expectativa explorado não era apenas o das pessoas escravizadas, mas também dos proprietários e da nação toda, a ideia de que o problema central do atraso da nação era a escravidão, sem ela haveria uma sociedade livre do crime e retomada sua honra.

De acordo com Henrique Ré, no Brasil do século XIX, a ideia que se tinha de progresso era seguir os “princípios liberais da Economia Política”, que em tese significava a implantação “modelo econômico baseado no trabalho livre e criar as instituições liberais – ou então fazê-las funcionar – que dariam sustentação às esferas políticas, econômicas e sociais.” (RÉ, 2009, p. 261-2). O progresso era a própria ideia de civilização, para que o país se tornasse uma nação desenvolvida e longe do atraso civilizacional eram necessárias mudanças na sustentação do sistema político vigente, e a escravidão significava nesse momento o atraso da nação. Sendo assim, como afirma Ré (2009), o Brasil era um país considerado em atraso e a preocupação em se inserir nas ideias de modernidade, isso é, nas linhas do progresso era muito presente. Por esse modo, “a ideia de progresso encontrara enorme receptividade, sendo destacada inclusive no maior símbolo nacional, como a lembrar constantemente uma obrigação irrenunciável do país” (RÉ, 2009, p. 262).

E é durante os debates de fim da escravidão, ainda de acordo com o autor, que os ideais progressistas “assumirá contornos quase míticos e será utilizada em defesa dos mais variados posicionamentos políticos. (RÉ, 2009, p. 262).

É de Heloisa Maria Bertol Domingues e Magali Romero Sá, a indicação de que “no Brasil, desde meados do século XIX, os intelectuais buscavam inserir o país, pela construção de sua história, na marcha temporal da ‘civilização’. Porém, do ponto de vista social, esta ‘marcha’ encontrava um empecilho considerável: a escravidão, uma instituição muito combatida.” (DOMINGUES; ROMERO SÁ, 2003 p. 98). Isto posto, vale lembrar que Joaquim Nabuco era adepto das ideias de liberalismo e promulgava em seus escritos e discursos, uma

crescente preocupação e anseio pela integração do Brasil na marcha progressista¹⁶. Para ele a escravidão era o principal impedimento que separava o Brasil dos países avançados pois “progressistas de trabalho livre” (RÉ, 2009, p. 262). E é exatamente nesse ponto que ele toca com bastante ênfase no livro *O Abolicionismo* (1883).

É fato que Nabuco levantou uma questão bastante desafiadora para aquele momento, afinal seria necessária uma mudança em todas as esferas da sociedade o que mexeria com o poder político estabelecido. Por outro lado, acreditamos, e em diálogo com Maria José Resende (2014), que o grande lance de Nabuco para mostrar a efetividade do abolicionismo e angariar a atenção dos representantes da nação, é não somente o apontamento da escravidão como crime, o que colocava o país ainda na linha do atraso por não seguir a premissa da legalidade para a modernização, mas o questionamento do modelo social vigente, isto é do sistema de propriedade.

A radicalidade do seu discurso e destaque do mesmo se encontra no fato de que Nabuco buscou mostrar aos senhores que seus escravos eram propriedade ilegal, ou seja, estavam eles em débito com a lei. Algo que não havia sido questionado, pois era certo aos senhores que aquelas pessoas escravizadas eram de sua posse sem nenhuma dúvida, afinal era essa base que mantinha o poder do sistema escravista, a propriedade de escravos e de terra. Como bem pontuou Rezende (2014), naquela época entre a década de 1870 e 1880, falar dos problemas da escravidão no Parlamento era algo delicado e o tema caminhava vagarosamente. É nesse ponto que a apresentação argumentativa de ilegalidade da escravidão empunhada por Joaquim Nabuco, e que aparece de maneira mais desenvolvida exatamente no livro *O Abolicionismo* (1883), surge como discurso ousado e desafiador. O questionamento de Nabuco sobre a legitimidade da propriedade aos senhores, que diziam ser donos de seus escravos “era algo que soava como uma heresia num quadro social em que não se permitia qualquer dúvida a respeito da legitimidade de uma sociedade fundada no trabalho escravo.” (REZENDE, 2014, p. 111). Uma boa estratégia argumentativa para aquele momento considerando que Nabuco propunha o fim da escravidão pelas vias legais, ou seja, mostrar aos proprietários que eles estavam fora da lei e corroborando com a grande injustiça social que era a escravidão, era praticamente dizer que seria melhor aceitar o fim da escravidão “por bem”, do

¹⁶ Para uma visão mais aprofundada acerca das ideias de progresso no Brasil do século XIX, e também sobre as políticas racialistas ver: RÉ, 2009.

que permanecer no delito, na violação, na ilegalidade, na mancha de Caim que o Brasil trazia na frente, como ele mencionou no prefácio do livro. (NABUCO, 2000, p. XXI)¹⁷ Ou seja, o crime violava a imagem de toda uma nação.

De todo modo, a proposta poderia ser radical e inovadora no sentido de mencionar o abolicionismo como projeto de reparação social, no entanto, era ao mesmo tempo exclusiva. Pois Nabuco acreditava que a resolução de fim da escravidão e início de uma reparação teria de partir apenas dos parlamentares, quando ele menciona que: “a emancipação há de ser feita, entre nós, [...] no parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar ou perder, a causa da liberdade” (NABUCO, 1988, p. 40). Assim, ao que seu argumento indica, qualquer luta e movimentação que viesse de fora não estaria dentro do que ele concebia como abolição pelas vias legais, afinal essa era a base da proposta efetuada no livro, um abolicionismo empenhado pela legalidade.

O ponto de nossa observação é perceber que ao mesmo tempo que o discurso de Nabuco era radical e defendia o fim da escravidão, a ideia era restrita para ser realizada apenas por um grupo de pessoas e nem de longe eram as pessoas escravizadas. É claro, como bem disse Angela Alonso (2012) que Nabuco era um liberal monarquista não pensava em igualdade. Contudo, nos referimos aqui especificamente ao ponto de defesa da abolição em prol das pessoas escravizadas, e vimos que em alguns trechos ocorrem ambiguidades quanto a defender hora o escravo, o senhor, e hora a pátria. Entretanto, vê-se que na retórica da simpatia de Nabuco prevalece a ânsia pelo progresso da nação brasileira.

De fato, nesse ponto não havia igualdade para aqueles que reivindicavam o abolicionismo, afinal as pessoas escravizadas também reivindicavam o fim da escravidão, porém no discurso de Nabuco as pessoas escravizadas não faziam parte do grupo pela emancipação, pois como visto elas aparecem na escrita especulativa dele como seres passivos à espera da ação e defesa advinda dos abolicionistas, e ele como tal responsável por levar a proposta ao parlamento. Por mais que em um dado momento como vimos no capítulo um, Nabuco tenha se alinhado ao movimento abolicionista que ocorria fora do Parlamento, se aliando a José do Patrocínio por exemplo que era um abolicionista muito presente nas ruas e perto da população. Tem-se a impressão de que Nabuco negligencia de alguma forma

¹⁷ Nos referimos ao trecho que mencionamos no capítulo dois de nossa dissertação, presente no prefácio do livro *O Abolicionismo* (1883): “Já existe, felizmente, em nosso país, uma consciência nacional - em formação, é certo - que vai introduzindo o elemento da dignidade humana em nossa legislação, e para a qual a escravidão, apesar de hereditária, é uma verdadeira mancha de Caim que o Brasil traz na frente.” (NABUCO, 2000, p. XXI).

movimentações que ocorriam fora do Parlamento pela abolição, ou se não negligencia também não considerava como um lugar efetivo de onde lutar pela emancipação. Contudo, independente do desejo e discurso de Nabuco as lutas das próprias pessoas escravizadas e de outros abolicionistas fora do Parlamento caminhavam desde muito antes de sua escolha pela bandeira abolicionista e de suas condições de vida na carreira política caminhar para a necessidade da elaboração de uma proposta mais ousada que atraísse a atenção dos parlamentares.

Porque não poderíamos chamar isso de uma atitude um tanto racista preconceituosa? Sim, Nabuco era um sujeito do seu tempo e como tal imerso no que tinha de representação da imagem das pessoas escravizadas, excluídas, subjugadas por seus comportamentos, sua aparência, sua intelectualidade. Impedidas de reivindicar seus direitos muitas vezes tomados a partir de outras vias que não a lei. Ora, não seria uma estratégia exclusiva a de delimitar em um discurso abolicionista os papéis sociais? Descrevendo assim as pessoas mais afetadas pelo sistema escravista como seres em sofrimento, em tristeza, resignados, longe de reivindicar seus direitos?

É claro que naquela época e com o modelo governamental do momento qualquer decisão sobre a emancipação pelas vias da legalidade com certeza passaria pelo Parlamento, como bem destacado por Rezende (2014). Contudo, os argumentos utilizados por Nabuco não deixam de ter sido expostos em uma condição de propaganda, as vezes apresentados de maneira ambígua e contraditória. Afinal, a abolição era para quem? Ao que parece, em se tratando da forma discursiva da proposta descrita em *O Abolicionismo* (1883), as pessoas escravizadas nesse projeto aparecem muito mais como instrumento de retórica, peça para uma argumentação de exposição sentimental, como peça de uso da linguagem para representação de seus sentimentos, comportamento, como aparato persuasivo para elaboração de um projeto de libertação do atraso da nação.

Cobramos de maneira anacrônica que Nabuco deveria ter feito diferente e priorizar em sua escrita, em seu projeto propaganda as pessoas escravizadas como motivo da abolição? Não. Mas faz-se necessário questionarmos que tal retórica se aproxima muito de um discurso racista especulativo, mas pacificador, dissimulado, condizente com a linguagem da época, com intuito de promoção de um projeto político.

É importante ressaltar que Joaquim Nabuco não foi o único abolicionista a não discursar totalmente posicionado a favor das pessoas escravizadas. Como destacou Célia

Maria Marinho de Azevedo (1988), boa parte dos abolicionistas não tiveram posicionamentos que fossem decisivamente contra os interesses dos proprietários, principalmente aqueles abolicionistas que pertenciam a elite brasileira, filhos de grandes proprietários e usufrutuários do sistema escravista. Suas perspectivas, segundo a historiadora, “acabavam por convergir para o sentido de preservação do poder e das riquezas da classe dominante.” (AZEVEDO, 1988, p. 44). Isto posto, concordamos com Claudio Medeiros no sentido de que “não é exagero dizer que Nabuco, por ingenuidade ou covardia, fracassa.” afinal “Não houve uma política de reparação da barbárie ética e social, que é a obra mais impecável do escravismo; não houve autocrítica, porque sequer o país escravocrata e racista se olhou no espelho.” (MEDEIROS, 2017, p. 14).

O projeto de reparação social de Nabuco e a proposta do livro lança uma preocupação moral aos proprietários e a nação toda. Entretanto, o problema central ainda parecia ser o atraso social. Dialogando com José D’Assunção Barros, sobre as ações sociais nas propostas dos abolicionistas, ao que parece no discurso de Joaquim Nabuco, a abolição não poderia vir como uma concessão ou uma espécie de “alforria”, ela viria “como o restabelecimento de um equilíbrio e justiça social que haviam sido rompidos com o próprio gesto escravizador original [...]” (BARROS, 2008, p. 206). A análise de Barros é sobre o texto emancipacionista de José Bonifácio, político que Nabuco muito admirava, mas que muito se aproxima da nossa visão ao projeto do pernambucano.

Por mais que o pano de fundo do discurso de Nabuco fosse o mal causado pela escravidão e para reparar esse mal ela deveria ser abolida. Ainda que seja esse o pano de fundo ao longo de toda a sua retórica, o Brasil é representado por ele como uma nação não modernizada, atrasada por não ter abolido a escravidão frente as outras, e atrasada em termos de progresso, de progresso econômico, político civilizacional. Mas ao que parece o discurso de reparação do pernambucano é uma reparação da imagem do Brasil, uma construção ou reconstrução de uma nação, de uma identidade brasileira moderna. Uma reparação para a nação, para a imagem de nação que talvez o próprio Nabuco almejasse ser integrante de um país a altura daqueles da Europa que ele admirava. Como bem afirma Neto e Silva, “para Nabuco, não poderia ser normal o Brasil ser visto na Europa como sinônimo de escravidão e atraso. Era de suma importância o movimento triunfar.” (NETO; SILVA, 2019, p. 87). Como ele mesmo diz, o livro *O Abolicionismo* com a premissa de abolição imediata, era a resposta para as leis

graduais de emancipação, pois “vinte anos mais de escravidão, é a morte do país.” (NABUCO, 2000, p. 145).

Pensando na questão que levantamos ao início da seção, sobre que projeto era esse de reparação social, e qual seu diferencial, talvez o grande lance de Nabuco seria a proposição da ideia de ilegalidade da escravidão e o questionamento da propriedade privada, e de todo modo, a insistência alarmante no livro pela abolição imediata. Isso, considerando que vindo dele que já havia proposto o fim da escravidão com indenização aos proprietários, a ideia de uma abolição imediata e sem indenização alguma, seria algo novo. Até porque suas tentativas de lançar o abolicionismo com indenização não tiveram nenhum sucesso, talvez Nabuco tenha acreditado que uma proposta um pouco mais radical baseada na lei e em uma análise estrutural como a que ele fez no livro, aparado em estudos, intelectuais e figuras importantes da política brasileira, tocasse a preocupação dos responsáveis pela manutenção do sistema escravista.

De todo modo, cabe ressaltar lembrando o capítulo anterior, que a forma argumentativa escolhida por Nabuco diz respeito ao modo como ele queria passar a mensagem do livro, mas também diz respeito ao princípio de conhecimento de quem seria seu público. Isso porque, no que diz respeito a retórica argumentativa escolhida e utilizada para persuasão, é necessário que o orador conheça seu público para que faça a obra direcionada a ele. Há na retórica persuasiva um interesse pessoal do orador ao criar a argumentação para convencimento, mas há em mesma instância uma busca do orador em se conectar a partir do conhecimento do interesse do seu leitor (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 27). É a partir de saber quem é seu público que o orador vai criar o tipo argumentativo, o que envolve uma consideração de qual tipo retórico atrairia o público destinado.

Nesse caso, podemos pensar que se como vimos no Brasil do século XIX era presente uma busca pela integração do país na marcha do progresso a partir dos princípios liberais de economia. E que muitos intelectuais e representantes da nação estavam cientes de que a mudança teria que vir a partir também do sistema trabalhista, um discurso abolicionista que propugnava uma reparação social pautada no avanço da civilização para o Brasil, poderia de alguma forma chamar atenção dos representantes para o problema da escravidão como principal impedimento para aquilo que eles mesmos desejavam. Assim, Nabuco utiliza uma variável de argumentações nesse sentido para persuadi-los da efetividade do abolicionismo.

Ainda sobre a teoria da retórica, no caso de Nabuco, como se trata de um discurso que é também uma propaganda, aquele que quer propagar já vem com o discurso pronto, pois na

propaganda a escrita não é a descrição da realidade, mas a produção de uma determinada realidade escolhida para ser apresentada. Acrescenta-se ainda ao fato do orador se conectar com o interesse de seu público, o caso de que o convencimento ocorre antes pela ideia criada na mente do próprio orador, daquilo que ele acredita, ou seja, o convencimento ocorre por si só, por uma reflexão pessoal uma espécie de “acordo consigo mesmo” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 46.) Assim, a persuasão que é destinada a outrem seria o produto final de uma ideia convicta do próprio orador. Sendo assim, e partindo do pressuposto de que a utilização de retórica como categoria de análise nos encaminha muito mais para as ideias de Nabuco e não do seu público, consideramos que é a partir do seu espaço de experiência em uma sociedade prestes a abolir a escravidão e do conhecimento que Nabuco teria, ou imaginava ter daqueles a quem queria alcançar com sua escrita, que ele cria uma linha argumentativa que, poderíamos dizer, como horizonte de expectativa, reforça uma ideia almejada de futuro.

3.2 Discurso e Racismo: a alegoria das pessoas negras escravizadas na retórica especulativa, racista e legitimada

De antemão, é relevante dizer que de acordo com nossa análise o discurso de Joaquim Nabuco ainda que tenha sido elaborado sob a perspectiva de abolição da escravidão, tem um enfoque na utilização da retórica de persuasão no qual as pessoas escravizadas surgem como ausentes na luta pelo fim da escravidão. Ao que parece pela análise de discurso, Nabuco reproduz uma imagem das pessoas escravizadas que era muito disseminada em discursos racialistas do século XIX. Porém, na versão de Nabuco aparece o sentido de compaixão para o convencimento de seu público sobre a importância da abolição imediata da escravidão. É claro que o discurso de ilegalidade da escravidão caminha junto nessa retórica, entretanto, nossa análise foca no modo discursivo utilizado pelo autor para persuadir seus leitores da efetividade do abolicionismo. Do mesmo modo, pontuaremos daqui em diante de que maneira percebemos racismo na construção feita por Nabuco. Não apenas qual sociedade ele imaginou para o futuro, mas também como percebemos a sociedade do seu tempo que ele descreveu na elaboração de uma proposta abolicionista futurista.

Tendo em conta o período na qual Nabuco estava inserido acreditamos na relevância de uma breve contextualização sobre o que se falava na época a respeito das pessoas negras escravizadas e como eram representadas no discurso intelectual e cientista. Não é de hoje que discursos com formas especulativas preconceituosas e racistas sobre as pessoas negras

escravizadas são expostos em romances e estudos científicos. Como bem abordou Kilomba (2019), a criação das raças e das diferenças raciais ocorreram inicialmente pela via do cientificismo, e a forma de disseminação das ideias que tentavam provar as diferenças entre a raça negra e a raça branca, por exemplo, era exatamente através do discurso. Isto é, segundo a autora, por mais que se tenha tentado provar por meio da biologia as diferenças e a inferioridade das pessoas negras, o racismo não é biológico, pelo contrário, ele é discursivo e funciona da reprodução de “uma cadeia de palavras e imagens que por associação se tornam equivalentes” como por exemplo: “selva – selvagem – primitivo – inferior – animal – macaco.” (KILOMBA 2019, p. 130). Ou seja, é por meio da linguagem que a ideia de raça e as figurações do racismo e das diferenciações são repassadas e mantidas socialmente, uma linguagem que contribui para a formação de pensamento, opinião e atitudes, e a disseminação ocorre por meio da fala, e ou escrita produzida através de um imaginário que pode ter sido construído externa e internamente.

Na década de 1860 um discurso muito comum de estudiosos, viajantes observadores que residiam no Brasil era a associação das pessoas negras a animais, assim como a seres sexualmente desregrados, lascivos como mostrou Robert W. Slenes (1988). Do século XIX, podemos citar o jurista e senhor de escravo Perdigão Malheiro (1824-1881) e que é um dos que aparece entre as leituras de Joaquim Nabuco, e que de acordo com Alonso (2007) foi a principal inspiração para que o pernambucano escrevesse o livro *A Escravidão* de 1870. O livro de Malheiro tem como título *A Escravidão no Brasil – Ensaio Histórico, Jurídico, Social* e foi publicado em 1866, nele o jurista elencou algumas vantagens de se abolir a escravidão, dentre as quais a de que “*O negro, sobretudo nascido na América (crioulo)*” com seus corpos robusto e forte embrutecidos e acanhados pela escravidão, se abolida se veriam livres “[...] desse acanhamento e embrutecimento, a que são reduzidos, *eles se tornarão verdadeiramente homens; a liberdade os fará renascer como tais*, em proveito próprio e da sociedade [...]” (MALHEIRO, 1976, p. 128-9, grifos nossos). Ou seja, o negro passaria a homem de verdade após a abolição da escravidão. No mesmo livro Malheiro declarou que a escravidão era também um problema para os códigos morais de reprodução e de casamento, isso porque segundo ele “as escravas em geral, viviam e vivem em *concubinato*, ou (o que é pior) *na devassidão*; o casamento não lhes garante senão por exceção a propagação regular da prole [...]” (MALHEIRO, 1976, p. 129, grifos nossos). São esses discursos tanto dos estrangeiros quanto dos brasileiros, carregados de uma ideia moralizada na

qual os modos de vida e reprodução das pessoas escravizadas fugia do que se tinha como poder padrão de união e casamento.

Como afirmou Robert Slenes, trata-se de racismo e preconceito cultural, no sentido de que no olhar do branco, tanto europeu ou brasileiro “homem de bem”, (que vivia de acordo com regras morais sociais e religiosas) as pessoas escravizadas eram vistas como sem regras, isto é, “desregrados” (SLENES, 1988, p. 203). Nabuco era um homem do seu tempo, e como tal estava imerso no que havia de representação da imagem do negro escravizado e até mesmo liberto. Sua argumentação no livro *O Abolicionismo* (1883) está de acordo com a linguagem atribuída às pessoas escravizadas naquele momento. O discurso de Nabuco se aproxima muito da ideia racista dos racialistas do século XIX. Talvez uma particularidade seja que Nabuco utiliza de uma retórica sentimental para convencimento do leitor, a partir de um discurso que poderia ser em prol das pessoas escravizadas, afinal a abolição também seria benéfica para elas, mas que enfatiza muito mais a necessidade de reparar a sociedade para que se ocorra o desenvolvimento do progresso e da modernização. Outra diferenciação que se vê no caso dos argumentos utilizados por Nabuco seria a presença de uma linguagem que demonstrasse compaixão, simpatia e pregasse a harmonização social. E ele como um intelectual e membro da elite preferiu termos mais amenos e de conciliação, assunto que abordaremos mais adiante.

Como vimos no nosso primeiro capítulo, a década 1880 foi fortemente marcada pela intensificação e destaque da luta política pela abolição da escravidão, entretanto a historiografia do período aponta desde 1870 já se formava agudos debates políticos quando iniciava a crise do escravismo após a Guerra do Paraguai (1864-1870). É daí que o pensamento científico racialista dá uma maior atenção à presença e herança de africanos na sociedade. Consequentemente a mestiçagem também ganhou espaço nessas discussões, ao passo que se formara uma atmosfera de debates que de acordo com Alberto Luiz Schneider, “os negros, o grande silêncio das cabeças letradas do Império, começavam a ser objeto de discussão[...]”, isso porque “a consciência de haver um país habitado por vasta maioria negra e mestiça atormentava a sua elite intelectual.” (SCHNEIDER, 2018, p. 455).

Um dos nomes que se destacou pela introdução do debate racial foi o intelectual brasileiro Silvio Romero (1851-1914). Segundo Rosely Gomes Costa, “Sílvio Romero considerava a diversidade racial como entrave à construção de uma nação forte e próspera” (COSTA, 2009, p. 105), sendo assim, na sua teoria, com o processo de “seleção natural” prevaleceria a raça mais forte e superior, que era a raça branca. Romero considerava o mulato

como tipo característico da nacionalidade brasileira, que era fruto da fusão da raça negra e da branca, entretanto, acreditava que na mistura de raças o branco seria predominante. Seria como uma espécie de branqueamento da população e o problema da miscigenação estaria então resolvido. Em outras palavras o negro estaria condenado ao desaparecimento.

O que queremos mostrar, é que tanto Perdígão Malheiro, como Sílvio Romero, e aqui daria pra citar os franceses Arthur de Gobineau (1816-1882), Gustave Le Bon (1841-1931) e Hippolyte Taine (1828-1893), foram intelectuais que estabeleceram por meio da retórica uma ideia de inferiorização racial apresentando as pessoas negras seus traços e comportamentos de maneira negativa e inferior. Como afirma Laís Rocha Lima, Hippolyte Taine, por exemplo, foi um dos teóricos de raça que “obteve grande número de apreciadores no Brasil na época da formação de sua nacionalidade.” (LIMA, 2015, p. 12). E de acordo com Lília Moritz Schwarcz, pode-se definir Le bon e Hippolyte Taine como intelectuais criadores de teorias raciais e deterministas teóricos do Darwinismo racial¹⁸. Pensadores que legitimados pela ciência criaram modelos onde se pautava a evolução social por meio de superioridade e inferioridade, tornando-se instrumentos eficazes para julgar povos e culturas a partir de critérios deterministas.

Essa teoria, pautada no Darwinismo Social que continha a ideia de raça superior e raça inferior, foi muito utilizada no intuito de naturalizar o racismo e legitimá-lo através do discurso científico. E os intelectuais mencionados e adeptos de tal pensamento eram contemporâneos de Nabuco, e mesmo que Nabuco não os cite de maneira direta, vemos que o modo “tranquilo” com que Nabuco apresenta as pessoas escravizadas como inferiores, pode ser resultado de uma crença exposta à sociedade de que os negros escravizados eram inferiores naquele contexto. Ou seja, há uma aproximação da retórica de Nabuco ao discurso racialista da época. Nabuco elabora uma argumentação em prol da defesa das pessoas escravizadas e se utiliza de uma narrativa que indica inferioridade, mas que se manifesta de maneira sutil e muitas vezes implícita, o que pode dar a entender à primeira vista que ele não estava reproduzindo racismo já que discursava pela abolição da escravidão.

No Brasil da década de 1880, o tema de raça foi muito mobilizado nas reflexões de membros da elite, segundo Hilton Costa naquela época raça era entendida no sentido mais

¹⁸ Pode-se encontra a denominação também como ‘Darwinismo Social’. O que de acordo com FRANÇA e SÁ, “o darwinismo social se utiliza da teoria da evolução de Darwin para obter embasamento científico. Esta teoria tem como base a superioridade racial, social e cultural, a qual afirmava que a sociedade se dividia em grupos superiores e inferiores, e consecutivamente os inferiores deveriam ser aperfeiçoados pelos superiores. Essa teoria trouxe a ideia de padronização em muitos aspectos, mas o principal foi a padronização da cor, onde o negro era julgado como inferior. (FRANÇA; SÁ, 2003, p. 2).

comum como “a continuação entre o físico e moral, com a hierarquia biológica que colocava os europeus ocidentais no topo da pirâmide”. Entretanto, nas reflexões das elites políticas a noção de raça aparecia de modo discreto, implícito e ou dissimulado (COSTA, 2014, p. 1-2). Isto é, as vezes se falava em cor, em diferença social, ou hierarquia, mas não necessariamente raça no sentido antagônico. Costa defende ainda, que esse modo de reflexão discursiva “discreta, implícita e dissimulada” era exatamente o caso de Joaquim Nabuco. Isso porque, no momento histórico de Nabuco e para espécie de agir intelectual e político, quem quisesse ser representante da nação teria que seguir as regras para tal e manter uma postura de intelectual da elite quando envolvido em discursos públicos e temas polêmicos (como escravidão, abolição e raça, por exemplo). Ou seja, havia uma linguagem comum para os políticos da elite, e a utilização de um vocabulário mais ameno na tentativa de evitar confrontos e amenizar antagonismos era parte das regras dessa linguagem. Nesse ponto, atribuindo a visão do historiador Honório Rodrigues (1965) Costa afirma que essa pose harmônica inserida na fala e na escrita era uma característica adquirida pelas elites brasileiras do XIX, assim como o ato de *conciliação* como uma regra fundamental para organização do espaço político (COSTA, 2014, p. 4).

Acreditamos, portanto, que quando Nabuco propõe em seu livro discursa sobre uma transformação do escravizado em cidadão brasileiro, é daí que podemos notar a presença de uma construção harmônica e de conciliação em sua retórica. Isso porque, para ele, a cidadania dos cativos só seria possível através da não violência, do não confronto, da atenuação do embate entre os brancos, que seria a elite, e as pessoas negras escravizadas que não faziam parte da elite. Por outro lado, como salienta Ricardo Salles (2002), por mais que Nabuco tivesse uma perspectiva de integração do negro e dos libertos à cidadania, a forma como isso poderia ocorrer pós abolição não fica notadamente claro no livro *O Abolicionismo*. Assim, pensamos que o empreendimento de Nabuco em um discurso ameno que pregasse a não violência, foi pensado justamente para atrair a atenção emocional dos representantes da nação em um momento decisivo para o país.

Nesse sentido, se valida a enorme preocupação em expor a ausência de ódio, de confronto, de rebeldia, de enfrentamento por parte das pessoas escravizadas, algo que ele faz durante todo o livro. Isto é, pela sua retórica percebemos que na visão de Nabuco era extremamente importante e efetivo que seu discurso estivesse voltado a exposição dos sentimentos das pessoas escravizadas para com os senhores e para com o sistema escravista, e

quais eram as atitudes dos senhores de escravos frente as pessoas escravizadas. Por isso ele menciona aquela questão de “senhor bom” e “senhor mal”. É nesse ponto que o pernambucano deposita sua estratégia retórica na representação da necessidade de um cenário social harmônico. Ele fantasia uma sociedade sem violência mesmo em torno de um sistema que causava enormes problemas, para que a reparação social (que seria a inserção do negro como cidadão, o apagamento e esquecimento do que foi a escravidão no país e o desenlace rumo ao progresso) fizesse sentido.

Sendo assim, percebemos que a retórica da simpatia de tom persuasivo de Joaquim Nabuco é fortemente próxima daquele tipo discursivo científico de especulação, que envolveu as pessoas negras em adjetivações, em descrição dos seus sentimentos de maneira especulativa e em analogias com figurações relacionando a cor da pele ao sangue por exemplo. Como quando ele diz que “o principal efeito da escravidão sobre a nossa população foi, assim, africanizá-la, saturá-la de sangue preto[...]” (NABUCO, 2000, p. 97). É por conta desse modo retórico que olhamos para a característica particular de que o discurso de Nabuco ainda que denominado abolicionista e o projeto posteriormente conhecido como grandioso de reparação nacional como pregado por ele, é preenchido também por racismo. Um racismo um tanto mais dissimulado com argumentação que insinua benevolência e compaixão, mas, contraditória e mantida sempre na premissa de salvar a nação do atraso da civilização.

Como já visto por Hilton Costa (2014), Nabuco tinha grande preocupação com a evolução da nação e demonstrou isso também quando se manifestou contra a imigração chinesa para o Brasil como substituição da mão de obra escrava, na ideia de que a raça chinesa iria “mongolizar” o país, isto é, na visão de Nabuco “a civilização e a raça chinesa tenderiam a “engolir” a brasileira”, pensamento que estava de encontro às teorias de raças em voga na época, como aquela de que falamos, centrada na ideia de evolução de raças e ou civilização mais e menos avançada. Para Costa, essa preocupação de Nabuco e a crença em evolucionismo “estaria em consonância com o pensamento corrente no século XIX e que fora sintetizado, em alguma medida, pelo Conde Gobineau” filósofo francês e teórico do racismo científico (COSTA, 2014, p. 8).

Por suporte, fazemos nossas as palavras de Costa ao dizer que uma análise voltada a verificar esse modo de “reflexão em Nabuco não significa necessariamente afirmar que ele era um evolucionista ou um gobineauriano, mas sim informar que o deputado pernambucano comungava das ideias de sua época e que ele utilizava a linguagem comum e normativa do

momento.” (COSTA, 2014). Isto é, Nabuco utilizava uma linguagem se apresenta um discurso de inferiorização racial, mas de maneira elaborada sob uma retórica da simpatia na intenção de incitar a compaixão para validar a causa que ele queria apresentar. Desse modo, pensando no que diz respeito as pessoas negras escravizadas, parece-nos claro que a retórica persuasiva de Joaquim Nabuco no livro *O Abolicionismo* (1883), também se aproximou daquilo que já vinha sendo dito sobre raça, porém de maneira mais implícita.

Ou seja, por mais que a retórica de Nabuco apresente a defesa de que a abolição acabaria com o sofrimento das pessoas escravizadas, ainda assim ele as descreve como vítimas indefesas, o que valida seu lugar de advogado. É fato que as pessoas escravizadas não eram inferiores, e existem inúmeros trabalhos que abordam suas lutas e resistência, movimentações e as formas de sobrevivência em meio as imposições da escravidão.¹⁹ A existência dessas pesquisas não apenas nos servem de base para compreensão do papel das pessoas escravizadas naquele período, como também para nos questionarmos: qual a imagem das pessoas escravizadas pela ótica de Nabuco?

Por nossa análise, percebemos que pelas palavras de Nabuco uma das representações que ele enfatiza sobre os negros escravizados seria como sujeitos ‘embrutecidos’ pela escravidão, termo bastante comum em discursos racistas da época para se referir aos negros. Em sua retórica, o termo ‘embrutecido’ aparece colocando a escravidão como a causa do embrutecimento, ele afirma que a escravidão serviu para “*embrutecer os escravos*” (NABUCO, 2000, p. 115, grifos nossos). Ou seja, era assim que ele fantasiava o escravo, como um ser embrutecido que quer dizer “semelhante a um bruto”, embrutecer seria “tornar-se como selvagem, grosseiro e rude”. Ao passo que bruto quer dizer “animal irracional”; brutal, grande em forças. Feio, má”, “que não tem uso de razão” (SILVA, 1890; SILVA, 1823). Ao que parece, Nabuco empreende uma retórica com vias de culpabilizar de algo a escravidão, isto é, a escravidão seria culpada de embrutecer o escravizado, mas a palavras que ele escolhe é para se referir aos escravizados. E aí está sob seu olhar a imagem bem fichada, aquela que finaliza a descrição do sujeito como de escravo-bruto-selvagem-irracional. E o que se fazia com um sujeito embrutecido pela escravidão? Controlaria por ele seu futuro, tentaria falar por ele em seus projetos, e construir por ele caminhos de reivindicação de liberdade, cidadania e direitos.

¹⁹ Algumas das referências são: MATTOS, Hebe Maria, 1998; SLENES, 1999; CARDOSO, 1988; CHALHOUB, 1990.

Propomos a reflexão de que essa retórica da simpatia de Nabuco que mirava no fim da abolição e na luta pelo progresso, e que descreveu as pessoas escravizadas como indefesas. Descreveu também uma posição e ou lugar e especulou o comportamento e a representação de sentimentos daquelas pessoas, como quando ele se refere a elas como seres de coração resignado, sem esperança e que não tinham ódio (NABUCO, 2000, p. 17;20). É como um jogo “de palavras doces e amargas que dificulta a identificação do racismo” (KILOMBA, 2019, p. 155). Nesse caso o preconceito não fica claro, fica enlulado em uma retórica de compaixão. Importante lembrar que o vocabulário escolhido por Nabuco é para o convencimento, afinal trata-se de uma propaganda abolicionista, assim, a análise que trabalha com a observação das ideias de Nabuco expressas por meio da escrita procura abordar o que é dito e o que está por trás do véu retórico dessa propaganda que se diz benevolente e defensora das pessoas escravizadas.

Compreendemos que na retórica do abolicionista ressoa o sequestro e a manipulação da potencialidade de revolta, de reivindicação e de protesto das pessoas escravizadas quando ele as descreve como resignadas e indefesas. Ao dizer que só por meio dos advogados gratuitos elas poderiam reivindicar seus direitos e conquistar a liberdade, ele coloca a si e aos abolicionistas como ajudadores e assim o discurso poderia ser mais aceito, ou poderia fazer sentido considerando que ele faz toda uma abordagem imaginária sobre como as pessoas escravizadas sentiam, ou não sentiam. No entanto, esse tipo de discurso é o mesmo que dizer, com outras palavras, que aquelas pessoas não poderiam falar, mas não no sentido de articular a fala, mas sim pela negação do espaço de falar dentro do regime vigente, repressivo, colonialista, segregador e racista (KILOMBA, 2019, p. 47), ou seja, não poderiam falar dentro do projeto dele que caminhava pelas vias parlamentares pois era melhor que se mantivessem em estado de resignação.

Por mais que um discurso racista se apresente de modo sutil e complexo, os princípios gerais que constituem esse discurso são simples e identificados por estratégias como, a ênfase positiva em “nós”, a ênfase negativa em “eles”, assim como, pelo desenfaturar o positivo de “eles” e desenfaturar o negativo de “nós” (Van Dijk, 2007, p. 28). Além dessas, pode-se ver o uso de metáforas e ou expressões negativas, hipérboles negativas, ou mesmo exagero de linguagem para demonstrar a propriedade negativa de quem se fala. Estratégias discursivas que apresentam a maneira pela qual aquele que discursa escreve sobre “eles”. Na retórica racista de Nabuco, esses elementos discursivos aparecem, como vimos no nosso segundo capítulo, em

expressões como: “*homens sem defesa*”, para se referir às pessoas escravizadas, ou em “*A emancipação há de ser feita, entre nós [...] É assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades*”, frase utilizada para se referir onde as movimentações deveriam ser feitas. Ou mesmo quando ele fala “*A consciência neles pode estar adormecida, o coração resignado, a esperança morta*”, para se referir às pessoas escravizadas frente à escravidão. Do mesmo modo quando diz que “um tipo heroico de *abnegação e desinteresse*”, para falar do tipo do escravizado também frente à escravidão. (NABUCO, 2000, p. 17-20).

Assim dizendo, o que vemos é o uso de palavras que dão um sentido de falta, de morte, ou seja, seres sem esperança e de coração conformado. A consciência “deles” dorme, são desinteressados e abnegados. Todas essas palavras designadas às pessoas escravizadas com um certo eufemismo ao dizer “tipo heroico”, porém de abnegação e desinteresse. É certo que está tudo dentro de um contexto de informar quem eram aqueles defendidos pelos abolicionistas, como agiam e quais suas condições diante da escravidão. Entretanto, há uma escolha de termos específicos para adjetivar por exemplo o ‘coração’, a ‘esperança’, a ‘consciência’. De outro modo, vê-se o posicionamento do “nós” e do “eles” identificado por lugares. O “nós” ocupa o Parlamento. O “eles” ocupa o lugar de resignados e conformados.

Pode-se notar que o texto de Nabuco é constituído por uma retórica persuasiva e possui a representação negativa quando descreve, por exemplo, emoções e partes do corpo das pessoas escravizadas. Dessa maneira, compõe-se um modelo de pensamento tendencioso que relaciona as expressões utilizadas ao grupo ali descrito através de uma forma que generaliza e cria ideologias, representações e estereótipos negativos sobre o outro (Van Dijk, 2007, p. 30). A título de exemplo, quando Nabuco diz que o serviço dos abolicionistas seria uma “*doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar*” (NABUCO, p. 15, grifos nossos). Aqui ele não cita a cor da pele ao dizer sobre as duas raças, isso está implícito, mas ele diferencia a raça que doa da que faz trabalhar. Ou seja, há uma noção da diferença e a imagem da “raça que trabalha” é fixada como subordinada e a que “faz trabalhar” é fixada como dominante. Inegavelmente a escravidão era o sistema social de dominação e no livro Nabuco propõe o fim desse sistema pela abolição. Contudo, observamos aqui a noção de raça ligada à expressão “doação à raça que faz trabalhar”. Ou seja, ele expressa que a raça que trabalhava ‘doou’ este trabalho. Porém, se o sistema era de dominação não envolvia doação. Pode ser que ele se refira a um trabalho que não tinha salário em troca. Mas mesmo assim o termo “doação” condiz uma

transferência no mínimo voluntária, e o que ocorria não era doação era o roubo do trabalho braçal como uma imposição do sistema escravocrata. A impressão que se tem é que palavra “doação” parece amenizar o que se tratava a mão de obra escrava referida por Nabuco.

Compreendemos assim, que na retórica da simpatia de Joaquim Nabuco as estratégias argumentativas caminharam para o convencimento do leitor da efetividade e utilidade do abolicionismo. Dadas as circunstâncias, o abolicionismo não é descrito como uma ideia revolucionária, mas sim como uma simpatia ao que Nabuco chama de “problema do escravo”. Por outro lado, o autor também posiciona o abolicionismo como solução para as preocupações dos senhores, isto é, o medo de insurreição e a perda total dos meios de produção e sustentação do estilo de vida mantido pela escravidão. É nesse ponto que as afirmações de Nabuco sobre a incapacidade, fragilidade e abnegação das pessoas escravizadas aparece. Talvez como forma de acalantar a preocupação dos proprietários e pregar uma “paz”. Afinal, seres resignados, agradecidos aos ferros e que não sentiam ódio, não teriam forças para reivindicar algo por meio de levantes.

Por mais que a retórica de Nabuco venha na ideia de mostrar o abolicionismo como solução, a narrativa sobre os escravizados como sujeitos dóceis e resignados, é utilizada como suporte para persuasão e aqui o negro aparece como aquele marcado pela diferença. Como diz Jeronimo (2016), a gramática da diferença nomeada pelo racismo é o que sustenta o colonialismo, disseminando uma linguagem que organizou e reorganizou as formas de imaginar as relações sociais em escala global. Assim, a representação do negro escravizado como um ser diferente e com menores capacidades em relação ao branco, na forma discursiva organizou um vocabulário de manutenção da crença de que a diferença legitimaria a escravização dessas pessoas. Do mesmo modo, esse tipo de discurso não apenas preserva a fantasia que o branco destinou ao negro, como também informa em qual lugar o próprio negro estava perante a sociedade (KILOMBA, 2019, p. 199).

Por esse lado, considera-se que na escrita de Nabuco há uma proposta clara de fim do sistema perverso que foi a escravidão, e que após a morte Nabuco tenha ficado conhecido como um sujeito iluminado por essa realização e grande lutador pela causa negra, mas ainda assim percebe-se que sob o olhar, sob a boca, a fala, a linguagem de Nabuco e muitos outros cientistas, as pessoas negras foram muitas vezes apresentadas por suas características físicas através de expressões com indícios de brutalidade. Foram apresentadas como seres objetificados marcados pela sexualidade caracterizada como desregrada. Assim dizendo, mesmo em um discurso de um

político que quis de alguma forma contribuir para a libertação escrava, a retórica especulativa sobre a vida negra não ficou livre de preconceito e racismo. É claro que consideramos que esse era um pensamento contemporâneo que vinha sendo disseminado a partir das teorias científicas como vimos. Todavia, queremos nos centrar que a muito tempo, para usar as palavras de Fanon (2008):

O branco está convencido de que o negro é um animal; se não for o comprimento do pênis, é a potência sexual que o impressiona. Ele tem necessidade de se defender deste 'diferente', isto é, de caracterizar o Outro. O Outro será o suporte de suas preocupações e de seus desejos. (FANON, 2008, p. 147)

É como se o negro simbolizasse o biológico, fala-se da sexualidade, do sangue, que são quentes robustos, fortes (FANON, 2008, p. 144). A raça que aguenta, que não sente ódio, que se abnega. A ideia de Fanon nos ajuda a pensar o que viemos discutindo. Pois Fanon expressa tal perspectiva baseado no contexto de que na visão do branco o negro fica cerceado pela ótica de objeto, por isso foi e ainda é muitas vezes descrito daquela maneira. Para o filósofo, na visão do branco o negro estaria impedido de uma explicação ontológica, pois seu modo de ser e costumes estariam fora do que foi denominado como civilização. É daí que vem a ideia de seres infantis e resignados às imposições de uma cultura imposta pelo colonialismo.

Com essa reflexão compreendemos, em paralelo com as proposições de Grada Kilomba acerca da representação do negro no discurso racista (KILOMBA, 2019, p. 71-80), que em construções discursivas como essa retórica de Nabuco, as pessoas negras se tornaram visíveis pelo olhar e pelo vocabulário do outro. Ou seja, na escrita de Nabuco por exemplo, estaria impresso com suas palavras, com suas expressões, verbos e adjetivos que representavam as pessoas escravizadas na fantasia dele mesmo, mas também como algo que de alguma forma também poderia ser parte de um imaginário construído socialmente. Assim, a especulação do sofrimento e do comportamento das pessoas escravizadas são utilizadas na argumentação persuasiva de Nabuco para um interesse político pessoal, já que ele se apresentava em uma situação de vida favorável a investida num projeto que lhe conferisse um grau de credibilidade. Nabuco precisava por meio do seu livro convencer a classe política de suas ideias abolicionistas, do contrário não pagaria suas dívidas, como vimos no nosso primeiro capítulo.

Para convencer o público valia até falar de benevolência, algo que Nabuco expressa ao dizer que o escravo poderia ser feliz nas mãos de um “bom” senhor, o que parece louvar uma louvação entusiástica sobre a bondade do senhor de escravo. Abdias Nascimento (2016), chamou de “mito” a ideia da existência do senhor benevolente de que o escravo vivia bem de

algum modo no sistema perverso da escravidão. Nessa perspectiva, Nabuco constrói a ideia de um relacionamento harmônico e sem conflitos entre senhor e escravizado. Essa retórica de não violência e inexistência de ódio e antagonismos mascara uma realidade que não fazia parte de todo o sistema escravocrata, e desenha uma exploração mais aceitável no sentido de que o problema seria apenas a escravidão, era ela que deixava o senhor mal a cometer violência contra o escravizado, assim como era ela que levava o escravizado a cometer algum crime. A escravidão é culpabilizada em todo o livro de Nabuco, ou seja, acabando com ela de forma imediata acabaria também o ciclo de violência por ela gerado. Mas afinal, quem mantinha a escravidão? A escravidão era um sistema mantido por pessoas e não uma entidade ou personalidade a que se pode atribuir culpa para desviar o foco do problema.

E ainda que Nabuco tente argumentar a passividade, resignação e ausência de ódio nas pessoas escravizadas, elas não eram seres totalmente passivos que não sentiam ódio ou não expressavam da maneira como ele imaginou ou quis representar, “os escravos não se transformaram em seres sem vontade, em objetos inertes entregues à anomia. Eles certamente lutaram contra a escravidão: resistiam, escapavam e se revoltavam de todas as maneiras” (LIMA, 2005, p. 309). Ainda que por outro lado Nabuco busque descrevê-los como seres embrutecidos como resultado do mau causado pela escravidão, uma estratégia retórica no intuito de focar na imoralidade da escravidão, algo que era premissa de boa parte da propaganda do abolicionista, ainda assim seu discurso ecoa sob um imaginário social de construção de uma estereotipização dessas pessoas e de seus comportamentos.

Um tanto diferente do que é representado, do modo como a expressão é colocada a resignação ou passividade das pessoas escravizadas não advinha de uma aceitação da escravidão de maneira voluntária. É um mito a crença de que não haviam protestos por parte dos escravizados por terem se resignado e perdido as esperanças frente ao sistema imposto. Uma das formas de manifestação que poderia ilustrar o contrário da resignação tão falada por Nabuco era a recusa da condição de escravo por meio do suicídio, ou mesmo o protesto não violento através do *banzo* como rejeição as imposições da escravidão. O *banzo* era caracterizado pelo estado de tristeza profunda, pelo acometimento de uma dor pela existência aterrorizante da vida sob a violência da escravidão. Abdias Nascimento (2016) afirma que nesse tipo de rejeição ao sistema escravista, a pessoa escravizada era afetada “por uma patética paralisação da vontade de viver, uma perda definitiva de toda e qualquer esperança. Faltavam-lhes as energias, e assim ele [o escravo], silencioso no seu desespero crescente, ia morrendo aos

poucos, se acabando lentamente.” (NASCIMENTO, 2016 p. 71). Ou seja, a tristeza a amargura e a melancolia profunda acometia o espírito, a alma e o corpo daquelas pessoas, e por isso muitas vezes morriam protestando silenciosamente. O que queremos sinalizar é que o *Banzo* que denominava a morte pelo acometimento da tristeza profunda também era um tipo de insurreição dos escravizados que de acordo com Nascimento, junto aos crimes, fugas, e suicídio, percorria o Brasil inteiro desde o início da colonização até a Abolição da escravidão em 1888.

Com isso, acreditamos que não dá pra dizer, por exemplo, que Nabuco não reproduziu uma retórica racista por não haver uma consciência de raça, ou mesmo um debate conciso sobre racismo naquela época. Isso porque, como bem pontuou o historiador José d'Assunção Barros:

[...]a escravidão também foi vista como um sistema de Diferenças. A própria escolha do negro capturado ou comprado na África para objeto da escravidão representava essa pedra de toque no escravismo colonial. Racializada, a Escravidão poderia ser repensada como um sistema que absorvia uma “humanidade inferior”. O Escravo Negro, na verdade um Desigual, podia ser visto como um Diferente. Ao invés de encarar o cativo africano trazido ao Brasil como alguém que *está* escravo (uma Desigualdade) a ideologia escravista procurava enxergar o africano de pele negra como alguém que *é* escravo (uma Diferença). (BARROS, 2008, p. 200, grifos do autor)

O autor ainda salienta que a própria ação dos abolicionistas se fundou exatamente na percepção do tratamento diferenciado ao negro-escravo na sociedade brasileira, assim, a discussão abolicionista seria encaminhada no âmbito da desigualdade.

Como dissemos, ao longo de nossa pesquisa nossa intenção não foi de demonizar a figura de Joaquim Nabuco e colocá-lo no mesmo lugar do que chamaríamos de racistas do nosso tempo. Nosso intuito foi colocar em evidência que a retórica da simpatia de Joaquim Nabuco na obra *O Abolicionismo* (1883) confere uma certa ligação ao tipo de linguagem comum da época, uma linguagem discursiva científica racista e especulativa sobre as pessoas negras e sua subjetividade, sentimentos, traços físicos. Fica evidente que em todo seu discurso Nabuco usa de estratégias para construção da linguagem. E vale ressaltar que naquele contexto ele possuía a fala, isto é, a facilidade de falar dentro da ordem vigente. Ou seja, dado o cenário em torno de sua vida, Nabuco precisava de um trunfo político para engrenar o sucesso, e o recurso da linguagem com a retórica persuasiva seria uma ferramenta útil ao exercício do poder e da possibilidade de atender suas insatisfações pessoais.

Compreendemos assim, que com o cenário da movimentação abolicionista que se desenhava no Brasil, o desterro “forçado” de Joaquim Nabuco para Londres e as tentativas

políticas de permanecer ativo no movimento brasileiro, nota-se que Nabuco foi um sujeito do seu tempo com suas ambições, intenções políticas pessoais e teve uma conduta por um lado positiva representando uma atitude humanizada em defesa das pessoas escravizadas. Entretanto, ele não estava isento de reproduzir racismo assim como os outros sujeitos da sua época. Nabuco fazia parte de uma sociedade em que a diferenciação racial estava expressa no sistema que era base de sustentação do país, e sua escrita nos mostra que o racismo é tão presente em suas palavras quanto a utilização da retórica da simpatia para persuasão da efetividade do abolicionismo. Sendo assim, por mais que Nabuco tenha ficado conhecido posteriormente como “salvador dos negros” e líder do movimento abolicionista, o que nos faz pensar que sua retórica teve algum espaço e foi capaz de diferenciá-lo dos demais abolicionistas mesmo depois de sua morte. Ainda assim não corroboramos com a ideia de não pontuar o racismo em sua fala.

Ao olharmos as palavras de Nabuco e a preocupação dele em apagar os vestígios do sistema que, segundo ele, manchava a honra do país, refletimos o quão importante é para a história e memória da escravidão a análise dessa escrita persuasiva que reproduziu a demarcação de pessoas como inferiores e teve por muito tempo passe livre de legitimação. Com essa narrativa Nabuco se insere em uma linha discursiva preconceituosa do discurso que negou a existência de racismo no país, imputando uma ideia de conformidade por parte do outro e de compaixão advinda daqueles que se puseram a defesa, numa espécie de racismo positivo. O discurso racista persuasivo situa o problema do modo que o discursante deseja, assim melhor legitima as “soluções oferecidas” (CÉSAIRE, 2020, p. 10). Sua fala cria imagens e equilibra uma falsa harmonia, uma linha que tenta controlar e organizar as relações de poder. Essa é a realidade do racismo colonial no qual as pessoas negras escravizadas tornaram-se “visíveis através do olhar e do vocabulário” (KILOMBA, 2019, p. 73) do sujeito que escreve e descreve, representadas fantasmagoricamente e parcialmente para toda a nação e seus representantes.

As circunstâncias em meio a produção do livro de Nabuco mostram que ele estava preocupado com uma certa mudança de vida e queria se inserir na propaganda abolicionista a todo custo angariando daqui e dali apoio para suas ideias. Como bem defendeu Hilton Costa em análise anterior a nossa, no livro *O Abolicionismo* ficou claro que “o combate à escravidão promovido por Nabuco não se deu tão somente por simpatias pela raça negra e ou pelas pessoas escravizadas em si”, pelo contrário, o investimento em uma “defesa” dos que sofriam com o sistema opressor se fez “principalmente porque a escravidão envergonhava o Brasil perante as

demais nações livres do mundo, imobilizava os capitais e colocara o país nas mãos dos comerciantes de pessoas escravizadas” (COSTA, 2014, p. 11).

Por isso a utilização de uma retórica alarmante apontando o peso moral da escravidão. Ao que parece Nabuco queria o progresso e civilização a todo custo, mas que civilização haveria de ser essa? O que se nota é que esse tipo discursivo também serviu para manutenção de uma representatividade imaginária da figura do negro até os dias atuais, até a civilização atual. Um problema que ainda vivenciamos e que muitas vezes é negligenciado, negado, colocado de escanteio ou dado como resolvido. Mas, sabemos que a análise empreendida em nossa pesquisa e os outros demais estudos que visam uma compreensão maior e mais aprofundada dos meios pelo quais o racismo funcionou e ainda funciona, ocorrem em uma civilização futura a de Nabuco. Contudo, uma civilização que por vezes opta “por fechar os olhos para seus problemas mais cruciais”, como diria Aimé Césaire é essa uma civilização doente. (CÉSARIE, 2020, p. 9).

Será que a civilização imaginada por Nabuco seria essa nossa? Pois se fosse, poderíamos dizer que é essa ainda uma civilização adoentada e certas instâncias. Por muitas vezes postergar o debate antirracista e em prol da dignidade roubada das pessoas negras. Seria nossa civilização então talvez com um passado mal resolvido com memórias que ainda nos assombram, e como bem colocado por Grada Kilomba, a memória invasiva do passado escravocrata nos assombra exatamente “porque foi enterrada indevidamente” (KILOMBA, 2019, p. 223). Aqui o passado coexiste com o presente e vice e versa. De certo modo, a proposta de Nabuco quanto ao fim da escravidão e apontando uma ideia de reparação social foi singular. No entanto, não podemos deixar de notar a particularidade do olhar de Nabuco sobre a situação e sobre as pessoas escravizadas, as pitadas de reprodução de pensamento racista e preconceituoso em relação ao comportamento e sentimento daquelas pessoas. O fato de se valer de inúmeros argumentos e formas morfológicas muitas vezes contraditórias para convencimento de seu projeto abolicionista como solução ao progresso da nação, mostra um pouco de seu pensamento sobre os negros.

De modo geral, podemos compreender o discurso racista como envolvido em uma rede que estabelece elementos como, arranjos argumentativos, medidas regulatórias e administrativas com considerações científicas, filosóficas e morais. Todos estes elementos de estratégias para manutenção das relações de poder. Seria essa então a função do discurso, a partir do momento em que é enunciado controla e organiza as relações de poder. Uma normativa

que define o certo, define o errado, o normal, o diferenciado. E o discurso de inferiorização de raça tem a função de estabelecer estereótipos definidores das relações. Neste sentido, torna-se um poder que disciplina sem a necessidade de uma figura de liderança, o discurso se mantém e permeia a regra, a norma de maneira naturalizada (FOUCAULT, 2010, p. 22-31). Por esse modo, vemos que o racismo na fala de Nabuco também se manifestou pressupondo algo positivo, como racismo positivo²⁰ que seria a preocupação em “salvar” os seres determinados como incapazes, da incivilidade.

Poderíamos então nos questionar qual a importância da análise de um discurso como o de Joaquim Nabuco? É possível dizer que na retórica de Joaquim Nabuco, a ontologia das pessoas negras escravizadas estaria sendo negada, e a cultura, o fenótipo foram elementos colocados em questão através da linguagem, especulados por meio de uma retórica persuasiva de inferioridade e negatividade desses seres. Sim, retórica especulativa pois o que percebemos é que no imaginário de Nabuco o negro escravizado era objeto de especulação, de destinação de adjetivos na maioria das vezes indicando falta de capacidade de resistência, e entrega total às adversidades do sistema opressor. No imaginário de Nabuco o negro escravo era resignado, sem esperança, livre de ódio e embrutecido. Sendo assim podemos dizer que o tipo discursivo do intelectual Joaquim Nabuco no intuito de mostrar a urgência em abolir a escravidão para que o progresso fosse realizado e os problemas da nação resolvidos, forneceu suporte para a manutenção do racismo pela via da simpatia e da compaixão, ou seja, um racismo velado, um racismo implícito em uma retórica de defesa da causa do oprimido. Mas nesse caso, dentro do discurso de defesa do oprimido o racismo se fez argumento.

²⁰ Sobre discriminação positiva ver: ALMEIDA, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bom lembrar que a pesquisa em Joaquim Nabuco se converte em um desafio, pois corremos o risco de sermos repetitivos e de não acrescentarmos algo novo à análise e compreensão do indivíduo, sua escrita e os entrelaçamentos com o momento histórico social em contexto. Joaquim Nabuco foi um sujeito bastante estudado não apenas no campo da história, mas em várias áreas do conhecimento, o que nos relega mais de uma forma de interpretação de sua imagem e de suas ações na política brasileira. Nabuco e sua escrita torna-se para nós uma matéria prima para composição de uma reflexão histórica sobre a representação das pessoas escravizadas em sua obra, assim como sobre a sua produção discursiva visando convencimento pelo abolicionismo. Para além da relevância social, teórica e histórica que se tem ao efetuar uma pesquisa de análise da retórica de uma figura que por muito tempo foi considerada exemplar em termos de empenho pela abolição, nossa pesquisa também objetiva empreender uma reflexão que podemos chamar de histórica e filosófica sobre o discurso abolicionista persuasivo de Joaquim Nabuco, assim como socializar uma percepção original sobre a escrita do abolicionista a partir da retórica da simpatia como categoria analítica.

Por outro lado, pesquisas já realizadas sobre Nabuco contribuem para ampliar nosso olhar em torno da questão aqui proposta. Acreditamos na possibilidade de que a realização analítica na história, questionadora e problematizadora pode colocar em evidência o modo de construção retórica pelo qual foram narradas pessoas que por muito tempo foram consideradas sem história, ou que tiveram sua memória envolta em tentativas de apagamento e soterramento dos vestígios de suas culturas e singularidades. É de todo exposto que não somos as vozes das pessoas escravizadas e não há a intenção de dar voz àqueles que acreditamos já tê-las possuído. Defendemos por outro lado, que através da pesquisa mesmo que seja um tema bastante estudado, a historicidade intrínseca de um período marcado por um sistema perverso e da linguagem manifestada como propaganda persuasiva em defesa de uma causa, possam novamente ser discutida visando a possibilidade da produção analítica por outras abordagens.

Nossa análise buscou mostrar a forma discursiva da retórica da simpatia e as sutilezas que demonstram uma linguagem de inferiorização racial utilizada por Nabuco no livro *O Abolicionismo* de 1883. Do mesmo modo, propomos uma reflexão não apenas de que a ideia de “salvador dos negros” pode cair por terra quando vemos que Nabuco é um sujeito do seu tempo com seus interesses políticos, inserido em um contexto e parte de uma sociedade em que

o discurso racialista foi legitimado. Mas também, perceber que ele apela para uma retórica formulada estrategicamente no intuito de convencer o público da efetividade do abolicionismo e da urgência em abolir a escravidão utilizando argumentos variados hora voltados à especulação dos sentimentos das pessoas escravizadas e de uma possível compaixão, hora convocando o leitor a pensar na vergonha que o país se encontra e na solução e na solução para a restituir a honra brasileira.

Vale a ressalva, que a menção de Nabuco como sujeito ilustre grande reformador e “salvador dos negros”, é posterior à sua existência e muito se deu apenas no século XX e XXI. Foi papel de várias biografias como citamos na introdução, a marcação de Nabuco nesse lugar de grande abolicionista precursor e líder do movimento. Sobre a grandiosidade do texto de *O Abolicionismo* (1883) também levantada por alguns estudiosos, poderemos ver como ocorreu a partir da apresentação das edições da obra de Nabuco ao longo dos anos. Algumas das edições do livro *O Abolicionismo* publicadas e republicadas em datas comemorativas por exemplo, são antecedidas por um texto de apresentação, algo de que falaremos agora antes de concluirmos, e que demonstra o modo pelo qual o texto de Nabuco foi exaltado como peça central no que concerne o discurso abolicionista do século XIX, e grande projeto de reforma social.

Algumas edições de *O Abolicionismo* publicadas no século XXI, tem no texto de apresentação a descrição de Nabuco como sujeito ilustre e principal mentor da abolição. Outro ponto interessante é que, essas apresentações tem em comum a ênfase na atualidade de Joaquim Nabuco e de seu projeto de reforma social especificamente na obra que aqui foi estudada. Em uma edição publicada pela Câmara dos Deputados em 2019 por exemplo, Rodrigo Maia então presidente da Câmara na época, menciona no texto de introdução do livro sobre a atualidade do projeto de Joaquim Nabuco e a magnitude de suas obras para, segundo Maia, a “compreensão dos problemas nacionais” (MAIA, 2019, p. 8). Esta edição publicada pela Câmara possui três apresentações sobre Joaquim Nabuco, a de Rodrigo Maia é a primeira, e a segunda é de Marco Lucchesi presidente da Academia Brasileira de Letras em 2019. Em seu texto, Marcos Lucchesi também acentua a atualidade de Nabuco e afirma que as obras do pernambucano “parecem escritas no presente” (LUCCHESI, 2019, p. 9). A terceira apresentação é feita pelo historiador Evaldo Cabral de Mello, que identifica o livro *O Abolicionismo* como primeiro texto “a articular uma visão totalizadora da nossa formação histórica” (MELLO, 2019, p. 12). Ainda na mesma edição publicada pela Câmara em 2019, além dos três textos de apresentação que reforçam a imagem de Nabuco como extremamente atual pela compreensão dos problemas nacionais, vem

acompanhada ainda de um posfácio escrito pelo Deputado Federal Enrico Misasi que encerra a edição nos lembrando que Nabuco deve ser visto como o líder parlamentar da abolição, e reitera sobre sua “personalidade política caleidoscópica”. E acena ainda como forma de recomendação “que Nabuco seja para nós um exemplo de brasileiro e de homem político” pelas grandes investidas na causa abolicionista (MISASI, 2019, p. 70).

Outra edição de *O Abolicionismo* que podemos mencionar e que no texto de apresentação também aparece a imagem de Nabuco como sujeito ilustre e atual, é uma edição especial publicada pela Folha no ano 2000, o texto de apresentação do livro de Nabuco é intitulado “*A atualidade de Joaquim Nabuco*” e foi escrito pelo historiador Leonardo Dantas Silva que denomina o livro de Nabuco como um conjunto de denúncias contra a sociedade escravista da época e uma “verdadeira profissão de fé”. O historiador defende ainda que Nabuco foi um grande líder e “Patrono da Raça Negra”, e diz que os malefícios causados na sociedade pela escravidão estão ainda presentes nos dias atuais.

O curioso é notar o modo como a figura de Nabuco é exaltada como “patrono” das pessoas escravizadas, quando sabemos que por mais que Nabuco tenha sido uma figura envolvida na causa pela abolição o fez também por seus próprios interesses e privilégios na ocupação do parlamento brasileiro, por exemplo. A imagem de sujeito “à frente do seu tempo” e extremamente admirado é uma construção posterior e que também teve ajuda do próprio Nabuco pelo enredo narrativo que fez de si na autobiografia *Minha Formação* (1900). Isto é, se posicionando como iniciador do movimento abolicionista. É claro que ele tinha seus admiradores e apoiadores na época, mas não há como desconsiderar que ele estava inserido na luta pela abolição em meio a outras figuras como por exemplo André Rebouças, Luiz Gama e José do Patrocínio e que a ideia de que seu livro era grandioso e conferia um olhar para todos os problemas nacionais é no mínimo forçada, já que como vimos o discurso de Nabuco parecia se preocupar muito mais com o crescimento econômico e progresso e não menciona, diferente de Rebouças, sequer a reparação de um grande problema da época como por exemplo a reforma agrária.

Trouxemos tais exemplos para entendermos um pouco de que modo o livro *O Abolicionismo* em edições recentes tem sido apresentada para o público, e percebemos uma recorrência da invocação da figura de Nabuco como excepcional e o texto de *O Abolicionismo* como atualíssimo. No entanto, é importante a compreensão de que o projeto abolicionista apresentado por Nabuco no livro por mais que possa ser visto como atual por ser uma denúncia

de problemas ainda existentes como assinalou Rodrigo Maia e Leonardo Dantas, deve ser pensado em seu contexto histórico e político levando ainda em consideração a própria vida de Joaquim Nabuco e o meio no qual estava inserido e o que fez com que escrevesse o livro.

Em nossa pesquisa, pudemos ver que o texto de Nabuco é constituído por uma linguagem particular que busca incitar a compaixão do público, ou demonstrar alguma preocupação para com a situação das pessoas escravizadas e da nação como um todo. Do mesmo modo que apresenta através de tal demonstração de preocupação, a importância do fim da escravidão. Outra ocorrência na fala de Nabuco é a ênfase na defesa de que o progresso só ocorreria com o fim da escravidão, e que a honra do país estava manchada por esse mau, o que demonstra também a necessidade de Nabuco como autor passar ao público leitor a urgência do fim da escravidão para reparação dos danos causados à economia e moral da nação brasileira. Se pensarmos na força do discurso político e propagandístico de Nabuco pela via da demonstração de simpatia para com a causa da abolição e do sofrimento das pessoas escravizadas na memória da abolição, nossa análise se potencializa por demonstrar que de alguma forma Nabuco teve algum êxito no que tange ao convencimento por escrever um texto carregado de persuasão e que em alguma instância até os dias atuais é apresentado por alguns como grandioso projeto abolicionista, de reforma social, e o seu autor como “Patrono da Raça Negra”, como disse Leonardo Dantas Silva.

Entretanto, buscamos através da análise da escrita desse sujeito, até bem pouco tempo atrás apresentado como grandioso no que diz respeito à abolição, colocar em evidência a importância da continuidade desse debate. Do mesmo modo, refletir sobre a expressa linguagem de inferiorização racial presente no projeto abolicionista de Joaquim Nabuco e, guardadas as devidas proporções, linguagem que ainda aparece em nossa sociedade muitas vezes nas formas de rejeição por meio de regras e ordenações institucionais, ou mesmo nas falas de governantes. Por outro lado, sabemos que ao lidarmos com conceitos raça e racismo para pensarmos a retórica de Joaquim Nabuco, nos colocamos no cerne da questão do tempo presente na pesquisa histórica. Há uma tensão entre análise do discurso do passado e o anacronismo. Neste sentido, pensamos em diálogo com Daniel Pinha Silva (2017) sobre a fuga do tempo presente como possibilidade de reflexão e não como determinação. Na tensão entre análise discursiva e anacronismo, propomos a utilização do discurso figurado no passado como uma possibilidade de revisitar e referir questionamentos que talvez ainda não tenham sido feitos naquela época. Aquilo que pode ser chamada de “anacronismo controlado”, uma forma equilibrada de

manutenção do tempo presente que é inevitável, “na escrita da história, sem que tal presença represente o congelamento da experiência humana no tempo, a partir dos critérios moldados exclusivamente pelo tempo presente da enunciação do discurso historiográfico” (SILVA, p. 101-3).

A guisa de conclusão, vale o destaque que os conceitos aqui abordados servem como ferramentas de análise, mas procuramos abordar o passado respeitando os limites de tempo e espaço dos acontecimentos, assim nossa análise convida ao exercício de olharmos a escrita Nabuco de maneira a ampliar nossa consciência histórica da escravidão. Do mesmo modo, ao estudar um discurso com olhar crítico estamos conscientes social e politicamente, que a pesquisa reflete o compromisso da historiadora que vos escreve para com a sociedade na perspectiva de evidenciar como uma estrutura discursiva, advinda de uma figura representante de uma elite dominante do século XIX, contribui e corrobora à reprodução e manutenção do racismo na sociedade.

Pudemos ver, como Nabuco se esforça para criar um imaginário das pessoas escravizadas como vítimas e indefesas que precisariam dos “advogados gratuitos” para reivindicarem seus direitos. Imaginário que acabou implicando num ideal político: o de libertar o país da vergonha e do atraso civilizacional. Um ideal de futuro que chegou na forma de exclusão, violência e desamparo. O discurso de Nabuco era de liberdade que no início ele diz ser de liberdade para as pessoas escravizadas, mas com a construção da retórica e da sequência dos capítulos e argumentos que vai apresentando na obra, o abolicionismo se desenrola como uma proposta irrecusável de libertação da nação do atraso frente ao progresso. Irrecusável no sentido da construção argumentativa que ele elabora nessa intenção. Assim, o enredo discursivo do racismo se apresentou como uma ferramenta necessária à descrição das pessoas escravizadas de forma a representa-las como inferiores para justificar e legitimar a efetividade da proposta e da urgência em colocá-la em prática. Ou seja, a linguagem da inferioridade empreendida para descrever os “outros” que Nabuco menciona, confere à narrativa uma presença como forma de passar ao leitor um domínio sobre o que se quer apresentar. Quase uma ideia de controle pela submissão, quanto de aniquilamento pela inferioridade.

No que tange à reflexão sobre racismo por nós apresentada, é relevante considerar que algumas das referências utilizadas para dialogar com nossa argumentação são posteriores ao tempo de Joaquim Nabuco. Alguns dos nomes trazidos para o debate como por exemplo Frantz Fanon (2008) e Grada Kilomba (2019) que abordam o tema da raça na perspectiva também de

problematizar o racismo discursivo, escreveram em tempos diferentes. Contudo, cruzamos tais teorias por acreditarmos que Fanon e Kilomba se referem às formas de colonização do pensamento que contribuíram para a construção e manutenção das narrativas racistas e racialistas. E apesar de falarem sobre diferentes épocas e lugares, os mesmos falam sobre os modos pelos quais o discurso racista foi construído, mas que são maneiras similares em vários países. Sendo assim, é possível utilizarmos de suas visões (Fanon e Kilomba) quando nos referimos à um tipo de produção discursiva em que o corpo do negro apareceu sob a ótica do outro (branco) como sujeito diminuído de suas capacidades, isso na perspectiva de demonstrar a viabilidade de uma ideia que é defendida na retórica.

Como bem disse Koselleck (2014), a história é uma ciência da experiência e pensando nisso praticamos aqui a experiência de pesquisar e incitar novos questionamentos e caminhos sobre como pensar o tema e os conceitos abordados gerando também novas hipóteses. Buscamos de alguma forma estimular uma discussão sobre a reprodução histórica do racismo discursivo na escrita do abolicionista Joaquim Nabuco que dialoga e reforça o discurso científico racista do século XIX. Sabemos que muitas coisas mudaram socialmente com relação ao preconceito racial e daria pra dizer que tivemos alguns avanços nessa questão inclusive na ocupação dos espaços sociais por sujeitos antes considerados inadequados, o que com certeza contribui para uma maior amplitude de alcance do debate que problematiza as reproduções do racismo estrutural que é uma realidade. Entretanto, acreditamos que a manutenção e exaltação de uma retórica que visa persuasão, como a de Nabuco, por meio da utilização dos sentimentos e experiências do outro posicionadas como estratégia de captar atenção e emoção do leitor, beneficia aquele que disserta e que é integrante de um determinado grupo social, podendo criar uma imagem estática do grupo a que ele se refere por meio da criação e disseminação de imagens negativas e estereótipos.

Nesse caso, as imagens negativas são das pessoas escravizadas e muito parecidas com aquelas elaboradas nos discursos científicos para legitimar o escravismo por meio da inferiorização da raça negra. Ou seja, poderíamos pensar que converter os corpos considerados inferiores como inimigos, estranhos e incapazes foi, e ainda é uma prática política social que permite a justificativa do exercício do poder, da ordem, da ciência, da busca pelo progresso. Nos dias atuais se diz “matou-se, pois, era inimigo”; “prende-se, pois, era inimigo”. Para o tempo de Nabuco poderia justificar: “falou-se daquele modo pois as pessoas escravizadas eram mesmo vítimas indefesas” necessitadas de salvação. Sendo assim, ficamos com Bueno na ideia

de que os conceitos de *raça* e de *racismo* podem até fazer “parte de uma narrativa imaginária, [mas] seus efeitos sobre o mundo são [e foram] muito reais” (BUENO, 2020, p. 106).

Com isso, tratamos de deixar à mostra por meio de uma análise aprofundada na retórica de Nabuco, um pouco do fundo do passado escravista colonial, dos vestígios de inferiorização racial e falsa harmonia reproduzido na sua forma discursiva. Concordando com Koselleck sobre o exercício da história, ao mergulharmos no passado ultrapassando nossas vivências e memórias conduzidos muitas vezes por inúmeros questionamentos “mas também por desejos, esperanças e inquietudes”, nos deparamos “primeiramente com vestígios, que se conservaram até hoje, e que em maior ou menor número chegaram até nós (KOSELLECK, 2006, p. 304).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Periódicos

Gazeta da Tarde, janeiro 1883 a dezembro 1884.

Jornal do Comércio, outubro de 1883 a maio de 1884.

Acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindin

NABUCO, Joaquim. *Obras completas de Joaquim Nabuco (Volume 13) Cartas a amigos (Volume 1) Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco*. Instituto Progresso Editorial: SP, 1949.

NABUCO, Joaquim. *Obras completas de Joaquim Nabuco (Volume 13) Cartas a amigos (Volume 2) Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco*. Instituto Progresso Editorial: SP, 1949.

PATROCÍNIO, José do. *Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro*. Typ. Da Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, 1883.

Acervo Senado

Manifesto da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Rio de Janeiro, 1880. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174443>.

Dicionários

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora: Empreza Litteraria Fluminense, 1890.

SILVA, A. de M. *Diccionario da língua portugueza*. Lisboa: Typografia M. P. de Lacerda, 1823.

PINTO, L. M. da S. *Diccionario da língua brasileira*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832.

Bibliografia

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo*. Travessia, ed. n°5, 2005.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. Movimentos abolicionistas. In: *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. SCHWARCZ, Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, p. 328-333, 2018.

ALONSO, Angela *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

ALONSO, Angela. “Ele era um liberal, não um socialista”. In: MORAES, Fabiana. *Nabuco em pretos e brancos: um olhar sobre o abolicionista e o racismo de um país onde o status embranquece negros – e, quando ausente, escurece a pele alva*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana; Jornal do Commercio, 2012.

ALONSO, Angela. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. *Tempo Social, Revista do Departamento de Sociologia da USP*, volume 24, nº 2, 2012.

ALONSO, Angela. *Escravidão de Circunstância: o repertório moral do escravidão e do abolicionismo brasileiros*. In: Seminário sociologia, política e história, mai. 2011.

ALONSO, Angela. *Flores, Votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, Angela. *Flores, Votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, Angela. Joaquim Nabuco: o crítico penitente. In: Botelho, André e Schwarcz, Lília. (org.). *Um enigma chamado Brasil: um país e 29 interpretes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALONSO, Angela. *O Abolicionismo Cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional*. Novos Estudos, CEBRAP, nº 88, nov. 2010.

ALVES, Sirlene Ribeiro. *Liberdade e instrução: o trabalho de João Clapp na luta abolicionista*. 9º Encontro de escravidão e liberdade no Brasil meridional. Florianópolis, SC, mai. 2019.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa, 2005.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. A recusa da “Raça”: Anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 11, n. 24, p. 297-320, 2005.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Batismo da liberdade: os abolicionistas e o destino do negro. In: História questões e debates. *Revista da associação paranaense da História*, ano 9, nº 16, p. 38-65, 1988.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: O negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Quem precisa de São Nabuco? In: *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, nº1, p. 85-97, 2001.

AZEVEDO, Elciene. “*Se negro sou, ou sou bode, pouco importa, o que isso pode?*”: inclusão e cidadania na pena de Luiz Gama. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães (orgs). *Pensadores negros - pensadoras negras: brasil séculos XIX e XX*. Editora: Fino Traço, 2020.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: A trajetória de Luiz Gama na Imperial Cidade de São Paulo*. Campinas, SP, Ed. da Unicamp, 1999.

AZEVEDO, Elciene. Para inglês ver? Os advogados e a Lei de 1831. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 29, Jan-Dez, p. 245-280, 2007.

BARROS, José D’Assunção. Emancipacionismo e abolicionismo *Cultura*, v. 25, 2008.

BETHELL, Leslie. Nabuco e O Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina. In: *Novos Estudos* nº 88 v. II p. 73-87, 2010.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos (Correspondência, 1880-1905). In: *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos (Correspondência, 1880-1905)* Capítulo de introdução. Rio de Janeiro: Topbook; ABL, 2008.

BUENO, Isabela Simões. *O inimigo no espaço colonial e o discurso sobre raça como operador bionecropolítico Kínesis*, v. XII, nº 32, p.102-111, julho 2020.

BURITY, Joanildo A. *Desigualdades e a abolição inconclusa. Impulso*, Piracicaba. 17(43), p. 21-31, 2006.

CAIXETA, Marcus Vinícius Gomes. *De Londres a Washington, da cidadania à soberania nacional: o anti-republicanismo, o pan-americanismo e o “projeto” de Joaquim Nabuco*. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CAREY, Brychan. *British abolitionism and the rhetoric of sensibility. Writing Sentiment and Slavery, 1760-1807*. New York: Palgrave Mac Millan, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo. *Saudade do escravo*. Folha de São Paulo, 2000.

CARVALHO, José Murilo de; BETHELL, Leslie. *Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos correspondência 1880-1905*. Rio de Janeiro: Topbook, 2008.

CASTILHO, Celso Thomas. “Ao Teatro Pelos Cativos!”: Uma História Política da Abolição no Recife. In: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson (org.) *História da Escravidão em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

CASTILHO, Celso Thomas. *Performing Abolitionism, Enacting Citizenship: The Social Construction of Political Rights in 1880s Recife, Brazil*. HAHR, v. 93, p. 377-409, ago. 2013.

CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (org.). *Tornando-se livres: Agentes Históricos e Lutas Sociais no Processo de Abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CELSO, Castilho; COWLING, Camila. *Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil*. Afro-Ásia, núm. 47, p. 161-197, 2013.

CÉSAIRE, AIMÉ. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Sebastian. *O que é a História Global?* Lisboa: Edições 70, 2019.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8º ed. São Paulo: Unesp, 2008.

COSTA, Hilton. *Joaquim Nabuco e a noção de raça nos anos 1880: Entre o agir político e o agir intelectual*. XII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RS. Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2014.

COSTA, Robson Pedroso. *Cotidiano e resistência nas últimas décadas da escravidão, Olinda, 1871-1888*. 2007. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: Ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Rio de Janeiro: Forense, 406p, 2011.

DANTAS, Carolina Vianna, MATTOS, Hebe, ABREU, Martha (org.). *O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

DAVIS, David Brion. *The problem of slavery in the age of revolution, 1770-1823*. Oxford: University Press, 1999.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero. *Controvérsias Evolucionistas no Brasil do século XIX*. In: Heloisa Maria Bertol Domingues *et al.*- Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 97-123, 2003.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 05-22, 2012.

DRESCHER, Seymour. Caminhos para a abolição. In: (org.) STOLZE, Ivana; Lima, GRIMBERG, Keila, REIS, Daniel Aarão. *Instituições nefandas: o fim da escravidão e da*

servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negreiro. In: SCHWARCZ, Moritz; GOMES, Flávio. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FREYRE, Gilberto. *Em torno de Joaquim Nabuco*. São Paulo: A Girafa, 2010.

GARCÍA, Antonio Rivera García. Koselleck y los márgenes estéticos de la historia: anacronismo, memoria y latência. *Revista de historiografía* n. 34, p. 183-208, 2020.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.10, n°20, p.211-232, mar.91/ago.91,

GRINBERG, Keila. Castigos físicos e a legislação. In: *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. SCHWARCZ, Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, p.144-148, 2018.

GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambigüidade: As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

GUIMARÃES, Eduardo. Ética e argumentação abolicionista: (anotações a um texto de José do Patrocínio). *Revista Rua*, Campinas, SP. Volume 26 – Número 1. Ahead of Print. Junho, 2020.

GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. (org.) *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HARTOG, François. *Crer em História*. Trad. Camila Dias. 1°ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HUNT, Lynn. *A invenção dos Direitos Humanos; uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KILOMBA, Grada. *Desobediências poéticas*. Curadoria Jochen Volz e Valeria Piccoli; Ensaio Djamila Ribeiro. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2019. (Exposição realizada na Pinacoteca de São Paulo, de 06 de julho a 30 de setembro de 2019).

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

KILOMBA, Grada. *Roda de Conversa Grada Kilomba e Djamila Ribeiro*. Pinacoteca de São Paulo, SP. 6 de julho de 2019. 1:45:05. Acesso em: 25 fevereiro de 2022. [LIVE]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ovSKrDLs9Ro&t=3616s>.

KLEIN, Herbert S. Demografia da escravidão. In: *Dicionário da escravidão e liberdade*. p. 185-194.

KOSELLECK, Reinhart. *Crer em História*. Trad. Camila Dias. 1ªed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora: Ed. Puc-Rio, 2006.

LARA, Sílvia H. (org.) Escravidão. *Revista Brasileira de História*. v. 8, nº 16, março/agosto 1988).

LEITE, Maria Jorge dos Santos. Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. Sankofa. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana* Ano X, Nº XIX, p. 64-82, agosto de 2017.

LIMA, Henrique Espada. *Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX*. *TOPOI*, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul/dez. 2005.

LIMA, Laís Rocha. *Entre história, boatos e Vendeias: a descoberta do homem sertanejo em Os Sertões*. Dissertação [Mestrado Estudos da linguagem] Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

LIRA, Jorge Buarque. *Joaquim Nabuco o homem e a ação, interpretação e crítica em torno de si a individualidade poliédrica de mistagogo do ideal*. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1991.

LOURAX, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (Orgs.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MACHADO, M. H. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo. In: Paula Porta (Org.). *História da Cidade de São Paulo: A Cidade no Império, 1823-1889*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos livres: A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MAMIGONIAN, Beatriz. *Os direitos dos libertos africanos no Brasil oitocentista: entre razões de direito e considerações políticas*. *História (São Paulo)* v. 34, n.2, p. 181-205, jul./dez. 2015.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. O Direito de Ser Africano Livre: Os Escravos e as Interpretações da Lei de 1831. In: Lara, S. H. & Mendonça, J. M. N. (orgs.). *Direitos e Justiças no Brasil*. Campinas, SP, Ed. da Unicamp, 2006.

MATEUS, Samuel. *Introdução à retórica no séc. XXI*. Covilhã: ed. Labcom-ifp. 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. Abolicionismo e formação da classe trabalhadora: uma abordagem para além do nacional. In: *Políticas da raça [Recurso eletrônico]: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil / organização Flávio Gomes, Petrônio Domingues*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. O Filho de escrava (Em torno da Lei do Ventre Livre). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 8 n°16 p. 37-55, mar.88/ago.88.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil - Séculos XVI-XIX*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 2016.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: In-1 edições, Cap.3: Diferença e autodeterminação, p. 143-184, 2018.

MEDEIROS, Claudio. ANDRÉ REBOUÇAS: a vida descolonizada, a obra abolicionista e a morte encantada. V Jornada interdisciplinar de filosofia” codó, Maranhão, dez. 2017.

MENDES, Mírian Lúcia Brandão. *Argumentação na revista raça Brasil: um estudo da retórica antirracista*. Dissertação [Mestrado em Estudos Linguísticos – Análise do Discurso] Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

MELLO, Evaldo Cabral de. Reler "O Abolicionismo". Folha de São Paulo, 2000.

MILLS, Charles W. The chronopolitics of racial time. *Time & Society*. (0)0, p. 1-21, 2020.

MOSCA, Lineide L.S. *A atualidade da Retórica e seus estudos: encontros e desencontros*. Retórica. Actas do I Congresso Virtual do Departamento de Literaturas Românicas, 2005.

NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Americ Edit, 1929.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Senado Federal Conselho Editorial, 2003.
- NABUCO, Joaquim. Obras completas de Joaquim Nabuco (Volume 13) Cartas a amigos (Volume 1) Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. Instituto Progresso Editorial: SP, 1949.
- NABUCO, Joaquim. *O Eclipse do Abolicionismo*. TYP. De G. Leuzinger & Filhos. Rio de Janeiro, 1886.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- NETO, João Berto de Souza; SILVA, Deuzair José da. O Abolicionismo em Joaquim Nabuco: último quartel do século XIX. *Revista Ícone Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*. Volume 19, n.2, dezembro de 2019.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Da Abolição à diplomacia, um liberalismo multifacetado. *REVISTA USP*, São Paulo, n.83, p. 24-41, set./nov, 2009.
- NORBERT, Elias. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpico Editora, 1953 (1931).
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação. A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PERNAU, Margrit. *Whither Conceptual History? From National to Entangled Histories*. Contributions to the History of Concepts. Vol. 7, N. 1, p. 1-11, 2012.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. José do Patrocínio: abolição, racismo e uma pedra no caminho chamada Sílvio Romero. In: Ana Flávia Magalhães Pinto, Sidney Chalhoub (orgs). *Pensadores negros pensadoras negras: Brasil, séculos XIX e XX*. 2. ed. - Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2020.
- RÉ, Henrique Antonio. Uma história da British and Foreign Anti-slavery Society: a instituição que internacionalizou o antiescravidão britânico. *rev. hist.* (São Paulo), n.176, 2017.
- RÉ, Henrique Antonio. *Progresso e utopia no pensamento antiescravista de Joaquim Nabuco: influências da economia política francesa e das teorias racialistas*. Tese [Doutorado em sociologia] – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- REZENDE, Maria José de. A situação do negro no Brasil no final do século XIX e no início do século XX: as reflexões de Joaquim Nabuco e as de Manoel Bomfim. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v. 4, n.1, Dossiê: Relações Raciais e Diversidade Cultural, jul. 2014.

- RODRIGUES, Jaime. Navio Negreiro. In: SCHWARCZ, Moritz; GOMES, Flávio. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 343-48, 2018.
- RODRIGUES, Marcela Franzen. Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro v. 15 n. 3, p. 1118-1135, 2015.
- RODRIGUES, R. N. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1957.
- ROMEIRO, Adriana. Pasquins, libelos e panfletos: a cultura do manuscrito na América portuguesa. *ArtCultura*, Uberlândia, vol. 19, n. 35, p. 85-97, jul/dez. 2017.
- SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: a crise da escravidão e o caso saquarema. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (org.) *O Brasil Imperial - Vol. III - 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 39-82, 2009.
- SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: Um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2002.
- SALLES, Ricardo Quando o futuro de 1888 chegará? In: MORAES, Fabiana. *Nabuco em pretos e brancos: um olhar sobre o abolicionista e o racismo de um país onde o status embranquece negros – e, quando ausente, escurece a pele alva*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana; Jornal do Commercio, 2012.
- SANTOS, André Carlos dos. *O crime compensa? o preto Thomaz, seus crimes e a criminalidade escrava (1867-1871)* Tese [doutorado em História] - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2019.
- SANTOS, João Júlio Gomes Júnior; SOCHACZEWSKI, Monique. História Global: um empreendimento intelectual em curso. 2017. *Revista Tempo*. Vol.23 n.3. Set./Dez/ 2017.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. *Machado de Assis e Silvio Romero: escravismo, “raça” e cientificismo em tempos de campanha abolicionista (década de 1880)*. Almanack (18) Abr, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. Publisher: Companhia das Letras: 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

- SEBASTIAN, Javier Fernandez. Identidades Anacrônicas: el historiador ante el problema de las categorías y clasificaciones sociales. In: *Linguagens da Identidade e da Diferença no Mundo Ibero-americano (1750/1890)*. Lucia Bastos P. neves, Fátima sá e Melo e Guilherme Pereira das Neves (org). Jundiaí: Paco Editorial, 2018.
- SILVA, Adriana Maria Paulo da. Escolarização e cor nos tempos de Nabuco. In: MORAES, Fabiana. *Nabuco em pretos e brancos: um olhar sobre o abolicionista e o racismo de um país onde o status embranquece negros – e, quando ausente, escurece a pele alva*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana; Jornal do Commercio, 2012.
- SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De "papa-pecúlios" a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese [doutorado em História] - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2006.
- SILVA, Daniel Pinha. O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 99 - 129. jan./abr. 2017. jan./abr. 2017.
- SILVEIRA, Ana Cláudia Ferreira da; FIGUEIREDO, Maria Flávia. O argumento de autoridade como estratégia retórico-argumentativa no artigo de opinião jornalístico. Diálogos Pertinentes – *Revista Científica de Letras*. vol. 9, n. 2, p. 127-141, jul./dez. 2013.
- SIQUEIRA, A. Sonia. *A renovação da história: história dos sentimentos*. Revista de História, USP. v. 54 n. 108 (1976).
- SLENES, Robert W. Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v.8, p.189-203, mar.88/ago.88.
- SOUSA, Américo. *A persuasão*. Estratégias para uma comunicação influente. Dissertação (mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade da Beira Interior, 2000
- SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. *Quilombos: identidade e história*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.
- TASINAFO, Célio Ricardo. *A obra do presente e do futuro: alguns dos significados da proposta abolicionista/reformista de Joaquim Nabuco (1882-1884)*. Dissertação [Mestrado História] Universidade Estadual de Campinas, SP 2001.
- TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 02, p. 12-28, mar.2009.
- VIANA F. Luis. *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Martins/MeC, 1973.
- VIEIRA, Celso. Joaquim Nabuco. *Libertador da Raça Negra*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial. 1949.

ZUBARAN, Maria Angélica. “Sepultados no Silêncio”: A Lei de 1831 e as ações de liberdade nas fronteiras meridionais do Brasil (1850-1880). *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 29, nos 1/2/3, p. 281-299, Jan-Dez 2007.